

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

Ayrton Ferreira Gabira Junior

**MEMÓRIAS PROLETÁRIAS: MILITÂNCIAS POLÍTICAS DE
JURANDIR CELSO DO AMARAL GUIMARÃES E ARMANDO MAZZO**

São Paulo
2019

Ayrton Ferreira Gabira Junior

**MEMÓRIAS PROLETÁRIAS: MILITÂNCIAS POLÍTICAS DE
JURANDIR CELSO DO AMARAL GUIMARÃES E ARMANDO MAZZO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alzira Lobo de Arruda Campos.

São Paulo

2019

Ficha Catalográfica

Ayrton Ferreira Gabira Junior

**MEMÓRIAS PROLETÁRIAS: MILITÂNCIAS POLÍTICAS DE
JURANDIR CELSO DO ARMARAL GUIMARÃES E
ARMANDO MAZZO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Humanas. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alzira Lobo de Arruda Campos.

São Paulo, de fevereiro de 2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. Alzira lobo de Arruda Campos (Presidente da Banca)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Boucault

Prof. Dr. Luiz Antonio Dias (UNISA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho *in memoriam* de Jurandir Celso do Amaral Guimarães, meu avô, personagem desta pesquisa de dissertação e protagonista da história do comunismo brasileiro. Um anônimo, cuja a memória deve ser retratada, e uma referência para todos aqueles que o conheceram. Sua força interior, seu caráter inquebrantável e honradez, fizeram a diferença para todos aqueles que o cercavam. Saudade e admiração são as palavras corretas para exprimir os motivos pelos quais me embrenhei neste projeto, sabendo que nunca estará à altura do grande homem que foi.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a orientação que recebi dos Professores do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas que souberam nos conduzir neste caminho fascinante, porém cheio de desafios de pesquisador, docente e profissional. Esses agradecimentos estendem-se a CAPES, cujas normas e objetivos elucidaram o percurso desenvolvido até este momento.

É indispensável agradecer a Professora do Programa de Mestrado Dra. Alzira Lobo de Arruda Campos, por quem nutro extrema admiração e respeito, pelo que representa para *intelligentsia* brasileira e por sua trajetória de excelência. Com seu vasto conhecimento me orientou, tendo a paciência e generosidade dos verdadeiros sábios.

Ao Professor e Mestre Tiago Alves Pessoa, amigo e grande profissional, presto meus agradecimentos, pois, não fosse por seus conselhos e incentivo não teria concluído minha pesquisa.

Agradeço a todos os Professores do Mestrado Interdisciplinar da Universidade de Santo Amaro – UNISA, pelos conhecimentos transmitidos, demonstrando sempre grande respeito e comprometimento, mas principalmente amor pelo trabalho que realizam.

Aos meus pais, filhos e netos, também agradeço, por estarem sempre ao meu lado e pelo respeito e amor que sempre me dedicaram.

Os agradecimentos também vão para minha mulher Amanda Almeida Gabira que sempre esteve ao meu lado, incentivando e trazendo palavras de inspiração. Seus conselhos foram decisivos para que eu pudesse continuar na trajetória árdua de pesquisar e escrever.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. (HALBWACHS, 2017, p. 30).

RESUMO

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, são analisadas as militâncias políticas de Armando Mazzo e Jurandir Celso do Amaral Guimarães, a fim de contribuir para o esclarecimento do impacto das visões de mundo ligadas à revolução proletária nas personalidades singulares de personagens comuns. Como conceitos fundamentais trabalham-se as concepções marxistas, em suas linhas stalinista e trotskista, ligadas as memórias proletárias e os contextos históricos em que estiveram incluídos, em suas ideias e práticas revolucionárias, as figuras focalizadas por esta dissertação. Numa análise micro e macrossociológica, os estudos das memórias proletárias permitem trazer conhecimento sobre as marcas deixadas nos indivíduos por meio dos reflexos das posições político-ideológicas do Partido Comunista do Brasil (PCB), a partir da década de 1930, a qual foi marcada por dissensões e expurgos que passaram a fazer parte da história do partido.

Palavras-chave: Organização partidária de esquerda no Brasil. Memórias proletárias. Ideais e militâncias políticas. Biografias operárias.

ABSTRACT

Through an interdisciplinary approach, the political activists of Armando Mazzo and Jurandir Celso do Amaral Guimarães are analyzed, in order to contribute to the clarification of the impact of worldviews linked to the proletarian revolution on the singular personalities of ordinary characters. The fundamental concepts are the Marxist conceptions, in their Stalinist and Trotskyist lines, linked to the proletarian memories and the historical contexts in which the figures focused by this dissertation were included in their revolutionary ideas and practices. In a micro and macrosociological analysis, studies of proletarian memories allow us to bring knowledge about the marks left on individuals through the reflections of the political-ideological positions of the Communist Party of Brazil (PCB), from the 1930s, which was marked by dissensions and purges that became part of the party's history.

Keywords: Left Party Organization in Brazil. Proletarian memories. Ideals and political activism. Worker biographies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO SOBRE A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	17
1.1. Modo de produção “escravista colonial” e reflexões sobre a cultura brasileira ..	20
1.2. A industrialização na perspectiva marxista	30
1.3. Fatores políticos e econômicos da Nova República	41
1.4. Raízes do proletariado nacional e paulista	45
2 A ORGANIZAÇÃO DA MASSA TRABALHADORA EM PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL	52
2.1. A teoria e práticas revolucionárias	55
2.2. Sindicalismo, anarquismo, socialismo e comunismo	74
2.3. A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB)	88
2.4. Obreirismo e fracionismo	94
3 MEMÓRIAS E MILITÂNCIAS DE ARMANDO MAZZO E JURANDIR CELSO DO AMARAL GUIMARÃES	98
3.1. Armando Mazzo e o trabalho durante a infância	103
3.2. A militância sindical de Armando Mazzo e o contato com as ideias revolucionárias.....	111
3.3. Ingresso de Mazzo no PCB e a militância político-partidária	126

3.4. A militância de Jurandir Celso do Amaral Guimarães no Partido Comunista do Brasil (PCB)	148
3.5. A atividade como livreiro e os anos de chumbo	157
3.6. Memórias e as atuações individuais, como reflexo do perfil político-ideológico do Partido Comunista do Brasil (PCB)	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS.....	179

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema “Memórias Proletárias” nasceu da convicção de que os homens são os protagonistas da história. Tal confiança se baseia na afirmação de Karl Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas sim nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado.” (MARX, 1990, p. 17).

A partir da história de dois personagens anônimos da historiografia oficial, conhecida por meio de contato pessoal que mantive com ambos, são analisados os papéis desempenhados por eles como militantes do Partido Comunista do Brasil, e as influências possíveis que impactaram as suas vidas de militantes. Nesse âmbito, destacou-se o “obreirismo”, movimento que afastou muitos intelectuais do partido, bem como proporcionou fragmentações que minaram os alicerces da luta partidária na busca da melhor estratégia política como liderança da classe trabalhadora.

As motivações para a pesquisa científica foram calcadas na admiração pessoal, por mim mantida, pelos comunistas Jurandir Celso do Amaral Guimarães e Armando Mazzo. O primeiro foi meu avô e o segundo um de seus cunhados. Esses laços parentais permitiram o desenvolvimento de um interesse crescente, por ambas as personagens citadas, sublinhadas, ademais, pelo fato de vivermos então os anos de chumbo das ditaduras militares, tempos em que qualquer discussão política sobre revolução tornava-se extremamente perigosa.

Contudo, não foi só a admiração o móvel da pesquisa, pois, ao analisar a trajetória de Jurandir Celso do Amaral Guimarães, a partir dos anos de 1940, e de Armando Mazzo, a partir da década de 1930, despertou-me o interesse em verificar em que medida os pontos de concordância ou discordância manifestos em suas posições políticas representariam conflitos internos do “Partidão”.

Num contexto de extrema censura e propaganda anticomunista os personagens vivenciaram situações que representam, à época, o pensamento imposto por um segmento do partido aos operários e aos intelectuais militantes, que além de sofrerem com a censura da máquina estatal, ainda sofriam a censura dos dirigentes do próprio ente partidário.

A partir das memórias recolhidas em documentos pessoais e institucionais é que será trilhado o caminho para entender as influências sofridas por operários e intelectuais do partido e os motivos das divergências internas que levaram às cisões desde 1928.

Tendo-se em conta que os indivíduos retratam o momento histórico em que viveram, em que medida podemos avaliar a primeira grande cisão ocorrida no PCB em 1928, o chamado “obreirismo”, por meio da análise da vida de dois militantes posteriores: Jurandir Celso do Amaral Guimarães e Armando Mazzo.

Os estudos da militância comunista a partir das memórias dessas personagens trilha uma análise micro sociológica, na medida em que determinados fenômenos sociais deixam marcas nos indivíduos, e o “obreirismo” acarretou o desenvolvimento de comportamentos individuais e coletivos que merecem ser estudados.

Do ponto de vista macrossociológico o estudo se presta a analisar o “obreirismo” como fenômeno social que engendrou estratégias políticas, no âmbito internacional e interno que determinaram o processo histórico do “partidão”, influenciado por tal movimento, que ocasionou a expulsão dos intelectuais das fileiras do partido e a formação de alas divergentes.

A pesquisa passa por estudos que já fazem parte da historiografia, como uma das bases da literatura relativa ao tema, mas o enfoque é interdisciplinar, uma vez que conceitos provindos de outras áreas se tornam necessários ao modelo analítico aqui adotado, na medida em que não pode prescindir das análises sociológicas, políticas e econômicas, bem como das contribuições da psicologia social e da antropologia.

Há uma relevância inegável de trabalhos que procuram entender como se formaram as classes sociais brasileiras e a que classes pertenciam os operários e intelectuais, bem como quais as influências foram por eles recebidas e como contribuíram para o processo de conscientização político-partidário vigente. Com efeito, o período em que movimentaram Jurandir Celso do Amaral Guimarães e Armando Mazzo foi marcado pela urbanização e conseqüente empobrecimento do campo, o que desencadeou um fluxo imigratório para as cidades, especialmente

para a capital paulista, que já abrigava indústrias aptas a receber as ádvenas como mão-de-obra.

Com o aumento do número de indústrias, e a crescente imigração de vários povos da Europa, chegaram ao Brasil pensamentos políticos libertários como o anarquismo e posteriormente o comunismo, duas correntes que influenciaram a classe operária, mas também parte da classe média. O marxismo chegou ao Brasil de forma incipiente, porém se disseminou possibilitando a fundação do Partido Comunista do Brasil (cuja sigla na época era PCB) e o fortalecimento de ideias marxistas no seio da classe operária, e que também encantou muitos homens e mulheres, independentemente da classe social a que pertenciam.

A intenção deste trabalho é apresentar dois personagens da nossa História, que em condições semelhantes a muitos anônimos pertenceram ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Uma das personagens é o jornalista e livreiro Jurandir Celso do Amaral Guimarães, cuja militância se coaduna com um trabalho intelectual exercido no interior do partido e que estava de acordo com a orientação da COMINTERN que ensejou o período denominado “Obreirismo”. A segunda personagem é o Militante Sindical e Político Armando Mazzo, também pertencente aos quadros do “Partidão”, cujas memórias trazem o trabalho dos militantes sindicais junto ao partido, segundo as orientações internacionais vigentes. Sua história já foi retratada em estudo de pós-graduação, entrevistas e a autobiografia, porém, não com aspectos que o ligam a Jurandir Celso do Amaral Guimarães e que explicam visões de classes diferentes apesar de terem sido contemporâneos e lutarem pela mesma causa revolucionária.

A biografia dos personagens, associada ao fato de se considerarem comunistas de orientação marxista-leninista, seus desentendimentos constantes por questões político ideológicas e o processo histórico que desencadeou crises quanto às estratégias de atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB), constituíram o despertar para os estudos do processo histórico no qual estavam inseridos tais personagens.

A interpretação dos efeitos do comunismo, no mundo e no Brasil não é a temática do presente trabalho, porém os citados personagens foram influenciados pelas formas de pensar o processo revolucionário, pelos cânones marxistas. A

proposta se baseia em analisar como as ideias de Marx, Engels e Lenin, tomaram forma a partir da década de 1920, se desenvolveram na classe trabalhadora, e também como floresceram no meio intelectual, não se podendo olvidar que até alguns membros de uma classe média se entusiasmaram com tais ideais.

Duas leituras do contexto político e social foram feitas pelos personagens, que embora amalgamados por uma conjuntura familiar, não pertenciam a uma mesma classe social e só se aproximaram diante do fato de suas esposas serem irmãs e por terem sido membros do mesmo partido político, até o momento do denominado “racha”.

Dessa forma, o desígnio geral consiste em contextualizar os vários elementos que contribuíram para visões políticas diversas, ocorridas no período que será retratado, mesmo que os personagens tivessem convivido no maior Partido Político de esquerda do Brasil, de mesma matriz ideológica, considerando as influências do “Obreirismo” em suas ações.

No que tange aos propósitos específicos, o trabalho se prestará a demonstrar como se comportaram estes personagens diante das discordâncias políticas ocorridas dentro do Partido Comunista, além de narrar como a defesa de seus ideais influenciaram o contexto familiar, profissional e, sobretudo os reflexos causados por suas convicções ideológicas, que levaram Armando Mazzo ao sofrimento e a solidão revolucionária, e Jurandir Celso do Amaral Guimarães aos porões da ditadura militar, em um momento que já estava relativamente afastado da militância política, exercendo trabalho meramente cultural.

O material para realização da pesquisa implicou na reunião de documentos referente aos militantes comunistas Jurandir Celso do Amaral Guimarães e Armando Mazzo. Esse material consiste em fichas de prontuários do DEOPS, que contém trechos de Inquéritos para apuração de subversão, transcrições de Instrumentos Jurídicos como Mandado de Segurança e Sentença Judicial, Relatórios de Investigação da Polícia Civil e Documentos das Forças Militares que procederam investigações a respeito da militância comunista, Jornais dos movimentos de esquerda e outros documentos reunidos através de Sindicatos, Prefeitura de Santo André e o livro de memórias de Armando Mazzo.

O método utilizado para a pesquisa é o interdisciplinar, com o propósito de pensar dois militantes políticos do PCB a partir de suas memórias, colher as informações sobre cultura e ações políticas de operários e intelectuais, sob a égide do “Obreirismo”, e traçar os componentes de formação econômica, social e política da sociedade brasileira. O material analisado compreende as fichas dos prontuários do DEOPS, onde constam as informações sobre as prisões sofridas pelos personagens, registro de suas funções dentro das células do Partido, atuação em Sindicatos e Jornais, e o registro de atividades de divulgação da cultura marxista, seus relacionamentos com pessoas conhecidas pela história oficial, com quem desenvolveram o trabalho político, bem como o registro das atividades revolucionárias nos âmbitos nacional e internacional. A pesquisa é qualitativa, pois, através dos documentos e literatura especializada, chegou-se a temas que são passíveis de interpretações históricas, sociológicas, econômicas, culturais e políticas.

A forma de análise partiu dos resultados obtidos com a pesquisa através do conceito de memória que teve como escopo trazer as representações políticas dos comunistas Jurandir Celso do Amaral Guimarães e Armando Mazzo, comparando suas atuações e funções determinadas pelo Partido Comunista do Brasil – PCB, no Estado de São Paulo. Para entender essas formas de participação, intelectual e operária, será utilizado as bases teóricas encontradas em conceitos obtidos nas obras de Marx e Gramsci, sobre o papel de intelectuais e de operários no processo revolucionário, e assim responder à questão proposta para realização da pesquisa.

A base teórica da pesquisa está alicerçada em autores clássicos como MARX e Gramsci, sendo que o primeiro pensador nos traz os conceitos do materialismo-histórico-dialético, ideologia e consciência de classe, base e superestrutura, necessários para discutir as proposições sobre o papel dos intelectuais e operários no interior do PCB. A reflexão sobre a problemática proposta também passará pelos escritos de GRAMSCI, através da compreensão dos conceitos de intelectual, “orgânico” e “tradicional”, hegemonia e o papel que os intelectuais devem exercer na superestrutura do Estado, formado pela sociedade civil e política, e a superação da luta de classe pela cultura, tentando identificar as personagens Jurandir Celso do Amaral Guimarães e Armando Mazzo no modelo Gramsciano, deste modo, indicar

os principais aspectos da teoria Marxista e Gramsciana sobre o papel do proletariado no processo revolucionário, bem como dos intelectuais.

No primeiro capítulo vamos trazer a análise da situação econômica, social e política de São Paulo na primeira metade do Século XX. Partindo dos estudos de Basbaun, pode-se observar que o Estado de São Paulo, entra no processo de industrialização a partir do empobrecimento do campo, que é resultado da situação econômico mundial, culminando com o aumento do número de indústrias, e a crescente imigração de vários povos da Europa, trazendo as influências dos pensamentos políticos libertários. As análises desta formação do pensamento econômico, político e social, serão alicerçadas nos conceitos de estrutura e superestrutura, encontrando em Marx, o seu principal teórico que trouxe a visão de que as bases econômicas determinam o comportamento das instituições. Para fazer uma reflexão sobre tais aspectos, se tornará imprescindível a análise inversa que Gramsci faz sobre estrutura e superestrutura, com essa influenciando a primeira. Sobre a questão econômica traremos as análises de Caio Prado Junior, Celso Furtado e Werneck Sodr e, para entendimento de como o Brasil entrou no processo de industrializa o, tendo São Paulo como o Estado protagonista dessa forma o econômica.

A forma o do pensamento social e político também será abordada no primeiro capítulo, por meio da análise do materialismo histórico e dialético. Contudo, outras análises serão realizadas, dentre elas a visão do Patriarcalismo e do Homem Cordial de Sérgio Buarque de Holanda e do Patrimonialismo de Raymundo Faoro, teorias necessárias para entender a concep o de sociedade brasileira, que divide opiniões e fortalece as diferentes forma es ideológicas do país.

No segundo capítulo, a abordagem será sobre a interdisciplinaridade da teoria marxiana, o sindicalismo e a forma o das organiza es de esquerda no Brasil, trazendo as raízes encontradas no anarco-sindicalismo e na corrente marxista presente nos sindicatos. O trabalho infantil, a extenuante jornada de trabalho e as péssimas condi es para o labor, serão as abordagens necessárias para traçar a correla o entre trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil, e sua atua o no interior dos sindicatos. Tal abordagem trará, dentre outros, os escritos de Leôncio Basbaun e John W. F Dulles, bem como as próprias memórias de Armando Mazzo.

Seguindo a pesquisa, o capítulo ainda terá como escopo retratar os processos que levaram o contato com os ideais marxistas, o pensamento político de Lenin, a fundação do Partido Comunista, no Brasil e em São Paulo, e o movimento denominado “Obreirismo” que levou a primeira dissensão do partido em 1928, além de provocar o fracionamento partidário, influenciando o pensamento de intelectuais e operários militantes, estendendo-se por várias décadas, em conflitos de ideias entre Trotskistas e Stalinistas. Levar-se-á em conta os escritos de Alzira Lobo de Arruda Campos, Roberto Mansilla Amaral, Ricardo Figueiredo de Castro, dentre outros autores.

No terceiro capítulo se analisará as atuações dos militantes comunistas Armando Mazzo e Jurandir Celso do Amaral Guimarães, além de suas diferentes visões sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB). Muito em razão do primeiro personagem ter desempenhado funções no operariado, bem como ter sido sindicalista e político, enquanto o outro teve desempenho como intelectual orgânico, conforme a compreensão que nos trouxe os estudos de Gramsci. O capítulo foi reservado para trazer as memórias dessas personagens e o seu alinhamento com a política do “Obreirismo”, que foi a razão da primeira cisão do PCB em 1928, e a razão dos demais desentendimentos entre aos militantes partidários no decorrer da história do “Partidão”. Ainda se abordará como as atuações individuais dessas personagens refletem posições político-ideológicas revolucionárias, pois, mesmo que tenham vivido suas militâncias após a primeira cisão do partido, experimentaram a influência do “Obreirismo” nas ações políticas da época e ideias contraditórias sobre como deveria se dar o processo revolucionário do país, trazendo ao menos duas formas de interpretar o papel revolucionário do PCB, uma que esperava que a burguesia realizasse sua revolução e outra que se afastava dessa posição, exigindo uma articulação mais combativa por parte da militância comunista.

1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO SOBRE A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.

O cerne da pesquisa, como já mencionado, deve levar em conta como podemos avaliar a primeira cisão ocorrida no PCB (Partido Comunista do Brasil), em 1928, no âmago da estratégia política adotada por Stálin, conhecida por “obreirismo”¹, por meio das memórias de dois militantes de época posterior: Jurandir Celso do Amaral Guimarães e Armando Mazzo. Muito embora a análise deva levar em conta pontos que permeiam a perspectiva da Nova História, considerando as estruturas mentais da sociedade e os aspectos antropológicos, não pode prescindir, em seu modelo analítico, do materialismo histórico, partindo de conceituações fundamentais do pensamento de Marx, que considera que as bases materiais (infraestruturas) acabam determinando as superestruturas sociais, posição que posteriormente Gramsci inverte, ao entender os aspectos culturais que determinam a infraestrutura. Nesse sentido, os intelectuais seriam os responsáveis pela conscientização do operariado, preparando-o revolucionariamente para assumir o controle dos meios de produção.

Esse estudo segue padrões arregimentados nas concepções trazidas por Hobsbawn, ao analisar o valor da história social para compreensão das sociedades, no sentido de que tais estudos estão relacionados às produções materiais, as quais são inerentes às atividades humanas. Portanto, não há como os aspectos da vida em sociedade estarem apartados das ideias dos homens que as pensam, da produção de bens para satisfação das necessidades humanas, da formulação dos conceitos que expressam através da linguagem. Portanto, a história social vai apresentar intersecções com outras áreas do conhecimento que relacionadas contribuem para as interpretações dos processos históricos, nos quais estão contidos os aspectos sociais, políticos e culturais (HOBSEBWM, 1983).

Sem embargo de outras concepções e possibilidades do estudo histórico social, não nos distanciamos da concepção trazida por Hobsbawn de que os principais interesses, entre outros tópicos, são os estudos ligados as questões urbanas, das classes sociais e seus grupos, a consciência coletiva, as transformações inerentes aos processos de industrialização e as resistências que

nascem com os movimentos sociais em resposta a exploração e ao predomínio dos interesses da classe social detentora do poder econômico e político. Porém, no âmago de todas essas questões se encontra o econômico e o social, não se podendo afastar a análise dos modelos existentes, e das transformações culturais. Neste sentido vale destacar:

Claro está que Marx sabia que para que los modelos economicos sirvieran al análisis histórico no podían estar separados de la realidad social e institucional o de las organizaciones de parentesco, por no hablar de las estructuras y de las suposiciones específicas a ciertas formaciones socio-economicas o culturales. Sin embargo es un hecho que *El capital* es un trabajo de análisis económicas, a pesar de que a Marx se le ha considerado con justicia como uno de los principales fundadores del pensamiento sociológico moderno (directamente y a través de sus seguidores y críticos). (HOBSBAWM, 1983, p. 30)¹

Tendo em vista os conceitos acima, esta pesquisa se inicia pela análise das bases materiais paulistas, na primeira metade do Século XX, evidenciando o domínio das atividades agrícolas e o surgimento do processo que permitiu o nascimento da industrialização brasileira, imprescindível para entender a formação da classe operária, o surgimento do PCB que foi o responsável pela organização do sindicalismo nacional, tendo a cidade de São Paulo como seu principal expoente, as articulações políticas internacionais responsáveis pela geopolítica de polarização e a implementação do “obreirismo”², como estratégia revolucionária, além de encontrar as intersecções com outras áreas do conhecimento que permeiam a análise do pensamento social e político brasileiro. Não obstante, pelo fato de se tratar de uma pesquisa sobre as memórias de dois militantes partidários, os quais não vivenciaram a primeira dissensão do partido, a abordagem incluirá aspectos sociais e políticos, com o propósito de retratar o afastamento de alguns intelectuais, naquele período, e compreender a relação posterior entre intelectuais e operários militantes do PCB,

¹ É claro que Marx sabia que, para os modelos econômicos servirem à análise histórica, eles não poderiam ser separados da realidade social e institucional ou das organizações de parentesco, para não mencionar estruturas e suposições específicas a certas formações socioeconômicas ou cultural. No entanto, é fato que o Capital é um trabalho de análise econômica, apesar de Marx ter sido considerado como um dos principais fundadores do pensamento moderno e sociológico (diretamente e através de seus seguidores e críticos). (HOBSBAWM, 1983, p. 30)

² Obreirismo é o termo que nasce com a política adotada pelo Sexto Congresso da Internacional Comunista, fornecendo a diretriz para que operários ocupassem as lideranças dos partidos.

representados pelas personagens pesquisadas, as quais vivenciaram o auge do “obreirismo” e, durante certo período, a orientação stalinista do PCB.

O entendimento deste período necessariamente deve passar pelo levantamento da situação econômica, a começar pelos precedentes históricos que antecederam a República, pois, a abordagem das bases materiais, e sua sustentação teórica, lastreiam a compreensão e análise do nascimento da atividade industrial, que se iniciou timidamente ainda no final do império, mas que avançou nas décadas seguintes, sem, contudo, trazer avanços na distribuição de riqueza, permanecendo um país agrário calcado na produção dos latifúndios.

No mais, adotando a metodologia interdisciplinar, apresenta-se alguns aspectos delineados por intelectuais que ao estudarem a formação da sociedade brasileira, tornaram-se grandes decodificadores da mentalidade e da personalidade do conjunto dos brasileiros, reafirmando ou refutando as teorias que prevaleceram na passagem do Século XIX para o XX, porém trazendo novas perspectivas que nortearam os principais aspectos da *intelligentsia* nacional até a atualidade. Contudo, em que pese haver o predomínio das ideias de uma formação patriarcal e patrimonialista, será apresentado concepções que refutam tais análises.

1.1 Modo de produção “escravista colonial” e reflexões sobre a cultura brasileira.

É necessário compreender a passagem do Império para a Primeira República, que se notabilizou pela grande influência da classe média, que orbitava em torno do meio rural, constituída de profissionais liberais, jornalistas, comerciantes e membros do Exército brasileiro, pela influência do liberalismo e do positivismo. Este último de importância fundamental dentre os tenentes do Exército³.

O pensamento político-social foi influenciado por questões econômicas, representativas da revolução industrial em pleno curso, predominantemente importante para as mudanças que erigiram as bases da formação das classes sociais brasileiras, que durante a Primeira República se tornaram determinantes na construção do discurso de poder da classe social dominante, entretanto, mesmo no início da República como no período que a antecedeu, não havia por parte da maioria das pessoas, tanto aqueles de classes privilegiadas como os mais desvalidos, a sensação de que o país sofria a influência do mercado internacional, em pleno curso da industrialização que acarretariam mudanças na estrutura econômica, social e política, apesar de estarmos vivendo, ainda, sob a égide do universo rural e do pensamento escravocrata. Inobstante o fato de que alguns fazendeiros já demonstrassem interesse em compreender os acontecimentos da nova ordem mundial e as nuances do processo capitalista europeu. Neste sentido, a historiografia nacional elegeu os fazendeiros do Oeste Paulista como os principais responsáveis pela mudança do modo de produção colonial escravista para o novo modo de produção industrial, apesar de haver estudos que trazem opiniões colidentes, as quais serão abordadas adiante.

Do ponto de vista da construção do imaginário simbólico, ocorreu o processo de enaltecimento de personagens representativos de uma memória forjada, que se transformou no arcabouço de ideologias que foram impostas pelas classes dominantes às classes mais pobres, e que produziram a história oficial, cultuando

³ No período que antecedeu a Proclamação da república, a Escola Militar da Praia Vermelha foi importante para o desenvolvimento das ideias positivistas em função do fato de ter como Professor Benjamin Constant.

anti-heróis e símbolos nacionais que marcaram a República, com o propósito de demonstrar a importância da passagem do regime monárquico para o republicano. Tais simbologias são imprescindíveis naquilo que concerne em criar a atmosfera de mudança, resgatando memórias e exaltando aspectos da nossa história que fizessem sentido a nova ideologia, disposta nas ideias positivistas e liberais para criar e manipular o imaginário popular (CARVALHO, 2001). Quanto a influência dos positivistas que tinham plena convicção na República e no modelo econômico liberal, lutaram para que a mudança fosse chancelada pelo conjunto de teorias formuladas por seus intelectuais e doutrinadores. Neste sentido, podemos citar que:

Constituíram, sem dúvida, o grupo mais ativo, mais beligerante, no que diz respeito à tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população. Suas armas foram a palavra escrita e os símbolos cívicos. Por eles e com eles lutaram com dedicação apostólica (seus inimigos diriam com obsessão de fanáticos). Daí mereceram atenção especial. (CARVALHO, 2001, p. 129)

Para que as estruturas econômicas pudessem ser aceitas e defendidas, se fazia necessário a participação efetiva de um contingente de profissionais liberais e intelectuais, com o intuito de propagar as ideias e criar as estruturas de poder garantidoras do novo modo de produção, o que foi assumido pela classe média brasileira, difusora dos ideais liberais e positivistas, que sequer era percebido pela classe proletária, alheia aos acontecimentos, desprovida de consciência política, além de experimentar o abandono causado pela exclusão dos negros libertos, os quais permaneceram à margem da sociedade e do novo processo produtivo que não mais estava firmado na produção escravista.

A mudança se dará através do processo dialético, envolvendo a herança colonial agrária e escravista que se contrapunha a nova economia voltada as demandas do capitalismo industrial, ainda que o Brasil se apresentasse predominantemente agrário, não possuía as estruturas para edificar e integrar a produção agrária a uma economia industrializada aos moldes do que estava ocorrendo nos países já industrializados, tendo em vista estar atrelado desde os tempos coloniais a exportação baseada nas grandes plantações agrícolas, deixando de criar investimentos no mercado interno. Entretanto, já tínhamos uma pequena industrialização que nascera durante o Império, e posteriormente quando entramos

num processo industrial um pouco mais intenso, despontaram as questões culturais que estavam presentes na sociedade agrária e, a sociedade urbana, que crescia em razão dos investimentos na industrialização e no comércio, porém, mantendo as bases culturais das zonas rurais.

Nada obstante haver a concepção de que a atuação dos fazendeiros paulistas constituiu fator predominante para o fomento da industrialização, existe posição divergente. O historiador Jacob Gorender contesta tal afirmação e a relativiza, pois, segundo ele não havia uma ação direta dos cafeicultores transformando-se em industriais, e neste sentido afirma que se constituíam de um pequeno número de latifundiários. Elenca nomes de grandes industriais que, segundo consta, não tinham uma relação direta com a produção de café. Defende o autor que:

Quase sempre, citam-se os nomes de Álvares Penteado, fundador de uma fábrica de sacaria de juta, e Antônio da Silva Prado (não confundir com o homônimo Barão de Iguape). Este último, além de riquíssimo fazendeiro de café, foi presidente do Banco Comércio e Indústria, atual Comind, de 1889 a 1920, e fundador de várias empresas industriais. Não obstante quantos mais de tal porte, originários da aristocracia cafeeira, podem ser mencionados, que se comparem a Matarazzo, Antônio Pereira Ignacio (fundador do grupo Votorantim), Antônio Proost Rodovalho (fundador da Companhia Melhoramentos), Klabin-Láfer, Jafet, Ometto-Dedini, Simonsen e tantos outros, cuja origem nada teve a ver com a fazenda de café? ” (GORENDER, A Burguesia Brasileira, 1982, p. 38)

Em que pese os aspectos econômicos é de interesse entender como se formou a hegemonia do pensamento intelectual brasileiro, sobre negros e brancos. Durante muito tempo a *intelligentsia* nacional teve como pensamento hegemônico autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado, que trataram dos aspectos sociológicos e antropológicos da formação da sociedade brasileira, tendo como cerne a escravidão no Brasil, e uma interpretação que estabelecia certa relação de consenso entre negros e brancos, além da cultura herdada dos lusitanos de que o trabalho manual e mecânico não é uma atividade para o homem de raízes nobres.

Segundo este viés, a herança colonial portuguesa gerou costumes e uma mentalidade ligada ao prestígio de certos homens em relação a outros, pois, enquanto alguns nasceram para o ócio, e para atividades mais nobres, herdada do gosto pela aventura e liberdade da conquista, que vem a demandar certa

capacidade intelectual, outros são destinados ao trabalho manual e mecânico, sem prestígio e ligado as classes mais humildes e desvalidas.

A reflexão que se faz sobre tal herança, é que essa mentalidade colonial, contém elementos ligados ao meio rural que são mantidos por um sentimento conservador, o que explica, em parte, o processo desinteressado para que adentrássemos no modelo capitalista industrial que avançava, e que nos impunha dificuldades de competir no mercado internacional, bem como o fato de não criarmos um mercado interno. A explicação pode estar nos domínios da sociologia, surgindo na década de 30 (trinta) um estudo profundo dos aspectos subjetivos inerentes ao homem brasileiro da sociedade colonial, adotando a visão de que havia uma estrutura colonial enraizada na nossa sociedade, e, que, portanto, os aspectos culturais nos mantinham num espírito de subserviência à figura do patriarca, modelo que sempre dificultou os conflitos diretos e abertos, gerando uma cordialidade aparente (HOLANDA, 2014), com o propósito de suplantar os percalços sofridos pelas classes mais pobres, amenizando as diferenças, utilizando-se de artifícios que escondem o real antagonismo entre as classes sociais.

Portanto, apesar das críticas feitas por SOUZA (2017, p. 30), de que Sergio Buarque de Holanda criou genericamente e negativamente a noção de “homem cordial”, sem levar em consideração as “distinções de classe” e, ainda, o colocando em ligação com a “noção de Estado Patrimonial”, é inegável a influência cultural que liga e, ao mesmo tempo, contrapõe o universo rural e o urbano, bem como as heranças do passado colonial com prevalência dos costumes lusitanos, porém, também é inegável que acaba criando o chamado “complexo de vira-lata”, quando estabelece que a denominada herança colonial associa a sociedade brasileira a ideia de resistência ao trabalho, do espírito predatório com objetivo de satisfazer as necessidades imediatas. Contudo, são concepções, que embora importantes, e que trazem certas especulações de ordem subjetivas, estão a mercê das infraestruturas, e do poder político que delas decorrem, provocando a luta de classes.

Na concepção de Holanda (2014), o Brasil rural calcado na família patriarcal, ao entrar em contato com a urbanização, que se deu mais em função das cidades terem conseguido atrair os contingentes do campo, pelo “crescimento dos meios de comunicação”, entrou num processo de “desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje” (HOLANDA, 2014, p. 145). Contudo, apesar da relevância do ponto de vista das subjetividades, através do estudo comportamental

da sociedade, não se pode demover o juízo da formação da sociedade dividida em classes sociais em conflito, bem como a dominação permanente daqueles que detém os meios de produção, seja a terra ou a indústria.

A crítica feita pelo sociólogo Jessé Souza, nos parece guardar alguma pertinência, na medida em que ressalta que os estudos realizados por Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, não conseguiram adentrar no processo de “reprodução do poder social real” (SOUZA, 2017), pois priorizaram a temática do “culturalismo” para explicar o comportamento social, trazendo elementos que passam ao largo da luta de classes e da escravidão como instituição que verdadeiramente influenciou o comportamento social brasileiro. Enfatizaram que o Estado brasileiro comporta uma elite corrupta, mas não abordaram os principais responsáveis pela exploração do homem pelo homem, constituída pela “verdadeira elite de rapina que se encontra no mercado. Um mercado capturado por oligopólios e atravessadores financeiros.” (SOUZA, 2017, p. 33).

Contudo, apesar de Souza (2017) se referir a questões econômicas delineadoras de comportamentos, acaba fazendo críticas ao marxismo e ao liberalismo, atribuindo a eles uma compreensão simplista das classes sociais, reputando-lhes uma construção baseada em valores socioculturais. Porém, em que pese não se negar a existência de tais valores, também não são capazes de explicar a luta de classes sem que se leve em consideração o peso das questões econômicas, as quais constituem a base de sustentação da sociedade. Vejamos o que diz o autor:

O principal aqui é evitar compreender as classes de modo superficial e economicista, como o fazem tanto o liberalismo quanto o marxismo. Ao perceber as classes sociais como construção sociocultural, desde a influência emocional e afetiva da socialização familiar, abrimos um caminho que esclarece nosso comportamento real e prático no dia a dia como nenhuma outra variável. (SOUZA, 2017, p. 10)

Da abordagem cultural, no que diz respeito a influência do Brasil rural sobre o urbano industrializado, que herdou comportamentos sociais e culturais, nos interessa principalmente o que pode ser revelado sobre as bases econômicas inerentes a todas as sociedades, e como tais estruturas influenciam no comportamento social, levando-se em conta que os meios de subsistência passam

necessariamente pelo ambiente rural, sendo assim, se coaduna mais com a visão marxiana o entendimento de Antônio Candido, o qual se refere a busca pela satisfação dos interesses primários do homem, na sociedade brasileira de formação rural. Potencialmente, o meio no qual ele vive, em condições de convívio com a natureza, leva o grupo a se valer dos alimentos que ali se encontram, sejam animais ou plantas, mas para satisfação de suas necessidades primárias, acaba desenvolvendo aspectos culturais, pois, atua no preparo dos alimentos, sem que tenha o objetivo primeiro de exploração. Para reforçar sua tese, o autor faz referência ao meio, como desenvolvimento de um projeto humano, mencionando que a “projeção do homem com as necessidades e planejamento em função destas – aparecendo plenamente, segundo queria Marx, como uma construção da cultura” (CANDIDO, 2017, p. 34).

As teorias referentes a formação da sociedade brasileira, encontra respaldo nos principais autores que abordaram aspectos sociais, políticos e culturais, entretanto, do ponto de vista da essência material, os estudos de economia política e a análise dos processos históricos que apontam para uma ocupação do território brasileiro calcado na produção de subsistência, em vários períodos do Brasil Colonial, servem para explicar o atraso de sua entrada no capitalismo industrial, bem como nos traz os elementos que construíram a nossa identidade.

Os aspectos políticos tratados como meios de dominação, são fruto das bases materiais e do conflito originário na divisão do trabalho, e que provocaram disputas pelo poder político. Contudo, a análise marxiana, com a ideia da luta de classes como fatores que determinam a consciência da classe dominante, é o início de outras especificidades, as quais trouxeram outros vieses, que claramente se completam em alguns aspectos e se distanciam em outros, mas são necessários para as novas teorias sobre a formação da sociedade num aspecto geral, que pode ou não servir para o entendimento da sociedade brasileira. Neste sentido, persistiu a ideia duvidosa, sobre o fato do Brasil Colonial ser interpretado sob o esteio da visão marxista de que constituía um modo de produção feudal.

O modo de produção capitalista no Brasil se formou a partir das contradições inerentes a um modo de produção escravista colonial, cujas características são próprias. O modo de produção escravista colonial tinha seus próprios entraves para a passagem ao modo de produção capitalista industrial, e este era a própria escravidão, pois, ela é incompatível com o capitalismo, haja vista que não cria “um

mercado de mão-de-obra despossuída, abundante juridicamente livre para ser assalariada, sob contratos de trabalho rescindíveis quando convier ao empregador”. (GORENDER, 1982, p. 19/20)

Porém, não há que se desprezar a ideia de que a classe dominante, qualquer que seja o modo de produção, e o país, desenvolvem a consciência necessária para dominação, e neste aspecto as palavras de Marx, são precisas e merecem ser reproduzidas:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX, 2018, p. 62)

A teoria marxiana acaba sendo interpretada como um modelo de aplicação para explicar a formação da economia brasileira, no que se refere a superação dos modos de produção, bem como a necessária passagem pela revolução burguesa que norteou as estratégias do Partido Comunista do Brasil (PCB) durante a Era Vargas. No que tange aos estudos sobre o período colonial, existe a teoria de que a doação de terras, em capitanias hereditárias, visando o domínio de Portugal sobre a colônia são demonstrações de que o Brasil apresentava características feudais, pois, o donatário acabava exercendo um poder equiparado a de um rei que ostenta poderes irrestritos, bem como pode transmitir a terra hereditariamente, e a doação das capitanias apresentam características jurídicas inerente ao período feudal, pois “Portugal na época, era a dos senhores feudais” (SODRÉ, s/d, p. 81), entretanto, o trabalho escravo apareceu com características diversas do modo de produção escravista.

Permanece patente o entendimento que a sociedade brasileira ao sair da colonização e da escravidão, passando para a República, ainda permaneceu sem mercado interno relevante e sua industrialização apresentava-se muito aquém do desenvolvimento industrial das grandes potências europeias. Contudo, a visão econômica de grandes fazendeiros do plantio de café, geraram investimentos e impulsionaram a indústria brasileira. Por outro turno, não se poderá concluir que os fazendeiros do Oeste Paulista foram contrários a manutenção do modo de produção

escravista colonial, e que racionalmente teriam aderido ao abolicionismo visando adentrar no modo de produção capitalista, com a consequente exploração da mão-de-obra assalariada. Como bem menciona Gorender:

O que particulariza o Oeste novo é seu apelo precoce a uma fonte de abastecimento de mão de obra diversa da fonte escravista tradicional. Nenhuma dúvida pode existir a este respeito, pois os fatos o evidenciam. Daí se origina precisamente o equívoco concernente à suposta contradição entre os fazendeiros do Oeste novo e a escravidão. Eis, porém, o que os fatos também demonstram: 1º) o trabalho do escravo negro constituiu a base das fazendas do Oeste novo até as vésperas da Abolição; 2º) também até os derradeiros anos do escravismo, a introdução de imigrantes europeus operou como fonte alternativa de mão de obra tão somente suplementar, sob formas de escravidão incompleta. " (GORENDER, 2019, p. 606)

Ao adentrar timidamente no industrialismo, apoiado nos lucros advindos da lavoura cafeeira, a mão-de-obra escrava não foi imediatamente absorvida pelo processo industrial, entretanto, o Brasil inicia uma nova formação social, trazendo trabalhadores pelo processo imigratório. Contudo, esse novo universo das relações de trabalho, provocaram conflitos próprios que sinalizaram o crescimento do proletariado e a reação à exploração. Porém, estas lutas começam a ocorrer com a vinda dos operários de ideologia anarquista, e que será tratado mais profundamente no decorrer do trabalho de pesquisa. Se levarmos em consideração a teoria de Sérgio Buarque de Holanda, poderá se admitir que o brasileiro que fará parte do operariado, trará um traço de personalidade que evita os confrontos diretos, tendo em vista a cordialidade que lhe é peculiar, a qual herdou do passado colonial na aproximação com o dono da terra, e, por vezes numa relação de compadrio que o impedia de reivindicar direitos, mas que o aprisionava diante dos favores concedidos. Não obstante o fato dos trabalhadores brasileiros participarem de conflitos trabalhistas, matéria ainda a ser demonstrada adiante, nos faz refletir sobre os reais motivos para as baixas adesões aos movimentos reivindicatórios na história do operariado brasileiro.

Se as bases materiais estão presentes nessa análise, imbricadas com as questões sociais que podem estar ligadas por um processo de determinação ou não da superestrutura, a depender da teoria que se adota, não se pode olvidar de abordar a teoria política que analisa a concentração do poder patrimonialista, que

preceitua que a formação do Brasil, desde o período colonial, tem origem num sistema patriarcal que constituirá um estamento, o qual faz parte de uma “estrutura patrimonial” (FAORO, 2017, p. 822). Sobre o Patrimonialismo, que articula ter passado de pessoal para estatal escreve o autor:

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota a técnica de operação da economia (FAORO, 2017, p. 823).

Neste sentido FAORO (2017) faz uma crítica aos pensadores, dentre eles Marx, não deixando de mencionar Adam Smith e Max Weber, no sentido de ponderar sobre a análise do capitalismo moderno, em que argumenta que embora as interpretações sejam díspares, ambas tentam entender o passado reconstruindo-o numa “concepção linear da história”. (FAORO, 2017, p. 822)

Sob o ponto de vista deste autor, o capitalismo moderno é interpretado através de um processo de reconstrução tacanho, além do entendimento de que os fatos históricos são colocados de forma pretensiosamente racionais, pois, entende que no surgimento da sociedade capitalista houve a concepção da degradação das sociedades pré-capitalistas e mesmo que admita que se altera através de um processo dialético, preceitua que o entendimento dos processos históricos foram idealizados de forma artificial.

A crítica a concepção marxiana que FAORO (2017) sutilmente coloca, está no fato de citar a construção do filósofo Maurice Merleau-Ponty⁴, baseado na obra “As aventuras Dialéticas”. Este filósofo apresenta clara ambiguidade pelo fato de suas ponderações sobre a teoria marxiana serem confusas, pois, segundo o artigo de MENDONÇA (1987) em sua trajetória intelectual defendeu ideias da não existência de uma dialética única, se filiando a concepção de fatos dialéticos, além de se posicionar “Pensando a história como um conjunto de acidentes” (MENDONÇA,

⁴ Merleau-Ponty publicou ensaios marxistas, *Les Aventures de la dialectique* (“As Aventuras da Dialética”). Em que pese sempre ter adotado uma posição marxista alega que o Marxismo não leva em consideração as contingências da história e defende que não há uma dialética única.

1986/1987, p. 23) e negar que a luta de classes movimenta a história. Portanto, FAORO (2017), também se filia a ideia que as contingências que movem a história, além de se posicionar a respeito da história do poder no Brasil no sentido que a classe política é constituída de domínio patrimonial, que se observa na formação de um estamento que está acima das classes sociais, sendo que tal assertiva está calcada na seguinte afirmação:

Este curso histórico leva a admissão de um sistema de forças políticas, que sociólogos e historiadores relutam em reconhecer atemorizados pelo paradoxo em nome de premissas teóricas de vária índole sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político – uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. (FAORO, 2017, p. 824)

O pensamento político, econômico, social e cultural brasileiro é diverso em suas análises, entre autores que marcaram o arcabouço intelectual do país, já citados nestas primeiras escritas: Sérgio Buarque de Holanda; Celso Furtado; Caio Prado Jr e Raymundo Faoro, grandes interpretes que dimensionaram estudos que se inter-relacionam, e que contribuem para esta pesquisa. Nesse sentido, a formação do pensamento social, está atrelado aos aspectos econômicos do Brasil que adentra ao capitalismo industrial, e, portanto, nos traz a dimensão dos variados motivos pelos quais intelectuais e operários se interessaram no engajamento político de esquerda, se filiando ao Partido Comunista do Brasil (PCB), em um momento que o mundo ainda não estava polarizado entre duas grandes potências que se enfrentaram durante a Guerra-Fria, mas a Grande Guerra Mundial já havia acabado, trazendo consequências econômicas para o mundo, e, ainda estava por vir os efeitos da Segunda Guerra Mundial.

1.2 A industrialização na perspectiva marxista.

As personagens aqui retratadas nasceram no começo do Século XX, Mazzo em 1913 e Jurandir em 1914, portanto, sob a égide da velha República e da Constituição Federal de 1891, entre os governos do Marechal Hermes da Fonseca e Venceslau Brás. Durante a infância as personagens sofreram, junto com suas famílias, os efeitos da Primeira Grande Guerra. O período marcante, em que o mundo entrava num processo de industrialização crescente, momento que o capitalismo extrapolava suas fronteiras originais e buscava mercados consumidores para sua expansão.

Segundo BASBAUN (1976) o capitalismo se move com força voraz e se expande concentrando capitais gerando formação de trustes e cartéis, espalhando-se pelo mundo e subjugando países que não conseguem acompanhar o mesmo desenvolvimento. A grande característica dos países que estão à frente deste processo econômico se constitui na formação de um mercado interno forte que após sua saturação necessita de outros mercados e de matéria prima.

Deve-se enfatizar que neste processo do capitalismo industrial, no Brasil, que tinha uma economia agrária, os precedentes históricos do meio rural devem ser retratados, no que diz respeito ao empobrecimento do campo, além dos precedentes da formação do meio urbano que desencadeou a formação do proletariado.

O empobrecimento da área rural, muito bem delineada por BASBAUN (1976), trouxe a este trabalho as informações imprescindíveis que buscavam compreender como muitas famílias oriundas do meio rural migravam para as cidades, após a ruína econômica. Os hábitos de uma classe social constituída por grandes proprietários de terras, acostumados que estavam com o apoio do Império, foram transformados durante a república, sendo que alguns conseguiram acompanhar as mudanças do mercado internacional e se adaptaram. Outros, empobreceram diante dessas mudanças, como afirma BASBAUN:

Das transformações que se verificaram no panorama social brasileiro e com mais intensidade a partir das duas últimas décadas do século passado, a mais importante foi o empobrecimento progressivo dessa classe, senão em terras, seguramente na renda dessas terras. A fuga constante de escravos, o “cansaço” da terra e, posteriormente, a abolição, foram decisivos fatores de empobrecimento. (BASBAUN, 1976, p. 145)

Por outro turno a elite rural permanece adentrando no cenário político através de esquemas bem articulados pelos ditos coronéis, grandes proprietários de terras que detinham o poder regional. Com tal poder, advindo do fato de serem latifundiários, teve como consequência a submissão do homem do campo e a exploração de uma massa de trabalhadores rurais, que dependiam da terra para sobreviver, porém esta situação já perdurava desde a monarquia. O resultado foi a miséria extrema.

Mesmo que muitos latifundiários se tornassem cada vez mais ricos e poderosos, outros proprietários de terras empobreciam por não se adaptarem ao novo mercado internacional, e continuavam com a mesma mentalidade de outrora, vinculados que estavam a uma vida de luxo, aos moldes de uma nobreza, em que o dinheiro não era tão importante, mas sim o acúmulo de terras e escravos, fruto do passado colonial. Tais circunstâncias acarretam interpretações sobre o pensamento social no que tange ao comportamento das classes sociais brasileiras, que não conseguem adquirir consciência de classe. O comportamento social se coaduna com a visão de ideologia encontrada em Marx, pois as classes sociais dominadas adotam o comportamento e a visão da classe dominante, reproduzindo seus interesses e aspirações.

Sem investir na melhoria da produção e com a perda de sua mão de obra escrava, muitos proprietários de terra não se adaptaram à nova realidade exigida pelo mercado internacional. O declínio do fluxo de produtos agrícolas de exportação, como o açúcar, a borracha e o algodão (BASBAUN, 1976), provocaram grandes prejuízos, e muitos proprietários foram perdendo suas terras para os maiores latifundiários, que decidiram utilizar-se da força política regional que a terra lhes propiciava.

Estes latifundiários, cujo modo de vida e mentalidade ainda estava atrelado ao Império, adentraram para a política aproveitando-se da possibilidade da manipulação do voto a seu favor, e seu negócio privado será privilegiado pelo poder

público, através de uma rede política construída através dos municípios que influenciavam toda a política nacional. Talvez aqui a concepção de Faoro encontre respaldo, mas não se pode dizer que esta rede política se constituía em estamento, pois, nada mais é do que a articulação da classe dominante e a consciência que possui do seu poder político. O “coronelismo” representa o poder dominante que sem dúvida irá articular a política. Sobre o “coronelismo”, que será a base dessa articulação política e que sofrerá mudanças ao longo do processo histórico, vale mencionar o que pensa LEAL:

Como indicação introdutória, devemos anotar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL V. N., 2012, p. 44)

Dessa forma o poder exercido pelos coronéis acabou influenciando a vida urbana, já que não é possível entender o Brasil urbano dissociado do rural, tanto no seu aspecto econômico como social. Fica bem evidenciado, qual foi à razão da resistência à exploração do trabalho ter se iniciado pelo Brasil urbano, pois a concentração de muitos trabalhadores em um espaço físico que permita a comunicação, acaba propiciando a união articulada e resistente.

Em contrapartida, o Brasil, detinha um maior número de habitantes na área rural, e esta população era espalhada por um território imenso, não possibilitando qualquer meio de resistência, a não ser o surgimento do banditismo social. Para enfatizar e melhor explicar o poder, ou não, de resistência, BASBAUN faz uma didática referência da afirmação feita por Karl Marx (El Capital, Tomo I, cap. 13): “A dispersão dos trabalhadores do campo em grandes extensões de terra, rompe sua força de resistência, enquanto que a concentração dos operários das cidades aumenta essa força”. (BASBAUM, 1976, p. 141).

O banditismo social do meio rural era a única forma do trabalhador do campo se rebelar e sentir-se mais livre, já que de qualquer maneira sua vida estava fadada a miséria, a exploração e a morte prematura. Diante desses aspectos acabavam se

tornando jagunços ou cangaceiros, formas de fugirem da fome e ao mesmo tempo adquirirem um poder que os protegiam dos desmandos.

Guardada as devidas proporções e respeitando questões culturais, Hobsbawm escreve:

O banditismo é a liberdade, mas numa sociedade camponesa poucos podem ser livres. Em geral as pessoas estão presas ao duplo grilhão do senhor e do trabalho, um reforçando o outro. O que torna os camponeses vítimas do senhor e da coerção não é tanto sua vulnerabilidade econômica – em quase todos os casos são praticamente autossuficientes – quanto sua imobilidade. Suas raízes estão fincadas na terra e na propriedade rural, e ali devem permanecer, como árvores ... Mulher e filhos são como uma âncora, que prendem um homem a um local identificável. Somente a catástrofe, a aproximação do milênio ou a grave decisão, pode emigrar podem interromper o ciclo fixo da vida agrícola, porem mesmo o imigrante tem de logo se reinstalar em outro lugar, a menos que deixe de ser camponês. A espinha do camponês está curvada socialmente porque em geral ela tem de estar curvada no trabalho físico em seu campo. (Hobsbawm, 2010, p. 53/54)

A questão que se coloca de mais importante é que os ditos coronéis, apesar de serem donos das terras, efetivamente se afastaram cada vez mais do mundo rural, na medida em que acabaram transferindo a administração da terra para terceiras pessoas. Eles preferiram viver nas cidades, tendo em vista que seu maior empenho era a política.

Os mais ricos preferiram residir nas capitais, enquanto suas propriedades acabavam sob a responsabilidade de administradores, ou mesmo arrendatários, para que pudessem viver de rendas. Tal situação levou muitos à bancarrota e conforme BASBAUN (1976, p. 75) seu “Absentéismo, tão característico da vida rural brasileira post-república arruinou a produtividade agrícola e mais ainda o coronel”.

Para bem da verdade surgiu outro tipo de coronel, mais bem preparado intelectualmente, a quem BASBAUN (1976) considerou a transmutação para fazendeiro, o qual já adentra na lógica do capitalismo. Esse novo fazendeiro mais bem informado sobre os novos rumos do capital internacional, passa ao cultivo das lavouras de café, tornando-se cada vez mais rico e poderoso. Seu objetivo era econômico, visando o grande ganho de capital, porém pela via política acabou galgando postos que outrora eram ocupados por filhos e genros. Esse poder

econômico entra num circuito de créditos bancários e financiamentos que os fazem cada vez mais ricos e poderosos, bem como mais influentes do ponto de vista político, ditando as regras e os rumos do país. Esse poder, se pode dizer que “Constitui a cabeça política do país, o estado-maior das “classes conservadoras” da nação. O PRP, em suma. E governa o país até 1930.” (BASBAUN, 1976, p. 149)

O poder econômico de São Paulo determinou, durante a República Velha, sua composição na política nacional, numa alternância na Presidência da República entre São Paulo e Minas, na famosa política do café-com-leite, entretanto, não se pode olvidar que o Brasil já tinha suas elites muito bem definidas, e que se encontravam principalmente na Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A forte influência paulista no aspecto político se deveu ao seu crescimento econômico agrícola e industrial, mesmo que a indústria servisse para abastecer prioritariamente um mercado interno. Contudo, o governo federal dependia muito dos votos angariados nos Estados nordestinos em que a força política dos Coronéis era determinante.

A industrialização do país sofria muitas críticas por aqueles que achavam que sua vocação era eminentemente exportadora de produtos agrícolas, sendo esse um dos fatores que a retardaram, já que se acreditava que as produções de bens industrializados deveriam ficar sobre os auspícios da indústria estrangeira. No período retratado entram no país empresas internacionais, uma das quais a Light, na qual trabalhou o pai de Armando Mazzo, este um dos personagens centrais do presente trabalho.

Em que pese o processo de industrialização, o Brasil ainda se aproximava muito do contexto econômico do tempo colonial. Caio Prado Junior, marxista histórico, e militante do Partido Comunista, em sua obra clássica “Formação do Brasil Contemporâneo”, lançada em 1942, faz sua análise sobre os aspectos econômicos que se baseavam nos ditames da metrópole. Mesmo que o Brasil se voltasse para a agricultura de extensão, não há como negar que mantinha uma indústria rudimentar, que servia apenas para atender suas necessidades básicas, voltadas tão somente para suporte do setor agrícola. O autor se refere ao fato que no período colonial as artes e indústria tem sua existência ligada ao setor rural, na medida em que se faz necessário o uso de trabalhos mecânicos voltados para atender os grandes latifúndios, os quais necessitavam de carpinteiros, ferreiros e

profissionais que atendessem as demandas internas das propriedades rurais, entretanto, tais atividades não passavam de uma indústria diminuta.

Contudo, se tem notícia de uma crescente indústria têxtil já ao final do século XVIII, mas que será coibida por determinação da corte portuguesa temerosa que tal indústria tornasse o povo independente, bem como a concorrência com o próprio Reino (PRADO Jr., 2011, p. 237), e, por isso, essa industrialização será proibida em toda a colônia.

Da mesma forma a indústria do ferro, a princípio, sofreu a mesma limitação, contudo a presença do minério nas Minas Gerais, de fácil exploração e a autorização da metrópole em 1795, propiciou uma metalurgia tacanha com o objetivo de produzir ferramentas de trabalho e ferraduras (PRADO Jr., 2011, p. 238).

É evidente que esses aspectos foram decisivos para que o Brasil não conseguisse o mesmo desenvolvimento tecnológico encontrado na Europa. Porém, o país e o mundo a partir da década de 20 já havia sofrido transformações de grande relevo, o Brasil já passara pelo processo de independência e se tornara republicano e a Europa por uma Guerra Mundial, que apesar de trazer malefícios impulsionou maior desenvolvimento tecnológico, tendo em vista a necessária fabricação de armas.

Em que pese o fato da argumentação de que o Brasil não tivesse vocação para a indústria e sim para a agricultura de exportação, não há como negar que a industrialização ocorreu, mesmo que para atender um mercado interno, ainda que em proporções muito menores do que em outros países mais desenvolvidos. Da iniciante industrialização brasileira, nasceu uma classe operária a ela ligada, que trouxe em seu arcabouço elementos culturais e ideológicos que vieram com os imigrantes e que influenciaram a maneira de pensar e de agir desses trabalhadores, muitos atraídos devido as péssimas condições de vida que se tinha nos grandes latifúndios, neste caso se incluem brasileiros e imigrantes dos países já mencionados, que já tinham uma bagagem de conhecimentos industriais, adquiridos na Europa.

O aumento da indústria brasileira e por consequência, da classe operária, se deveu muito aos aspectos internacionais que contribuíram para isso. A Primeira Guerra Mundial foi determinante para este crescimento, conforme os números trazidos por Basbaun, como é possível ver:

A pequena indústria, já existente, não correspondia em média a 5% das necessidades nacionais. Se em tecidos chegavam a produzir 50% de nosso consumo, em outros artigos essa produção era zero. Todavia, segundo informava o Centro Industrial Brasileiro, em 1907, em cerca de 30 artigos já supríamos 70% das nossas necessidades. Durante a guerra, porém, começamos a produzir grande número desses artigos que já não podiam vir do exterior. Entre os cinco anos que vão de 1915 a 1919, criaram-se nada menos de 5 940 empresas industriais contra 6 946 criadas durante os vinte e cinco anos anteriores, 1890-1914, e 626 constituídas antes da República. E o valor da produção aumentou de 1 350 000 contos de réis em 1914 para cerca de 3 000 000 de contos em 1920 (BASBAUN, 1976, p. 99).

No Brasil, na medida em que as populações urbanas aumentavam, seja pela busca de condições de vida melhores que as do campo, ou pelo fenômeno da seca no nordeste do país, uma massa de trabalhadores se formava nas cidades. A imigração que ocorreu desde o ano de 1820, se intensificou após a abolição da escravatura e durante o período republicano, entre 1908 a 1930 (BASBAUN, 1976) entrou no país um número expressivo de imigrantes, tendo em vista, as péssimas condições de vida na Europa, principalmente durante e ao final da Primeira Guerra Mundial. A propaganda enganosa do governo brasileiro, atraiu grande número de Italianos, Portugueses, Espanhóis, Sírios e demais povos da Europa, os quais imigraram para o Brasil, e boa parte teve como destino o Estado de São Paulo, pois, havia a promessa, por parte dos fazendeiros paulistas, de aquisição de terras para o trabalho.

É necessário entender este grande contingente de imigrantes que vieram para o Brasil e foram para outros países da América. Se a imigração começou por volta de 1820, a explicação se encontra no fato da Europa ainda viver um período de passagem do modo de produção feudal para o capitalista, processo este que ocorreu de forma gradual e em tempos distintos (ALVIM, 1998).

Na medida em que ocorria concentração da propriedade rural para poucas pessoas, um contingente de camponeses foi impelido a buscar outros meios de ganhar a vida. O grande contingente populacional aliado a concentração de terras nas mãos de poucos homens, desencadeou o êxodo rural, e o destino foram os países mais industrializados da Europa que já estavam num processo produtivo e não conseguiram absorver esta mão-de-obra abundante, provocando uma extrema miséria entre os camponeses. Este quadro proporcionava grande risco de convulsões sociais.

A solução para o problema foi facilitar que esses camponeses buscassem uma nova possibilidade de trabalho na América, e um dos destinos foi o Brasil. Um grande número de Italianos e Alemães encontravam-se na mesma situação de penúria. O atraso de seus países em relação ao processo capitalista, uma vez entrando numa industrialização tardia, não permitiu acomodar esta mão-de-obra abundante. A razão que levaram a passagem de um modo de produção por outro, encontra-se na explicação dada por ALVIM:

A passagem do sistema de produção feudal para o de produção capitalista seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram; o que variou foi a época em que isso aconteceu. Os pilares dessa passagem foram: concentração da terra nas mãos de poucos proprietários; altas taxas de impostos sobre a propriedade, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e consequentemente endividamento; oferta por parte da grande propriedade de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor, e, por fim, a transformação deste em mão-de-obra para indústria crescente. (ALVIM, (org.) NOVAIS, 1998. p. 219)

Se o Brasil entrava no processo de industrialização de forma tardia, no mundo dito desenvolvido economicamente, as questões já eram de outra ordem, pois a nova ordem mundial exigia dispêndio de recursos para conquistar novos mercados consumidores. Os problemas em relação ao fortalecimento do mercado interno já estavam superados pelos países capitalistas. Não obstante, se inicia um movimento de estudos geopolíticos, impulsionados por interesses econômicos e conflitos bélicos, mas que no decorrer dos tempos, com o nascimento de forças antagônicas capazes de enfrentar o monopólio capitalista, serão utilizados para estruturar as ações governamentais diante dos conflitos econômicos polarizados entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Para a construção da pesquisa que envolve análises econômicas, sociais e políticas com reflexos para o Brasil no início do Século XX, não há como deixar de levar em consideração os estudos da geopolítica clássica, cuja relevância surge a partir dos estudos do sueco Rudolf Kjellén⁵ em 1905, que trouxeram a discussão sobre geografia política e geopolítica, chegando-se à conclusão que tinham objetos díspares, ficando a cargo da geopolítica os estudos estratégicos para o

⁵ Rudolf Kjellén foi um jurista sueco que primeiro utilizou o termo geopolítica, num ensaio intitulado "As grandes Potências. Lecionou Ciência Política e História nas Universidades de Uppsala e de Göteborg. (VESENTINI, 2013).

fortalecimento de um determinado Estado na dominação do cenário internacional. Se destaca na geopolítica os estrategistas militares e não os geógrafos, e mesmo que os estudos tenham assumido grande destaque durante a Guerra-Fria, sua análise já considerava que:

A ordem mundial multipolar que vigorou desde o final do Século XIX até a Segunda Guerra Mundial propiciava um clima de pré-guerra entre as grandes potências do período, com acirradas disputas por territórios, mercados e recursos na África, na Ásia e até na França. (VESENTINI, 2013, p. 16)

Os estudos geopolíticos clássicos já apontavam para os controles marítimos e terrestres, tendo como primeiro grande estrategista naval, da Marinha Americana do final do Século XIX até a primeira década do Século XX o Almirante Alfred T. Mahan⁶, militar que difundiu a ideia de os poderes marítimos serem fundamentais no controle dos fluxos internacionais. Segundo ele, o Estado que o detivesse seria a grande potência mundial. De fato, os EUA acabam se tornando, consolidando-se “na ordem multipolar conflituosa que nasceu a partir do enfraquecimento relativo da Inglaterra” (VESENTINI, 2013, p. 17). Enfatiza o autor que a posição geográfica dos Estados Unidos da América e os aspectos históricos favoráveis, o colocavam em condições especiais. O estrategista também aponta a ausência de inimigos que os atacassem por terra, reforçando sua tese que o poderio naval deveria ser o grande investimento do Estado americano.

Em tais condições históricas favoráveis, verifica-se, que a indústria naval americana se desenvolveu durante as guerras napoleônicas, mas seus precedentes históricos remontam a época que ainda era colônia, pois foi favorecida pela produção de açúcar das Antilhas. Devido ao sistema de monocultura para exportação, passou a diminuir o plantio de subsistência, o que levou as colônias americanas do Norte a fornecerem seus excedentes de trigo. Não fosse isso, a madeira era matéria-prima em abundância, comercializada com as ilhas para transportar o açúcar exportado em caixas de madeira. Salienta-se o fato que todo o comércio com as Antilhas já era feito pelos navios produzidos pela Nova Inglaterra. Os problemas enfrentados pela Inglaterra no período Napoleônico, foram fatores

⁶ Alfred Thayer Mahan era filho de um professor da Academia Militar dos EUA em West Point, NY. Ele se formou na Academia Naval dos EUA em Annapolis, Maryland, em 1859, e passou a servir quase 40 anos de serviço ativo na Marinha dos EUA.

preponderantes para que as colônias desenvolvessem seu mercado interno, pois o conflito com a França, provocou a interrupção do abastecimento às colônias das Antilhas, proporcionando aos colonos americanos negociarem seus produtos com as ilhas. Todos estes fatores foram determinantes para que se criasse um mercado interno autossustentável. (FURTADO, 2003). Portanto, tais condições históricas acabaram favorecendo o desenvolvimento econômico americano, elevando-a a condição de grande potência, dentre as da ordem multipolar.

O poderio Naval americano foi alavancado com a construção do canal do Panamá, “unindo os oceanos Atlântico e Pacífico”, tendo sido concluído em 1914, ano da morte do Almirante Mahan (VESENTINI, 2013, p. 18). Se o domínio norte-americano se deu pelos aspectos marítimos, que já tinham sido o prognóstico de Mahan, através de seus estudos, um outro estudioso pertencente ao mesmo período, Halford J. Makinder⁷, dirá que na porção territorial da Europa e da Ásia, surgiria uma área pivô, que se concentraria na Europa Oriental, constituindo como ele próprio dizia a “terra-coração”. Afirma que nessa extensão territorial de grandes dimensões, apresentaria importância suficiente, tendo em vista a

Combinação de três características: a presença de uma porção importante da maior planície do mundo que se prolongaria desde as estepes russas até a Alemanha, os Países Baixos e o norte da França, e que seria coberta de pastagens (*grassland*), o que favoreceria a mobilidade de povos e guerreiros; a presença de alguns dos maiores rios do mundo; e a sua natureza mais ou menos fechada em relação às incursões marinhas. (VESENTINI, 2013, p. 19)

Essas teorias geopolíticas clássicas acabaram sendo utilizadas posteriormente pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial pelos Nazistas, entretanto, foram trazidas à essa pesquisa para notabilizar as influências da época, no que diz respeito, a intensificação da expansão do capitalismo, e as estratégias que passaram a vigorar visando a concretização dos poderes hegemônicos que se formaram a partir do final da Primeira Guerra Mundial, e que se concretizam no decorrer e no término da Segunda Guerra. O Brasil recebeu tanto as influências da multipolaridade existente no início do século XX, como será influenciado pela

⁷ Halford J. Makinder: nasceu em 15/02/1861 na Inglaterra e morreu em 06/03/1947. Era geógrafo político, conhecido por sua concepção geopolítica sobre a divisão global entre o “coração” da Eurásia e as “terras marítimas”. (ENCICLOPEDIA BRITANICA acessada pelo link <http://www.britannica.com/biography/Halford-Mackinder>)

formação da bipolaridade mundial, quer no aspecto do alinhamento ideológico, formado por liberais, fascistas e nazistas, para manutenção do poder da classe dominante, quer no sentido da formação de uma oposição pretensamente revolucionária que se vinculará ao Estado Soviético.

Esses processos internacionais no que tange a economia, atingiram aspectos políticos para garantir o poder econômico, que por sua vez tem seu campo de influência nos aspectos sociais e culturais. O país entra no processo de industrialização e aos poucos floresce a resistência através do sindicalismo e o nascimento do Partido Comunista do Brasil – PCB, contra a exploração do trabalho assalariado, a imposição de condições sub-humanas de homens e mulheres, assim como o trabalho infantil. Não se olvidando que a Revolução Russa de 1917 trouxe para alguns segmentos da sociedade a possibilidade de tomar contato com as ideias de Marx que formaram o material ideológico explorado por Lenin na construção dos seus escritos políticos e econômicos, que foram difundidos pelo mundo e que provocaram aspirações revolucionárias e reações por parte dos Estados Capitalistas.

Nesse cenário mundial, em que as sociedades se tornam mais complexas e os Estados mais competitivos, a sociedade brasileira adentra tardiamente no processo de industrialização e, ainda, não tinha feito sua revolução burguesa, o que demanda o continuísmo da economia agrícola exportadora, e um sistema oligárquico que adota um sistema de revezamento, em razão da prevalência econômica dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, numa política denominada “Café com Leite”, momento em que desponta o movimento “Tenentista”.

Representantes de uma pequena burguesia, insatisfeitos com a Oligarquia, imbuídos de ideais positivistas, os tenentes do Exército Brasileiro eram oriundos da classe média e desenvolveram interesse por mudanças moralizadoras, como o voto secreto, seriedade administrativa e a derrubada das oligarquias que indicavam e alternavam os Presidentes do país. Tal estudo não é o foco deste trabalho, entretanto, o movimento “Tenentista” revela a força da classe média brasileira, que esteve atrelada ao desenvolvimento capitalista industrial, mas que não conseguiu fomentar a revolução burguesa. Contudo, o movimento “Tenentista” e suas rebeliões foram capazes de encabeçar um movimento que ajudou a desarticular a alternância de poder entre os Estados Oligárquicos de São Paulo e Minas Gerais, tendo a participação de personagens no Governo de Getúlio Vargas. Porém, emerge deste

movimento uma das figuras mais proeminente do Comunismo no Brasil, que foi Luís Carlos Prestes, em que pese que durante o período em que comandou a Coluna que percorreu o Brasil, juntamente com o tenente Miguel Costa, ainda não tivesse aderido aos ideais marxistas.

1.3 Fatores políticos e econômicos da Nova República

Os fatores responsáveis pela queda da Primeira República, estão ligados a motivos econômicos e políticos, tendo em vista os interesses conflitantes das oligarquias dos Estados da federação. Em que pese o acordo entre os Estados de Minas e São Paulo, na chamada política do “Café com Leite”, havendo a alternância de poder para ocupar a Presidência da República, ocorreu o rompimento do acordo quando o Presidente Washington Luís, em 1929, indicou seu sucessor Júlio Prestes, também paulista, rompendo com o revezamento político entre os dois Estados, ocasionando o desagrado dos mineiros que acabaram por se unir aos gaúchos, promovendo articulações políticas que culminaram no lançamento da candidatura de Getúlio Vargas para presidência da república e de João Pessoa como vice, formando a Aliança Liberal, cuja composição aglutinou as oposições dos Partidos Democráticos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

As oligarquias tinham seus interesses representados pelos Partidos Republicanos dos Estados da Federação, enquanto o Partido Democrático era formado por profissionais liberais de São Paulo, e constituiu uma dissidência do PRP. O Partido Democrático, apoiou Getúlio e uma parcela do Partido Republicano Mineiro deu seu apoio a Júlio Prestes, que por seu turno também era apoiado pelo PRP, o qual aglutinava interesses tanto dos industriais paulistas como dos latifundiários cafeicultores, o que não constituía contradição, haja vista que o interesse do setor industrial paulista ainda estava ligado aos interesses dos produtores de café, apesar do crescente desenvolvimento industrial. Além disso, não só a burguesia industrial paulista tinha sua base política representada pelo PRP,

também a carioca tinha seus braços no setor burocrático do Estado, em função do vínculo que mantinham com o Partido Republicano do Distrito Federal. Outrossim, a relação dos industriais paulistas com o Partido Democrático, composto por profissionais e jornalista, em sua maioria, não era boa, havendo muitas críticas ao setor. Sobre a relação dos industriais paulistas com o Partido Democrático escreve FAUSTO (1995, p. 326): “Não tinham também razões para simpatizar com a oposição, pois eram um dos alvos de suas críticas.

Essas forças políticas, próprias da classe dominante do país, ou a elas ligadas, não apresentavam uma proposta de modelo econômico diverso do que aquele que já existia, porém, as oligarquias das diversas regiões do país, pleiteavam que seus interesses econômicos e políticos fossem atendidos e não só os interesses da oligarquia de São Paulo. Os interesses por reformas políticas vinham das novas perspectivas dos setores médios da sociedade que se uniu a alguns representantes do movimento “tenentista”, objetivando promover mudanças sociais, mas não havia propostas para alterar a ordem econômica calcada nos grandes latifúndios e na produção de poucos produtos em grande escala voltados para exportação.

A centralização do poder era uma das ideias que tomou força com o movimento “tenentista” e uma nova geração de políticos ligados à classe média, se tornando possível pelo descontentamento com as velhas práticas das oligarquias que mantinha um poder político regional. Diante de um quadro tão heterogêneo, mas que provocou apenas uma substituição das antigas elites, sem grandes modificações sociais, a denominada “Revolução de 30”, reúne forças políticas que agregam “... militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais.” (FAUSTO, 1995, p. 327), tendo como representante Getúlio Vargas, que diante das contingências, com o assassinato de João Pessoa, criou-se um clima favorável para que houvesse o golpe de Estado, e Júlio Prestes, mesmo eleito, fosse solapado do poder pelo homem que inaugurou a ditadura que inaugurou o período da história que levou o seu sobrenome: a “Era Vargas”.

O que ocorreu em 1930 não se pode chamar de Revolução, pois, quando Getúlio Vargas ascende ao poder, propiciando a derrocada de Júlio Prestes, o qual tinha sido eleito pelo sistema eleitoral com as mesmas características das velhas

influências regionais oligárquicas, mas que também foi utilizado pelas forças que apoiavam Getúlio Vargas, foi mantido o mesmo sistema econômico e de poder sem grandes mudanças sociais, não havendo alteração da ordem vigente, tampouco da Constituição da República alterada em 1934. O ponto nevrálgico, sem dúvida, e que propiciou o golpe, foram as questões conflitantes entre os latifundiários cafeicultores e os latifundiários do restante dos Estados. Contudo, mesmo que no início do governo Vargas tenha ocorrido grande proteção ao setor agrícola, houve um avanço da indústria brasileira, se tornando um setor com grande influência política. Ressalta-se que “é inegável que, nos anos 30, a indústria brasileira deu um salto à frente e se reforçou a influência política da burguesia industrial. Se não houve uma revolução, é também inegável que ocorreu uma virada na evolução histórica do País.” (GORENDER, 1982, p. 64)

Destarte, não se pode negar que o papel da classe dominante brasileira apenas criou a sensação de mudança, através de um discurso de poder que passa a subjugar qualquer forma de pensar diversa da sua, constituindo um movimento ideológico que visa suprimir a própria ideia de luta de classes. Neste sentido, a análise deve se dar à luz de um processo ideológico, pois, a questão não está vinculada aos fatos e sim ao termo “revolução”. Sendo assim:

A revolução de trinta pertence, portanto, ao movimento da ideologia, uma vez que tal ideia, resultado da luta de classes, é também o seu ocultamento e a dimensão simbólica mais extensa do exercício de dominação em torno dos anos trinta. Ora, se esse movimento de memorização consubstancia no exercício de dominação a ideia de revolução de trinta – unitária e homogênea – e se admitirmos o caráter estratégico dessa categoria no nível do discurso do poder, como elemento capaz de ocultar a própria dimensão histórica do conflito de classes, o termo revolução representa uma estratégia da dominação para apagar outras propostas políticas que se expressaram no interior da luta de classes. (DECCA, 1988, p. 74)

A análise deste período passa por estudos sobre o papel do tenentismo e das oligarquias brasileiras, estas compostas pelos setores cafeeiros e por demais setores a eles ligados. A tese dualista criticada por Boris Fausto, a qual corresponde

a ideia de uma revolução calcada na movimentação das classes médias, bem como no “ascenso ao poder da burguesia industrial” (FAUSTO, 1970, p. 11), tem como uma das premissas que a revolução de 1930 põe fim a oligarquia cafeeira, cuja burguesia ditava as relações político-sociais, trazendo um novo cenário desvinculado de um único produto exportador, bem como permitiu a participação de outras oligarquias no processo político, sem se constituir num sistema oligárquico de poder, além da participação das classes médias urbanas e do movimento “tenentista”, o qual permitiu um projeto de poder de Estado. Escreve o autor:

A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põe fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias, intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local, embora possa haver a troca de grupos ligados ao “antigo regime” por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao Poder Central, com a perda do controle direto dos governos dos Estados, onde são instalados interventores federais”. (FAUSTO, 1970, p. 110)

Toda análise até aqui, se prestou a contextualizar o cenário político, econômico e social, que ao mesmo tempo comportou as lutas do movimento operário que crescia conforme o país se industrializava, e, por conseguinte, nascia com ele as ideias revolucionárias e libertárias, ideias estas que irão compor a pesquisa. Se levará em consideração as atuações posteriores de Armando Mazzo e Jurandir Celso do Amaral Guimarães, marcadas pelo “Obreirismo” que surge com a orientação do Sexto Congresso da Internacional Comunista (1928), para que o quadro de dirigentes do PCB fosse ocupado somente por operários, considerando o fato de serem eles os responsáveis pelo processo revolucionário. Entretanto, é necessário abordar a gênese das influências que marcaram o movimento operário, consubstanciado na atuação dos anarquistas, no nascimento do movimento sindical e na fundação do Partido Comunista do Brasil.

1.4 Raízes do proletariado nacional e paulista

A antiga classe média que estava ligada as oligarquias rurais tradicionais, com as mudanças dos paradigmas impostos pelo avanço da revolução industrial, vai se proletarizar e este proletariado lentamente se movimenta no sentido de promover a organização sindical no Brasil. Em que pese o fato de já existir um proletariado pequeno antes da República, pois haviam trabalhadores na indústria e também no comércio, o seu crescimento vertiginoso se deu durante a Nova República. Adotando a interpretação de que houve uma “proletarização das classes médias” (BASBAUN, 1976, p. 172), conclui-se que ocorre a junção desses trabalhadores urbanos com os que vinham do campo, contribuindo sobremaneira com o número de operários que passam a atuar na indústria.

Se adotarmos a concepção de que o proletariado se formou com o desenvolvimento histórico das sociedades, tendo em vista o acontecimento da revolução industrial, e que sua composição se deu através da luta de classes, fenômeno também encontrado no modo de produção feudal, não restará qualquer dúvida de que a teoria marxiana é a explicação para se entender como se deu a “proletarização das classes médias” no Brasil, bem como a proletarização de segmentos da burguesia nacional. Tal fenômeno é respaldado na ideia de MARX de que a burguesia não está isenta de travar lutas dentro do seu próprio habitat, provocando o solapamento de suas frações, as quais se juntaram a classe proletária, levando consigo toda a sua forma de pensar e agir – o que contribuiu para que a classe proletária assimilasse muitos dos valores da classe burguesa -, mas também, como sugere o pensador:

A burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra si mesma. Além disso, como já vimos, frações inteiras da classe dominante, em consequência do desenvolvimento da indústria, são lançadas no proletariado ou, pelo menos, ameaçadas em suas condições de existência. Também elas trazem ao proletariado numerosos elementos de educação. ” (MARX & Engels, 2017, p. 30)

Tais aspectos podem demonstrar que na superação de um modo de produção por outro, os elementos ideológicos são naturalmente entendidos como reflexo da luta de classes e do processo histórico dialético, o quais estão implícitos nas relações sociais e culturais, responsáveis por formar parte da mentalidade dos trabalhadores, tanto na reprodução e disseminação de valores burgueses como na capacidade de lutar contra eles.

Contudo, não se poderá entender o processo de industrialização e de formação da força de trabalho assalariado no Brasil e em São Paulo, sem antes se levar em consideração os reflexos da escravidão colonial na formação da nossa burguesia e do nosso proletariado. Além, de analisar se os fazendeiros de café foram responsáveis ou não pela mudança do modo de produção escravista colonial para o modo de produção capitalista industrial. Neste sentido, conforme entende GORENDER (2019) os fazendeiros do Vale do Paraíba tiveram muita dificuldade em acabar com a utilização da força de trabalho escravo, pois, mesmo que estivessem passando por dificuldades econômicas ainda lhes propiciava rentabilidade, tal qual ocorria com os fazendeiros do Oeste Paulista, e, portanto, o autor não se filia a outros entendimentos de que este processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado fosse fator ligado a baixa rentabilidade do trabalho escravo. Entretanto, esta questão, mesmo que controversa, revela que a economia brasileira de base rural e escravista perdurou até a abolição da escravatura, e foi fator preponderante do início tardio no processo industrial brasileiro, trazendo morosidade ao surgimento do proletariado, além de trazer marcas profundas na mentalidade e forma de vida, apresentando aspectos psicossociais que passam a ser o foco de observação de intelectuais que rompem com o paradigma do racismo científico, calcado na eugenia, e se voltam para o estudo da formação social, política e econômica da nossa sociedade. O certo é que o distanciamento necessário para o estudo, talvez não permitisse ver com clareza as características principais de formação do nosso proletariado.

No que tange ao proletariado se constituir como classe já nas três primeiras décadas do século XX, o que se pode concluir é que sua formação heterogênea, alicerçada em números pouco expressivos, além de estar nos seus primeiros anos de formação, sem ter a vivência e as experiências trazidas pelos séculos como se deu com o proletariado Europeu, não o habilitava ainda como uma classe. Mesmo porque, segundo os números apresentados por BASBAUN (1976), o operariado entre os anos de 1920 a 1930, não passaram de 800 (oitocentos) mil, cuja concentração majoritária estava nas cidades do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro. Certo é, que estava na sua gênese elementos característicos no mundo rural, de costumes das populações estrangeiras, dos hábitos dos migrantes retirantes da seca, e de contingentes ligados a escravidão recém abolida. Sendo assim, se torna imprescindível conhecer a formação social do país, para delinear os elementos de influência, suas convergências e divisões.

Considerando o fato que a intelligentsia brasileira, após a década de 30 esteve calcada na concepção de Gilberto Freire e de Sérgio Buarque de Holanda, que apontava para o fato de haver uma cultura eminentemente mestiça na formação do pensamento e na forma de ser do povo brasileiro, mas que também apresentava uma teoria de conciliação entre escravos e seus senhores, tendo originado uma ideia de amenização do conflito racial e a formação da chamada “democracia racial” (GORENDER, 1982), podemos entender que tal concepção esconde o fato de que houve resistência por parte do trabalhador escravo, e que em São Paulo, no período das grandes plantações de café, mais especificamente no final do Séc. XIX, o trabalhador negro não era passivo diante dos desmandos e continuou em processos de fuga das lavouras cafeeiras, o que constituiu um dos motivos para exploração do trabalho dos imigrantes que substituíram os escravos como força produtiva.

Inobstante o evento da abolição da escravatura, e da crescente industrialização do país, ocasionando a transferência de grandes contingentes de homens e mulheres negras para as regiões urbanas, não houve a incorporação de tais trabalhadores pela indústria, pelo menos nas primeiras décadas da industrialização, e devido o preconceito racial que já estava no âmago da sociedade, bem como o fato de não constituírem mão de obra especializada, acabavam marginalizados, se aproximando apenas de trabalhos braçais e de baixa remuneração. Segundo os estudos de Basbaun (1976) não disputavam os melhores empregos, e acabavam constituindo uma força reserva, como se fosse um exército

que fica à disposição do sistema capitalista que explora sua mão-de-obra ociosa e ansiosa por trabalho, pronta para ser explorada devido ao seu baixo custo econômico.

O sociólogo Jessé Souza (2017) ao mencionar os estudos realizados por Florestan Fernandes, realça os aspectos que propiciaram o abandono dos trabalhadores ex-escravos, em especial na cidade de São Paulo, tendo em vista o advento da imigração e do crescimento econômico. Fica estabelecido que houve o abandono do escravo após sua libertação sem que efetivamente conseguisse se colocar nas mesmas condições da massa trabalhadora em formação, enfatizando que:

Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna. (SOUZA, 2017, p. 74)

No que diz respeito a participação do negro no processo de industrialização do país, há que se mencionar que persistia e ainda persiste uma ideia de supremacia branca, e reportando ao período em que grandes contingentes de imigrantes vieram para o Brasil, a lógica racista não acompanhava a mesma do capitalismo, tendo em vista que para o seu avanço pouco importa a raça ou a cor da pele, desde que possa expandir a exploração e o aumento da produção. Entretanto, como bem salientado “...não deixa de ser verdade que, em determinadas condições históricas, o capitalismo não se inibe de herdar preconceitos e práticas racistas de formações anteriores.” (GORENDER, 2000, p. 69/70)

Como força de trabalho, na cidade de São Paulo, no período de crescente industrialização, os ex escravos não puderam ser absorvidos, pois a mão de obra imigrante “que chegava de modo abundante ao país – cuja importação os senhores haviam conseguido transformar em ‘política de Estado’ – e a utilização dos nacionais não escravos” (SOUZA, 2017, p. 75), preponderava. Não só os aspectos econômicos constituíram fatores dominantes para tal situação, sendo oportuno ressaltar a influência de uma concepção eugênica que vislumbrava que a vinda de imigrantes para o Brasil contribuiria para o “branqueamento da população brasileira” (DULLES, 1977, p. 17). Esta maneira de administrar o mercado está ligada a uma

cultura racista que se balizou em falácias sobre as desvantagens da mestiçagem, que adquiriu ares de ciência, como nos estudos de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Viana, em que se defendia o “branqueamento” como solução para o desenvolvimento econômico (GORENDER, 2000).

Vale ressaltar a afirmação de GORENDER, no sentido de que estudos foram feitos para demonstrar que houve uma contribuição substancial de imigrantes e seus descendentes na formação da burguesia industrial brasileira. Entretanto, o autor adverte que poucos imigrantes se tornaram capitalistas, seguros de chegarem ao Brasil com certo capital, enquanto a maioria precisava vender sua força de trabalho. O autor esclarece que:

Tornaram-se capitalistas uns pouquíssimos que já vieram com algum capital (modesto que fosse), que chegaram ao Brasil contratados como representantes de firmas estrangeiras (caso de Rodolfo Crespi⁸) ou como técnicos e administradores que traziam um equipamento cultural favorável à montagem de pequenos negócios comerciais e pequenas oficinas, etc. (GORENDER, 1982, p. 40)

No que concerne a questão econômica, que implica na proletarização e a consequente mudança do modo de produção colonial escravista para o capitalismo industrial, não se pode olvidar que o trabalho escravo e mesmo o assalariado não prescindem de vigilância para poder implementar produtividade compatível com os objetivos do acúmulo de riqueza. Não obstante, o trabalho escravo se tornar mais dispendioso do ponto de vista econômico, do que o assalariado, a contar pelo fato de não haver “estímulos para ser mais produtivo, exceto a ameaça do castigo. É um trabalhador desinteressado, relapso, propenso a ‘corpo mole’. Daí a necessidade de atenção agressiva dos feitores habitualmente de chicote em punho.” (GORENDER, 1982, p. 39)

A mudança de paradigma que levou a constituição do trabalho assalariado, tem o Rio de Janeiro como precursor da utilização deste tipo de exploração no processo de industrialização e só posteriormente São Paulo supera o número de indústrias e de trabalhadores assalariados existentes na Capital nacional. A historiadora Mary Del Priore coloca no mesmo patamar os trabalhadores de fábricas têxteis, de calçados e chapéus, bem como, os artesões, alfaiates, sapateiros e

⁸ Rodolfo Crespi (Busto Arizio, 30 de março de 1874 — São Paulo, 27 de janeiro de 1939) foi um imigrante italiano radicado em São Paulo, onde construiu um dos maiores grupos industriais do Brasil da primeira metade do século XX, sua fortuna foi avaliada a 03 bilhões de dólares americanos atuais.

pequenos funcionários públicos, tidos como categorias que aceitaram novas ideias políticas, citando como exemplo, caracterizador da aderência a essas novas ideias, a fundação do Centro do Partido Operário que disputou eleição para a Constituinte de 1891.

Por outro turno os industriais paulistas ainda estavam ligados a formação do capital através da aquisição de terras, e do controle político, revelando que ainda estávamos sob a égide de valores rurais e do solo, mesmo que se avançasse para o industrialismo. Portanto, ainda não havia um investimento específico nos processos industriais, assim demonstra os estudos sobre a economia industrial que observam a existência de mudanças lentas. Segundo os estudos: “Matarazzo tornou-se latifundiário para plantar cana-de-açúcar e criar gado de corte. Não poucos industriais encontraram na especulação com terrenos urbanos excelente negócio para a formação de novos capitais” (GORENDER, 1982, p. 46)

Tal comportamento demonstra o apego ao conservadorismo que não ocorria só no Estado de São Paulo, mas em todo o país, e revelava uma aproximação com as oligarquias em detrimento a posições de vanguarda no que tange a evolução das estratégias capitalistas modernas, demonstrando, como bem salientou GORENDER (1982, p. 46), o “atraso com que surgem as entidades organizativas dos industriais. Estes filiavam-se às Associações Comerciais preexistentes e tardiamente fundavam suas organizações próprias e diferenciadas”. Lembrando que os industriais paulistas estavam mais acostumados a filiarem-se à Associação Comercial de São Paulo, cuja fundação data de 1894.

Quanto ao operariado se tem notícia de que o Centro do Partido Operário foi engendrado pelo Tenente José Augusto Vinhaes, jornalista e Diretor Geral dos Telégrafos, o qual pertencia a classe média e não operária, e por esta razão não pode se afirmar que legitimamente defendesse interesses do proletariado. Contudo, é passível de entendimento que houve uma aproximação com a classe operária, por afinidade com o socialismo utópico e causas sociais. Nesse sentido, o fato do Centro do Partido Operário ter feito reivindicações pertinentes a proibição do trabalho infantil, jornada de trabalho de oito horas, etc. (PRIORE & VENANCIO, 2010) manifestava-se como representante de uma classe pequeno burguesa, cujos membros eram pertencentes ao funcionalismo público que vinham da classe média empobrecida.

Afirma BASBAUN (1976), que com o início da república a classe média empobrecida, constituída de artesãos, pequenos comerciantes, lojistas, marceneiros, sapateiros e outros, se proletarizaram em virtude de serem absorvidos como operários em fábricas mais poderosas, ou se transformaram em funcionários públicos. Nesse sentido vale ressaltar as informações do autor:

Essas camadas proletarizadas que já nada mais tinham de seu a não ser os braços para alugar, embora continuassem pensando como se ainda tivessem alguma coisa, iriam ingressar ou constituir as fileiras mais agressivas e desesperadas do exército dos descontentes, o *substratum* ideológico de todas as revoluções e quarteladas até 1930, exército que dia a dia vinha adquirindo força e mais potencial político. (BASBAUN, 1976, p. 172)

As organizações entre trabalhadores, muito embora tenham surgido antes mesmo da República, tinham caráter meramente assistencialista, sendo que muitas prosseguiram no mesmo sentido durante a república, constituindo o denominado mutualismo. Portanto, nada mais eram do que associações que tinham o objetivo de ajuda mútua, fomentadas pelo fato da proletarização provocar a miséria, além da existência de um exército reserva de trabalhadores, que trouxeram como consequência os baixos salários e o aviltamento da classe trabalhadora.

Tal aviltamento do trabalho operário gerou resistência, entretanto, esta não seria possível sem a orientação e participação efetiva dos imigrantes italianos e espanhóis que já apresentavam as características próprias da classe proletária, e uma vez integrados no proletariado brasileiro, engrossaram o coro de reivindicações, tendo em vista a vivência adquirida nos processos de industrialização e de exploração, da qual já haviam tomado parte em seus países de origem, assim como traziam muitas das ideias anarquistas que se difundiram pelas cidades que se industrializaram.

2 A ORGANIZAÇÃO DA MASSA TRABALHADORA EM PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL.

O desenvolvimento do pensamento político brasileiro, atrelado às questões sociais e econômicas, permitem fazer uma análise de como a teoria marxiana ganhou vulto no Brasil e por quais motivos. Entretanto, antes de enveredar pelo processo histórico que contrapôs ideias libertárias, é conveniente analisar o caráter interdisciplinar da teoria de Marx, o que poderá elucidar os motivos pelos quais o pensamento se tornou uma corrente político-ideológica de envergadura suficiente para permanecer por décadas no cenário político nacional, mas que comportou diversos antagonismos dentro do movimento de esquerda, no mundo e no Brasil.

A interdisciplinaridade da teoria marxiana permitiu uma maior reflexão sobre as questões econômicas, sociais, políticas e culturais, fazendo com que se desenvolvesse o pensamento marxista, o qual propiciou o estudo da sociedade brasileira a partir dos elementos basilares da análise do materialismo histórico dialético. Não se pode olvidar que a teoria marxiana desencadeou uma forma de analisar a sociedade e os Estados, não só do ponto de vista econômico, mas, a partir dos estudos dos modos de produção verificou-se as influências sofridas nas outras searas do conhecimento, que irá se fragmentar com o aprofundamento das relações estabelecidas pelo capital. Neste diapasão, não poderia ser diferente, no Brasil, do que ocorreu no resto do mundo, pois, já se vivia o processo de globalização. Os estudos de Marx timidamente são objeto do interesse dos intelectuais brasileiros e, com o endurecimento das condições de trabalho, a expansão da classe trabalhadora e o contato com as notícias da Revolução Russa, formam os ingredientes para o despertar dos interesses para os estudos da teoria marxiana e marxista. Mesmo que tais estudos fossem provocar divisões e diferentes interpretações, é indubitável que trouxe uma visão interdisciplinar para se entender a sociedade.

Concomitantemente, verifica-se a formação do sindicalismo, que se ligou ao movimento anarquista e ao socialismo revolucionário, que povoaram o palco político e social brasileiro, juntamente com o nascimento do comunismo, o qual tentou levar aos movimentos sociais uma maior compreensão sobre o capitalismo de Estado, que se formou a partir da Nova República. Entretanto, se conseguiu fazê-lo, ficou

constrito a pequena parcela do operariado e a seguimentos da intelectualidade, que beberam principalmente das ideias Leninistas, tendo em vista as estratégias adotadas por Lenin na implantação do Estado Soviético. A organização das correntes de esquerda no Brasil, passa por uma divisão inerente às concepções revolucionárias ligadas às metanarrativas, porém, com o passar do tempo experimenta cisões ligadas as estratégias político-partidárias.

De forma embrionária, os anarquistas foram responsáveis pelo incremento do sindicalismo no Brasil, entretanto, a visão mutualista e o discurso contra o Estado foram estratégias que não efetivaram o convencimento dos operários em assumir uma postura revolucionária, permanecendo a dificuldade de entender como seria possível a existência de uma sociedade sem o controle estatal, constituindo uma visão muito distanciada do pensamento da classe operária, cujas influências culturais não permitiam entender o funcionamento da sociedade sem a ordem estabelecida pelo Estado, fruto da influência positivista e organicista.

No início do Século XX a humanidade passa por transformações profundas, de responsabilidade das relações de produção. Em razão das características peculiares do Capitalismo, inicia-se um processo de fracionamento do homem e do pensamento, provocando divisões de ideias, e mesmo que se compreenda que os estudos de Marx fomentaram uma nova forma de enxergar a realidade, mesmo que se considere a sua interdisciplinaridade, é indubitável que o fracionamento do conhecimento também fracionou os ideais libertários. Formam-se as organizações de esquerda, com teorias que guardam semelhanças quanto aos malefícios sociais da propriedade privada e da luta de classes, contudo, apresentam visões estratégias diversas que fracionam os movimentos libertários e a forma de organização da classe operária.

Os movimentos anarquistas, socialistas e comunistas guardam muitas semelhanças quanto as análises do Capitalismo, entretanto, divergem nas estratégias de combate ao Estado burguês. Nesse contexto, com a grande influência da Revolução Russa, os Partidos Comunistas se formam pelo mundo e assumem a direção dos movimentos sindicais. No Brasil não foi diferente e na década de vinte funda-se o Partido Comunista do Brasil. Contudo, a orientação internacional de que a revolução deveria ser levada pela classe proletária e que os cargos de comando

deveriam estar nas mãos de operários, deu início ao período denominado “Obreirismo”, associado ao fato de que na URSS a concepção de Stalin sobre o processo revolucionário em um só país foi vitoriosa, derrotando e assassinando Trotsky, o qual via o processo revolucionário como estratégia mundial, devendo ser levado aos demais Estados. Tal contexto, provoca a divisão das lutas estratégicas e a prevalência do Stalinismo no seio do Partido Comunista do Brasil em detrimento das ideias propostas por Trotsky, mas que encontra seguidores dentre a muitos intelectuais brasileiros. Portanto, o movimento revolucionário brasileiro, antes mesmo da Nova República, se encontra fracionado.

Tais aspectos são importantes para o desenvolvimento do presente capítulo, pois, para que se entenda os movimentos de esquerda a partir da década de vinte, é necessário compreender as influências da teoria marxiana, bem como sua interdisciplinaridade, assim como as estratégias políticas que foram responsáveis pela cisão do movimento revolucionário no Brasil, influenciado pelos componentes internacionais. Tais questões são fundamentais para entender os personagens retratados na presente pesquisa e que explicam suas posições político-ideológicas de assumir um modo de vida proletário.

2.1 A teoria e práticas revolucionárias.

Para se entender se há relação entre marxismo, interdisciplinaridade e formação do pensamento político e social brasileiro faz-se necessário abordar o impacto que os estudos de Marx e do desenvolvimento do pensamento marxista acarretaram no pensamento político e social do mundo e do Brasil. A dimensão que as obras de Marx tomaram entre os intelectuais, em especial o método materialista histórico, apoiado na dialética da luta de classes, foi determinante para que se repensassem os métodos científicos de análise da sociedade, passando-se a ter um olhar analítico que comporta um método holístico de compreensão dos fenômenos sociais. Para tanto, à luz de como se apresentam os estudos epistemológicos hodiernamente, foi necessário se valer do arcabouço e da contribuição das diversas disciplinas, as quais se fragmentaram a partir da especialização ocorrida com o avanço das sociedades capitalistas.

Em que pese a separação do conhecimento, ocorrido na metade do século XIX, nos tempos anteriores as diversas disciplinas estiveram imbricadas com a preocupação que os intelectuais detinham em chegar à própria essência do conhecimento. Nesse sentido, os estudos de Marx apresentaram uma análise da sociedade e do homem, explicando, por meio do modelo unívoco da dialética de lutas de classes os problemas surgidos em todas as esferas sociais, uma vez que as relações de produção são determinantes na estruturação da sociedade capitalista. Note-se que Marx cerra fileiras com pensadores de tempos anteriores à compartimentação dos saberes, que produziam suas obras sem a menor preocupação em definir a área a que pertenciam. Dessa forma, refletiram sobre os grandes problemas que atingem o homem, no passado e no presente, formulando as primeiras teorias sobre fenômenos físicos, biológicos, sociais, políticos, filosóficos, e os seus impactos no cotidiano da humanidade, inquirindo sobre a natureza das relações sociais, das estruturas do poder e o lugar de cada um na ordem social. As reflexões desenvolviam-se por meio de abordagens múltiplas e a pesquisa concentrava-se na tarefa de descobrir as formas mais eficientes de convivência, tendo por meta o controle do poder. Assim, nossos antepassados

criaram as regras básicas para o raciocínio lógico, ético e metafísico, que definiram os campos da reflexão científica, filosófica e literária, no âmbito das fronteiras que assinalavam limites ao conhecimento de suas épocas históricas.

Marx, um economista genial, um historiador medíocre e um mau filósofo, delineou com clareza dados da exploração burguesa, conceituando com precisão e "com implacável consistência" (JONES, 2017) a lógica interna do capitalismo, que se encontram vívidas e mesmo exacerbadas até nossos dias. A importância duradoura de Marx procede do impacto de suas ideias desenvolvidas em uma série de textos, que significam intervenções que realizou em contextos políticos e filosóficos particulares. Na qualidade de filósofo, teórico da política ou crítico de economia política, Marx via as suas análises como intervenções em áreas de discurso já existentes, dirigido essas análises aos seus contemporâneos (JONES, 2017, pp. 17-18). Não resta dúvida de que a influência do marxismo se revelou, desde seus inícios, como considerável, pois existia apenas mais uma escola visando à explicação total da história no século XIX — o Positivismo, um filho tardio do Iluminismo do século anterior, que contribuiu para a compreensão da história na medida em que propôs a introdução de conceitos, modelos, métodos e descobertas das ciências naturais às ciências humanas. Como vemos, em plena época do saber "em gavetas" falava-se da interdisciplinaridade como a metodologia necessária para a investigação social. Apesar da importância da união proposta entre disciplinas situadas em campos separados, os modelos ainda se apresentavam toscos, pois embora Comte considerasse que a sociologia era a mais alta das ciências ele ainda tinha pouco a dizer sobre a influência de fatores não sociais sobre processos sociais, apresentando concepções sobre a identidade humana no campo meramente especulativo, ou mesmo metafísico. Mesmo por pensadores marxistas, o materialismo histórico passou a ser definido comumente como "determinismo econômico", embora Marx rejeitasse essa expressão (HOBSBAWM, 1998, p. 158).

O marxismo foi a primeira teoria estrutural-funcionalista da sociedade, diferindo das demais em dois aspectos:

Insiste, em primeiro lugar, em uma hierarquia dos fenômenos sociais (tais como "base" e "superestrutura") e, em segundo, na existência no interior de toda sociedade de tensões internas ("contradições") que contrabalançam a tendência do sistema a se manter como um interesse vigente (HOBSBAWN, 1998, p. 162).

O homem, em geral é o centro, o destinatário e a razão de todos os estudos, e, por isso, não pode prescindir da necessária contribuição das diversas disciplinas que estão ligadas e interseccionadas, as quais tem em seu bojo os conceitos para que se compreenda como parte dos intelectuais e de operários do mundo inteiro desenvolveram o pensamento e a consciência político-social de esquerda, alinhada com a visão de Marx sobre a superação da sociedade burguesa por uma sociedade comunista. A contextualização histórica, econômica, política e social em que vivem os membros das sociedades burguesas, destacando operários e camponeses, intelectuais "orgânicos" e "tradicionais" de "tipo urbano e de tipo rural" (GRAMSCI, s/d, p. 7), é imprescindível para entender como se formaram e se desenvolveram os pensamentos políticos e sociais, bem como o caldo de cultura que se construiu em torno de ideologias conflitantes, representadas pelo marxismo, liberalismo, positivismo, fascismo e nazismo, levando-se em consideração a contribuição da literatura e da "indústria cultural", tanto como difusores de ideias revolucionárias, como contrarrevolucionárias.

Se analisarmos a sociedade brasileira, na passagem do século XIX para o XX, período em que as ideias já referidas faziam parte do arcabouço do pensamento político mundial, poderemos notar que estava arraigada a uma forma de pensar e agir própria do mundo rural e católico, presa aos interesses privados dos coronéis que se utilizaram da representatividade política que conseguiram para manter o domínio social pela força e pelo clientelismo. Pode-se inferir que houve um continuísmo da mentalidade em manter privilégios (LEAL V. N., 2012, p. 44), retratados desde Oliveira Viana ao descrever as elites do Norte e do sul do país, com a descrição de toda a pompa da aristocracia pernambucana e paulista do século XVII.

A necessidade da utilização de uma análise interdisciplinar para entender o pensamento político e social, prende-se aos dados históricos e à percepção da transposição de um pensamento feudal para um modo de pensar e agir ligado a um novo modo de produção que se instalou mais acirradamente no começo do século XX. Momento em que intelectuais ocidentais vão se dividir entre as principais correntes de pensamento: o Positivismo e o Marxismo. O primeiro com um viés organicista e que acabou influenciando na fragmentação cada vez maior do conhecimento, e o pensamento marxista que acarretou influências importantes para o surgimento de uma visão interdisciplinar, em que pese haver a influência do

positivismo no próprio pensamento de Marx, como nos demais pensadores da época. Nesse sentido, a interpretação de Gramsci, mencionada por Leandro Konder, é esclarecedora: Gramsci chegou a admitir, na época da conquista do poder na Rússia pelo partido leninista, que no pensamento de Marx existiam "incrustações positivistas e naturalistas". O clima espiritual da segunda metade do século XIX não deixou incólume a reflexão desenvolvida pelo autor de *O Capital*. Há momentos, inclusive, nos quais Marx não escapa à estreiteza de um certo "eurocentrismo", que não lhe permite aprofundar seu pensamento antropológicamente e prejudica a amplitude universalizadora da sua perspectiva. Um exemplo disso se acha no juízo deficiente formulado a respeito da ação histórica de um personagem importante da história extraeuropeia, como Simon Bolívar, cujo papel nas lutas contra a Espanha foi muito mal avaliado por Marx" (KONDER, 1988, p. 10).

Com o avanço do capitalismo vários estudos se deram com o objetivo de entender a sociedade no que tange aos seus aspectos comportamentais, não se olvidando que o mundo ocidental foi permeado não apenas pelas questões econômicas, mas continuou a receber influência das religiões, entre o catolicismo e protestantismo, apesar de todo o avanço científico ligado ao advento do racionalismo e influência do positivismo, o qual conseguiu agregar valores religiosos e científicos. Uma nova ordem mundial ligada a produção e a ciência, mudaram costumes paulatinamente, entretanto, o pensamento não coeso influenciado pelo sentimento religioso trouxeram avanços desiguais. O espírito de nacionalidades em formação, ligado ao catolicismo, em contradição com o avanço do capitalismo de ética protestante (WEBER, 2004) e pensamento liberal, foram fatores impeditivos para a adesão aos ideais revolucionários, anarquistas e marxistas que arregimentaram força a partir da tomada de consciência da existência da exploração do homem pelo homem.

A percepção e um novo olhar sobre a exploração e a miséria foi sentida por parcela de operários e intelectuais de todo o mundo, os quais enxergaram a possibilidade de mudança com a Revolução ocorrida na Rússia em 1917, e passaram a desenvolver uma estratégia de revolução. Entretanto, com o passar do tempo, e com o fracasso da implementação dos ideais marxistas que colocavam o homem como destinatário do avanço tecnológico, sem conseguir conter o poder de controle e dominação, a ciência foi prontamente dominada pelo modelo positivista e

organicista em franco crescimento, demandando a fragmentação do conhecimento como forma de controle político e social.

Desde Auguste Comte o Positivismo engendrou perspectivas de que a sociedade possui leis que a regem, tal como na natureza em que se apresentam fenômenos naturais. A ideia é que para um estudo da sociedade se torna necessário a comparação com os organismos vivos, em que as partes devem funcionar harmonicamente para o bom funcionamento do todo. Entretanto, verifica-se que a grande preocupação em enxergar a parte como um dado científico, muito embora tenha sido responsável pelo avanço da ciência em geral, foi o que desencadeou um conhecimento fragmentado que afastou o homem da apreensão de um conhecimento totalizante e integrado. Durkheim e Weber ao lançarem a ideia de que o cientista social deve estar acima dos valores que são desenvolvidos na sociedade, procurando ser o mais isento possível no que tange à análise científica, acabaram desencadeando a busca de um conhecimento puro que pretendeu afastar o homem de suas noções apriorísticas e preconceitos, estabelecidos a partir da consciência individual e coletiva.

A proposta do pensamento positivista surge historicamente no Século das Luzes, o qual rompeu com os paradigmas da sociedade feudal, alicerçada nas explicações teológicas, eminentemente ideológicas. O rompimento do pensamento medieval se tornou efetivo a partir dos enciclopedistas e nasceu a ideia de uma matemática social, qual seja uma ciência da sociedade, cujo primeiro idealizador foi Condorcet⁹ (LÖWY, 2010). Portanto, surge a pretensão de que esta ciência da sociedade seja objetiva, tal como a ciência natural que se baseia em métodos dedutivos e indutivos. Avançando na história do Positivismo, devemos recordar o pensamento socialista utópico de Saint Simon que via a necessidade de se refletir sobre a sociedade do mesmo modo como a fisiologia refletia sobre os organismos vivos. Assim sendo, Saint Simon defendia o estudo da sociedade e de seus fenômenos através dos métodos empregados por uma fisiologia social, propondo uma ciência que pudesse romper com o que denominava de ideologias parasitárias. Para combater o que concebia como uma formulação revolucionária, Auguste Comte formula uma teoria que pretendia ser uma Física Social, portanto, tenta estabelecer

⁹ Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet (Ribemont, Aisne, 17 de Setembro de 1743 - Bourg-la-Reine, 28 de Março de 1794), normalmente referido como Nicolas de Condorcet, foi um filósofo e matemático francês.

um conhecimento que justifica uma ordem existente como inerente a leis naturais invariáveis.

Durkheim elabora conceitos que apresentam uma classificação da sociedade baseada em comportamentos e sentimentos solidários da humanidade, indicados por ele como mecânicos ou orgânicos. De acordo com Durkheim, a solidariedade mecânica apresentar-se-ia em sociedades isoladas por meio de indivíduos que desenvolvem valores, sentimentos e crenças capazes de os identificar. Em outro sentido, a solidariedade orgânica pressupõe crenças e valores díspares, mas que se encontram no organismo social e não se repelem por haver o entendimento de que a sociedade é um organismo de consenso. Não obstante a teoria positivista apresentar um viés organicista, mais adequada ao pensamento dominante entre os intelectuais brasileiros (em geral representantes da classe média), a partir das primeiras décadas do Século XX, começam a surgir no Brasil intelectuais que tentam se aproximar do pensamento de Marx. Essa adesão foi motivada especialmente pelo fato de algumas organizações operárias brasileiras estarem em contato com a Segunda Internacional, e não propriamente pelo domínio das obras de Marx pelos intelectuais brasileiros. Contudo, com o passar do tempo, esses mesmos intelectuais passam a compreender o materialismo histórico e a dialética de lutas de classe como a teoria mais adequada para permitir a compreensão dos fenômenos sociais presentes na realidade nacional. Para a compreensão do pensamento político e social de esquerda, no Brasil e no mundo, e para demonstrar a importância do Marxismo como fomentador deste pensamento, faz-se necessário um estudo que revele a própria interdisciplinaridade das ideias de Marx, bem como a demonstração de que o entendimento do pensamento marxista sobre a revolução proletária passa pelos conhecimentos por ele adquiridos na filosofia, história, economia e política que se apresentam em seus escritos. Todas essas disciplinas apresentam-se interligadas nos estudos de Marx, e foram determinantes para o aprofundamento e conexão de saberes que se apresentavam fragmentados.

As aplicações dos conceitos das obras de Marx à realidade nacional tornaram-se imprescindíveis para os modelos analíticos presentes na formação do pensamento político e social brasileiro. Entretanto, não se pode olvidar o fato de que integração das ciências humanas devem um grande tributo aos estudos realizados por Durkheim e Max Weber.

Karl Marx tornou-se conhecido mundialmente como o revolucionário que havia defendido a Comuna de Paris, em 1871, em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores, ficando, em consequência, categorizado como teórico do socialismo e do comunismo. A publicação de *O Capital* primeiro em alemão e depois em russo, francês, italiano e inglês tornou Marx o teórico mais importante do socialismo e veio a criar grupos de seguidores na Europa e na América (JONES, 2017, p. 21).

No Brasil as ideias de Marx, Engels e Lenin foram difundidas entre operários e intelectuais, comunistas e socialistas, com maior profusão, a partir da luta dos operários nos centros urbanos, período em que se iniciava uma maior industrialização, propiciando contato com as ideias que vinham da Europa através de imigrantes que aportavam no país à procura de melhores condições de vida. O crescimento dos ideais comunistas acabou superando as ideias anarquistas devido à capacidade de organização dos operários que ingressavam no Partido Comunista do Brasil, a partir de sua fundação em 1922. Entretanto, não se pode olvidar que intelectuais e operários brasileiros que compunham o partido pertenciam a classes sociais distintas, porém, com uma consciência coletiva de um Brasil rural e católico, ainda com um modo de viver colonial. Em que pese a migração para os meios urbanos tenha sido reflexo do desenvolvimento capitalista mundial, não se pode esquecer que no Brasil o inconsciente coletivo ainda era rural, neste sentido a história e a antropologia cultural nos traz a explicação que encontra eco nos estudos de Sérgio Buarque de Holanda: Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje (HOLANDA, 2014, p. 85).

O fundamental é que com o empobrecimento do campo, homens e mulheres que migraram para as cidades, trouxeram a mentalidade dos privilégios ou o sentimento de submissão que permearam a maneira de ser e de agir do operariado brasileiro, que tiveram contato com os imigrantes europeus e as ideias libertárias, porém, não se desvencilharam de uma maneira de pensar própria do campesinato brasileiro. Na compreensão materialista histórica e dialética, houve a "proletarização das classes médias" (BASBAUM, 1976) que compôs o operariado, integrado por ex-escravos e imigrantes pobres. Esta análise do pensamento social e político

brasileiro, já presente nas observações de intelectuais antes mesmo de se falar em método interdisciplinar, revela que a formação do cientista social durante as primeiras décadas do século XX, ainda guardavam um método de pesquisa interdisciplinar. Em que pese o fato de já haver toda a influência do positivismo, que acabou por aniquilar os estudos subjetivos em prol de uma análise objetiva, afastando cada vez mais os estudos metafísicos, pelos próprios interesses políticos vigentes no autoritarismo e na repressão às análises reflexivas.

A fragmentação do conhecimento passará a ser questionada na década de 1970, levando a discussão para a necessidade de uma epistemologia interdisciplinar, não só no que tange à forma de produzir ciência, mas também em relação ao modelo pedagógico vigente, o qual recebeu a influência positivista e autoritária dos governos militares, que tomaram o poder em 1964, freando o desenvolvimento das ciências humanas e a forma de compreendê-las, impedindo que se entendessem os elementos de comunicação encontrados nos fundamentos históricos, sociológicos, econômicos e psicológicos, para a compreensão da sociedade brasileira. Tal refreamento do conhecimento se deveu à política do Estado de coibir as ideias revolucionárias de cunho marxista. A dicotomia entre objetividade e subjetividade e a polaridade entre ciência e existência, como se não fosse possível integrá-las, levou a uma perda na apreensão do conhecimento e da capacidade de relacionar os diversos saberes. A reflexão sobre o tema demonstra que há pouco mais de meio século estamos vivendo esse impasse, porém a superação dessa dicotomia já se anuncia como possibilidade em alguns segmentos de novas metodologias científicas. Começa a aparecer e toma força cada vez mais uma epistemologia da "alteridade", por meio da qual podemos compreender razão e sentimento como conceitos harmônicos e não antagônicos, objetividade e subjetividade como noções complementares, fazendo com que corpo e intelecto convivam, assim como a coabitação entre o ser e o estar, e a intersubjetividade entre tempo e espaço (FAZENDA, 1995, p. 16/17).

A dicotomia entre os termos citados já havia sido preocupação daqueles que viam na interpretação de Hegel e Marx algo inconciliável, separando idealismo e materialismo como correntes que não se integram. A compreensão do homem em relação ao mundo em que vive passa pela superação da fragmentação e da volta de um conhecimento integrado. A própria formação do pensamento político e social brasileiro tem em seu bojo elementos que não podem ser estudados de forma

separada, pois dependem da comunicação entre as disciplinas das ciências humanas para que possam ser decodificados. Neste sentido, a formação dos discentes, bem como a abordagem dos conhecimentos se relacionam e se comunicam. A comunicação interdisciplinar nasce de uma exigência de totalidade não interesseira, mórbida ou capitalista por lucros — até porque os seus lucros são da ordem do espírito. Ela nasce no interior do impulso do saber a partir da consciência, da contingência e da limitação. Somente isto condiciona a integração dos caminhos conduzidos pela indução e pela dedução. Isto leva a pensar que a interdisciplinaridade vai além do disciplinar para atingir a Inter departamentalização. O princípio maior da interdisciplinaridade é aquele que tornam correlativos os esforços envidados nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

As memórias proletárias brasileiras devem ser recuperadas pela pesquisa, a fim de que melhor se entenda o processo do desenvolvimento histórico do pensamento político e social do trabalho. A respeito, é preciso observar que fazem parte dessas memórias personagens que trafegam pelo âmbito operário e intelectual do país. Neste sentido torna-se imprescindível procurar as fronteiras subjacentes às identidades do operário/camponês e do intelectual. Esta é uma questão a ser resolvida com o auxílio da metodologia interdisciplinar, unindo conceitos antropológicos e psicológicos sobre a identidade à história da formação do trabalhador como classe no Brasil em luta por seus direitos e a presença dos "intelectuais" comunistas nesse assunto, que provocou discussões internas profundas e que levou um grupo de camaradas a se aliarem à Oposição de Esquerda Internacional, criando a Liga Comunista Internacionalista, em 1931 (CAMPOS & SOUSA, 2019). De fato, apesar da importância das memórias de operários e intelectuais de esquerda, por seu caráter individual, não tiveram a importância que devem ter na pesquisa tradicional, ficando as figuras dos militantes de esquerda brasileiros bastante apagadas diante da história das correntes de esquerda marxistas (stalinistas ou trotskistas) e de seus partidos ou agremiações. A pesquisa hodierna tem assumido a tarefa de explorar as fontes sobre a presença de pessoas nas classes e categorias sociais a que pertenceram, com um dos vieses possível para se compreender as lutas políticas na história nacional. Ademais, é preciso sair do enfoque quase hegemônico das lideranças, para o entendimento das pessoas comuns, que estavam dispostas a dar — e muitas vezes o fizeram — suas vidas para a vitória de uma revolução que entendiam como sua. A respeito, Palavras

de Hobsbawm sobre o "extraordinário" das pessoas comuns merecem ser lembradas:

Este livro é quase inteiramente sobre a espécie de pessoas cujos nomes são usualmente desconhecidos de todos exceto de sua família, seus vizinhos e, nos Estados modernos, as repartições que registram nascimentos, casamentos e mortes. Ocasionalmente essas pessoas são conhecidas também pela polícia e por jornalistas em busca de uma "história humana". Em alguns casos, seus nomes são inteiramente desconhecidos e impossíveis de conhecer [...] Essas pessoas constituem a maioria da raça humana. As discussões entre os historiadores sobre o quão importante são na história os indivíduos e suas decisões não dizem respeito a elas. Os escritos sobre tais indivíduos ausentes na história deixaram traços pouco significativos na narrativa macro-histórica (HOBSBAWM, 1999, p. 7).

Explicações macrosociológicas ou macro históricas sobrevivem graças ao apagamento de pessoas pertencentes ao *vulgum pecus* ou à arraia comum dos conceitos gerais da sociedade, em sua arquitetura, em seus movimentos, em suas mudanças. A abstração dos grandes conceitos só se materializa no caso dos "grandes vultos" ou personagens que exerceram lideranças reconhecidas na sociedade e que, como extraordinárias, terminam por definir insuficientemente o momento histórico em que se inseriram. No que diz respeito a movimentos revolucionários, o conceito de classe abrange de modo inadequado as pessoas que se deram à tarefa de mudar o mundo, lutando pela exploração a que estava sujeito o proletariado. É nesse sentido que o estudo de pessoas comuns é uma ferramenta importante para esclarecer o conceito de classe e o caráter da revolução brasileira.

Mais uma dificuldade aparece nos conceitos de "operário" e de "intelectual", postos em confronto desde a Revolução Francesa de 1789 e que se projetou de modo significativo na Revolução de Outubro de 1917, especialmente após a tomada do poder por Stálin, quando este resolveu estabelecer a obreirização do Partido Comunista Soviético e de todas as seções nacionais desse partido, ocasionando as primeiras cisões entre os comunistas. As diferenças entre a conceituação de operário e de intelectual não são fáceis de serem definidas. Assim, se buscarmos o significado da palavra operário veremos que se refere à pessoa que trabalha na indústria ou exerce um ofício. Denota-se que a palavra "operário" carrega uma carga de preconceitos advindos do processo histórico e cultural, desde os mais remotos tempos, e está relacionado ao termo proletariado, pois, na civilização romana os

proletários pertenciam a uma classe de cidadãos pobres e que nada podiam oferecer ao Estado a não ser sua prole.

Sua conotação moderna ocorre a partir da Revolução Industrial, já que o operariado passa a não mais dispor dos meios de produção e só tem a sua força de trabalho e da sua prole para vender. A atuação do proletariado será tanto na área urbana como rural e, segundo a orientação marxista, estará em antagonismo com a classe burguesa detentora dos meios de produção. A própria contribuição de Marx, para a compreensão da sociedade, mecanismos de exploração e fatores ideológicos, tendo como protagonista o proletariado, foi-se aprofundando, uma vez que tenhamos em conta um estudo interdisciplinar. É certo que no período em que Marx formula sua teoria, o conhecimento totalizante passou por um processo de fragmentação na segunda metade do século XIX, gerando uma "especialização exagerada e sem limites das disciplinas científicas" (JAPIASSU, 1976). Como salienta Campos, até então os pensadores não tinham a mínima preocupação sobre a área a que pertenciam:

Os pensadores gregos, helenísticos, romanos e medievais eram filósofos, matemáticos, médicos, políticos, professores, poetas, dramaturgos, arquitetos, urbanistas e até teólogos, que produziam suas obras sem a menor preocupação em indicar a que área pertenciam" (CAMPOS A. L., 2015, p. 52).

O pensamento marxista trouxe uma visão global sobre o homem e sua relação com as forças produtivas, pensando que sua consciência seria gerada a partir da realidade vivida. No bojo das memórias sobre os intelectuais marxistas e proletários, observa-se a preocupação em entender esse homem em suas condições de existência, pois a personalidade política desses atores sociais interfere e ao mesmo tempo deixa-se interferir pelos acontecimentos históricos, tendo como base as condições materiais e as forças produtivas em ação. Esse intelectual, que tenta enxergar o mundo de forma mais abrangente, acaba debutando no período em que nasce o Partido Comunista do Brasil (PCB), no ano de 1922, e foi responsável pela divulgação e interpretação dos textos de Marx. Dentre eles, merecem ser citados Octávio Brandão e Astrogildo Pereira, em que pese o fato de os intelectuais brasileiros, desse período, terem recebido a influência majoritária do anarquismo e não estarem familiarizados com a obra de Karl Marx.

As ideias de Marx tiveram influência na formação do pensamento político e social brasileiro, e continuam a influenciar as teorias sobre a realidade brasileira de nossos dias, como constatamos pelo estudo da biografia de intelectuais. Contudo, o pertencimento de certos intelectuais a uma classe social definida dará o norte necessário para que se compreenda qual foi o papel dos intelectuais comunistas no esclarecimento das massas, em que pese o fato de haver consenso e se fazer uma análise conforme "o lugar que os intelectuais atribuem a si próprios, e àqueles que lhes reconhecem o poder" (PÉCAUT, 1990, p. 18). Como acontece a todas as teorias, ocorreu uma esclerose nos dogmas marxistas, provocado diretamente pelos acontecimentos situados entre 1928 e 1938, quando a ditadura de Stálin afastou a "oposição de esquerda" (Trotsky, Zinoviev, Kamenev), depois a "oposição de direita" (Bukharin, Rykov, Tomsky), impôs a coletivização de terras e construiu uma indústria pesada à custa de imensos sacrifícios humanos e do controle policial do Estado, baseado no terror. A partir desses fatos, o marxismo-leninismo transformou-se em uma doutrina ideológica destinada a justificar a ditadura do partido-Estado (BOURDÉ & MARTIN, 1990, pp. 168 - 169).

O estudo histórico e sociológico do pensamento político, bem como dos intelectuais, deve levar em conta, a partir da interdisciplinaridade, o fato de haver uma divisão entre as categorias estudadas, uma vez que os intelectuais podem estar atrelados ao Estado, numa posição de subserviência, ou ser críticos desse Estado, sofrendo perseguição e não se enquadrando ao modelo econômico e político vigente. Daniel Aarão Reis Filho registra as denominações de "intelectocratas" e "intelligenti", enquanto em Gramsci encontramos os conceitos de "intelectuais orgânicos e inorgânicos". A questão levantada por Gramsci é que os intelectuais ocupam um lugar bem definido na sociedade e desempenham uma função também claramente indicada. Outro aspecto importante desse tipo de história política é o seu caráter interdisciplinar e sua oposição ao culto do que alguns historiadores franceses chamam de seus jardins particulares. Em relação ao difícil problemática de identificar as figuras dos intelectuais, adotamos a orientação de os caracterizar como tais por meio de papéis culturais a eles designados pelo Partido ou pelas profissões por eles exercidas, como escritores, jornalistas, cientistas, produzindo ou divulgando a teoria revolucionária. Pessoas imersas na sociedade da época, como contestadoras da ordem estabelecida. O que importa é sobretudo a função que eles desempenham na sociedade, como *men of ideas*. Sem dúvida, os intelectuais têm um *status* social,

mas este deixa de ocupar um lugar central, quando eles assumem uma perspectiva coletiva no interesse da classe proletária. É esta perspectiva interessa a este estudo. Note-se, no entanto, que posições reacionárias, conservadoras ou reformistas eram ocupados por intelectuais de importância na história do Brasil: era e são os teóricos de direita ou da ultradireita históricas, ainda atuantes em nosso ideário político (REIS & RIDENTI, 2013, pp. 12 - 13).

Imbricado ao estudo sociológico do tema estão as análises históricas, bem como as linguísticas, pois, deve-se ter em conta que a própria palavra intelectual era um neologismo que trazia um sentido pejorativo:

O substantivo intelectual nem figura no Littré (edição de 1876), nem no Grand Dictionnaire universel de Pierre Larousse (1866 - 1878), nem na Grande Encyclopédie (1885 - 1902). Quanto ao Vocabulaire philosophique de Lalande, contém um artigo intitulado "Intelectualismo", mas, só incidentalmente, o substantivo "intelectual". Segundo o testemunho de Léon Brunschvicg, citado por Lalande, o substantivo "intelectualismo" era um neologismo cerca de 1890. "O termo 'intelectualismo' - escreve Lalande em 1909 - tem quase sempre um sentido pejorativo, aparentado com o uso desfavorável que também se fez do termo 'intelectual' nas discussões políticas." (Louis, 1971, p. 8)

A história do Judeu Alfred Dreyfus, acusado de alta traição em França do século XIX e que teve em sua defesa personagens ilustres do mundo das letras, como Émile Zola¹⁰ e Anatole France¹¹, deu início à utilização do termo intelectual para designar pejorativamente aqueles que se colocavam a favor do capitão francês. Entretanto, com o passar do tempo, a palavra deixou de ser pejorativa. Há um texto jornalístico emblemático a definir bem qual era a concepção que se fazia dos homens ligados ao saber intelectual:

Nada pior do que estes bandos de pseudo-intelectuais. Uma pseudo-cultura destrói o instinto sem o substituir por uma consciência. Todos esses aristocratas do pensamento teimam em afirmar que não pensam como a multidão vil. Isso é evidente. Já não se sentem

¹⁰ Émile Zola (Paris, 2 de abril de 1840 — Paris, 29 de setembro de 1902) foi um consagrado escritor francês, considerado criador e representante mais expressivo da escola literária naturalista além de uma importante figura libertária da França. Foi presumivelmente assassinado por desconhecidos em 1902, quatro anos depois de ter publicado o famoso artigo J'accuse, em que acusa os responsáveis pelo processo fraudulento de que Alfred Dreyfus foi vítima.

¹¹ Jacques Anatole François Thibault, mais conhecido como Anatole France (Paris, 16 de abril de 1844 — Saint-Cyr-sur-Loire, 12 de outubro de 1924) foi um escritor francês. Apoiou a Émile Zola no caso Dreyfus; ao dia seguinte da publicação do "J'accuse", assinou a petição que pedia a revisão do processo.

espontaneamente de acordo com o seu grupo natural nem se elevam à clarividência capaz de restituir-lhes a concordância refletida com as massas. Pobres tolos que se envergonhariam de pensar como simples Franceses.... Esses pretensos intelectuais são um resíduo fatal no esforço tentado pela sociedade para criar uma elite.... Esses génios incompetentes, esses pobres espíritos envenenados, colecionados por L'Aurore¹², merecem uma espécie de piedade indulgente, semelhante à que nos inspiram as cobaias em que os mestres do laboratório Pasteur inoculam a raiva (BOUDIN, 1971, p. 10/11).

Talvez esse episódio da história explique o sentimento da época com relação aos intelectuais e que avançou para o século XX, tendo sido um provável elemento a mais a fortalecer a ideia de que ao intelectual não competia fazer a revolução, mas sim aos proletários, os seus únicos e legítimos donos. Porém, a reflexão sobre os aspectos sociológicos envolvendo os intelectuais do mundo e do Brasil constitui apenas uma das abordagens que se poderá fazer para trazer a importância do estudo interdisciplinar na compreensão da realidade brasileira. A visão sobre os intelectuais acima apresentada coincide com o sucesso que as obras de Marx produziram nos meios cultos e operários de finais do século XIX à primeira metade do XX. Marx trouxe uma resposta científica à grande questão debatida pelos poderes laicos e religiosos sobre a exploração do trabalhador pela burguesia, explicando o funcionamento dessa exploração e a ela propondo uma solução, considerada inevitável pela evolução histórica. Ao fazer isso, comportou-se como o polímata que era, unindo a filosofia, à história e à sociologia recém-criada (a "Física Social). Os eixos de seu pensamento sugerem claramente a metodologia interdisciplinar, na medida em que leva em consideração os aspectos filosóficos e econômicos, como alicerces da ideologia. Nesse sentido, escreve Marx:

Ao contrário da Filosofia alemã, que desce do céu para a terra, vamos, aqui, da terra para o céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam, concebem, nem do que são nas palavras, pensamento, imaginação e concepção de outros, para chegar em seguida aos homens de carne e osso. Não; partimos dos homens em sua atividade real, é segundo o seu processo vital real que concebemos também o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias do cérebro humano são sublimações que resultam necessariamente de

¹² O L'Aurore foi um jornal republicano francês fundado em 1897 por Ernest Vaughan. A 13 de Janeiro de 1898 publicou o famoso "J'accuse" de Emile Zola, que fundamentou uma reviravolta no caso Dreyfus. O jornal manteve a sua linha ao lado dos intelectuais, contra o anti-semitismo, ao longo do processo.

seu processo de vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Moral, religião, metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente a aparência de autonomia. Não tem história, nem evolução; são, ao contrário, os homens, que desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com essa realidade que lhes é própria seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (ENGELS, 1965, pp. 21 - 22)

O estudo de Marx e do marxismo, no Brasil, se iniciou a partir da década de 1920, logo após a Revolução Russa de 1917. Contudo, entender as obras de Marx e o seu caráter interdisciplinar dependem de uma visão amplificada sobre a interdisciplinaridade, pois, como pensa Lefebvre sobre o marxismo, nele cabem diversas interpretações à luz de uma filosofia, de uma moral, da sociologia, da economia e da política marxista (LEFEBVRE). Tal análise data de 1948, período em que se acirra o estudo disciplinar fragmentado ligado ao poder estatal, mas que ainda trazia os preconceitos em relação às denominadas ciências auxiliares, como a sociologia e a antropologia. Muito se avançou em relação aos aspectos tecnológicos por exigência do próprio desenvolvimento capitalista do mundo, e a fragmentação do conhecimento foi necessária para que se pudessem aprofundar determinadas pesquisas. Entretanto, logo se percebeu que muitos problemas que se apresentavam tanto no campo tecnológico, ecológico e social, dependiam de uma cooperação entre os diversos segmentos da ciência. Portanto, os reflexos do excessivo avanço tecnológico em razão da demanda causada pelo capitalismo se fizeram sentir na sociedade, e nesse diapasão se tornou premente um aprofundamento do estudo interdisciplinar no campo das ciências humanas.

Quando Marx escreve que "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX, p. 22) dá ensejo não só a uma análise sociológica, mas também psicossocial sobre como o homem adquire uma consciência social que se diferencia da individual na medida que é um ser social. Muito embora Marx tenha partido de uma análise econômica com base nas relações de troca e divisão de trabalho, observando que os indivíduos apresentam necessidades que obedecem a uma ordem natural, pois, existe uma relação do homem com a natureza e necessidade de satisfação da sua própria sobrevivência, faz uma intersecção com os fatores sociais e políticos, enfatizando que o primeiro fator que liga um homem ao outro são as condições de natureza material. Ainda com

base nos aspectos econômicos, o homem para satisfazer suas necessidades básicas se obriga a ser gregário e dessa formação social para o enfrentamento de suas necessidades materiais surgem concomitantemente relações de outra ordem, quais sejam as sociais e políticas, iniciadas da evolução histórica e natural de reprodução. Com a formação da família, conjugado com o enfrentamento das necessidades materiais, surgem forças produtivas que determinam a relação de poder entre os homens. Assim, Marx faz um estudo interdisciplinar do homem, levando-se em consideração a evolução histórico-materialista, social e política. O conhecimento trazido por Marx, e que era característico dos cientistas como método, sempre foi interdisciplinar. Com isso não significa que tenha sido prescindível sua fragmentação, pois, para um melhor aprofundamento foi necessária entabular o denominado domínio material das disciplinas, para delimitação das fronteiras e aprofundamento do próprio conhecimento. Entretanto, na medida em que a especialização avançou, também se perdeu a possibilidade do homem conseguir relacionar os conhecimentos segmentados, que concretamente nunca deixaram de ser integrados devido a própria essência do conhecimento.

O esforço didático a princípio aprofundou especificidades importantes, mas esvaziou a capacidade do pensar integrado, aumentando o conhecimento da parte e diminuindo a percepção do todo. Mudou-se a maneira de perceber o homem como centro de todas as coisas. A volta de um estudo integrador dos conhecimentos que foram seccionados para que se enxergue o "fenômeno humano na totalidade de sua significação" (JAPIASSU, p. 66), apresenta-se como fundamental para o estudo do homem como ser social, compreendido por meio de pesquisas que integrem as ciências humanas e o homem, em todas as suas manifestações. Em que pese o fato de Marx ter dado ênfase às questões econômicas, a sua análise se apresenta como coesa e lógica, com o uso de um modelo analítico total, isto é, que relaciona todas as circunstâncias históricas relacionadas ao animal humano, incluindo a linguagem e a consciência de classe, como se pode perceber na seguinte reflexão:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência — a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, e, portanto, que existe igualmente para mim mesmo pela primeira vez, pois a linguagem, como a consciência, só nasce da necessidade, da exigência de intercâmbio com outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim. O animal não tem relação com coisa alguma, não conhece qualquer relação. Para ele, suas

relações com os outros não existem como tal. A consciência é, portanto, desde o início, um produto social, e continua a sê-lo enquanto houver homens. Entenda-se que a consciência não é a princípio, senão a consciência do mundo sensível mais próximo, e da ligação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência. É ao mesmo tempo a consciência da natureza que se apresenta primeiro aos homens como uma potência totalmente estranha, poderosa e inatacável, em relação à qual eles se comportam de um modo puramente animal e que se impõe a eles, tal como às feras. É, portanto, uma consciência da natureza puramente animal (religião da natureza) (MARX, 1965, p. 26).

A relação entre marxismo, interdisciplinaridade e a formação do pensamento político e social estão se estabelece na medida em que a interdisciplinaridade é um dos caminhos possíveis para que se possa entender como se formou o pensamento político e social no mundo e no Brasil. As teorias de Marx a respeito do processo histórico, partem do conhecimento filosófico sobre a dialética de Hegel, e concebe que o processo histórico se dá a partir da luta de classes, em busca da satisfação das necessidades materiais e da tomada de consciência do homem em relação à classe social a que pertence.

Com o aprofundamento das relações de produção e da intensificação das forças produtivas, o conhecimento científico passou a se fragmentar para cumprir sua função desenvolvimentista do modelo capitalista vigente, abandonando o saber interdisciplinar que comporta o pensamento objetivo e subjetivo. Na medida em que o avanço tecnológico e o aprofundamento das crises do capital se mostram para a sociedade, fica patente que o homem se perde em um individualismo que não lhe permite ter uma visão do todo, pois, a viseira da unidisciplinaridade não permitem que reflexões sobre o papel do homem como agente transformador da história. Dessa forma, corre o risco muito comum de derivar para um pensamento simplório, segundo o qual as mudanças sociais no sentido de uma sociedade mais justas são tributárias do avanço tecnológico. Nesse processo, o protagonismo humano é substituído pelo protagonismo do capital, visto nos limites estreitos dados pela tecnologia e inovações, conceitos à evidência problemáticos e expostos como dogmas.

As correntes de pensamento antagônicas que se formaram a partir do desenvolvimento capitalista demonstram que houve, dentre tantas outras questões, a polarização do conhecimento entre unidisciplinaridade e interdisciplinaridade, com o avanço da primeira, até que os intelectuais passassem, a partir da década de

1970, a pensar sobre a importância da reflexão interdisciplinar para a formação da intelectualidade e do próprio homem. Os estudos de Marx trouxeram a reflexão de que o homem faz sua própria história e que as relações entre modo de produção e relações sociais devem pensadas a partir da concepção do motor da história ser formado pela dialética da luta de classes, explicada precipuamente pelo materialismo histórico. Tecnologia e inovação são apêndices da divisão do trabalho e do poder do capital e se estudam, fundamentalmente, no campo fragmentado ou monodisciplinar, que privilegia, nas ciências exatas e físico naturais o módulo técnico da pesquisa, em detrimento de epistemas e conceitos que levam os estudos mais adiante na grande questão dos impactos sociológicos que as descobertas podem trazer à humanidade, aos animais e à Terra.

A expansão do conhecimento unilinear tem servido como ferramenta ideológica fundamental para que se pense no progresso material e nos lucros como uma garantia dos sistemas democráticos, mas na verdade as "inovações" têm significado o aumento da concentração capitalista em mãos daqueles que já detêm o controle do capital, e, do outro lado, a alienação mais exacerbada do trabalhador, isto é, na utopia proposta pelo capitalismo financeiro-digital, ele — o trabalhador — perde o poder de vender o seu trabalho como uma mercadoria qualquer, como notam Marx e Engels em *O Capital*. Pelo contrário, o trabalhador sem o investimento da tecnologia, torna-se um não-humano, incapaz de se inserir na "sociedade do ócio"; pelo contrário, será, como está sendo, projetado no inferno do desemprego.

A solução teórica para o problema, talvez o maior já enfrentado pelo proletariado, passa pela retomada do conceito da dialética da luta de classes, revisto em obras diversas da atualidade, muitas das quais enfatizam a metodologia interdisciplinar, como no caso de Geralda Medeiros Nóbrega ao comentar a visão de Goldmann:

A interdisciplinaridade, pois, adquire fórum de cientificidade à medida que o problema se colocar no interior de cada disciplina. Goldman (1972) lembra que deve ser levado em conta o sujeito transindividual na qualidade de ator que transforma a realidade à medida que todos os diferentes setores das ciências humanas venham a se tornar dialéticas. Implicitamente nascerá a interdisciplinaridade e haverá no quadro desta interdisciplinaridade especialização e especialistas. Para Goldmann as relações entre os setores das ciências humanas não poderão tornar-se interdisciplinares se não for reintroduzido o sujeito criador no interior da vida social e isto significa os grupos humanos, as coletividades e, na discussão histórica, as classes

sociais. Para Goldmann uma interdisciplinaridade autêntica supõe ciências humanas dialéticas (NÓBREGA, 2002, p. 115).

O embate entre as ideias clássicas de uma sociedade organicista, falsamente solidária, em contraposição a uma sociologia do conflito, mediada por uma sociologia que propugna a compreensão das forças ativas da revolução, ainda parecem estar no cerne das discussões acadêmicas. Entretanto, guardam em seu bojo o embate metodológico disciplinar e interdisciplinar o que nos leva a pensar, um tanto abusivamente, que a unilinearidade das pesquisas se coaduna melhor com os interesses do capital, diversamente da multilinearidade que valoriza o polo técnico, mas o vê como subsidiário dos demais polos: o epistemológico, o teórico e o metodológico.

2.2 Sindicalismo, anarquismo, socialismo e comunismo.

O pensamento e prática anarquista se constituíram no impulso necessário para a formação dos sindicatos, tendo em vista o discurso sobre a desnecessária existência do Estado, e o seu papel repressor para com os trabalhadores. Portanto, a convicção de que a sociedade poderia funcionar sem a presença do Estado, substituindo-o por associações de trabalhadores com ações cooperativas, acabou desencadeando o cenário favorável para a formação dos sindicatos no Brasil, que só irão se organizar de forma estratégica com a interferência do Partido Comunista do Brasil, a partir de sua fundação nacional no ano de 1922 e em São Paulo no ano de 1924.

A miséria é o principal fator que incentiva o ser humano a se organizar e lutar, ainda mais quando se verifica que esta é provocada pelo sistema capitalista, calcado na exploração do homem pelo homem, acentuada pela ineficiência do Estado em mitigar as desigualdades. Se num primeiro momento os trabalhadores se organizavam com o objetivo de se ajudarem mutuamente, em outro momento acabavam recebendo orientações políticas para se organizarem e resistirem à exploração, lutando pela conquista de direitos. No primeiro período republicano da nossa história as experiências de outros povos, que já haviam passado pelo mesmo processo, foram determinantes para organizar a classe trabalhadora em sindicatos.

A comunicação foi o principal instrumento para agregar os trabalhadores que se identificavam com a dificuldade pela qual passavam, diante da exploração e da miséria. Portanto, o principal instrumento para esta comunicação foram os jornais operários. A experiência trazida pelos imigrantes, principalmente os italianos e espanhóis, conforme relata BASBAUM (1976), tiveram primordial importância para

despertar a consciência daqueles que se sentiam inferiorizados por serem chamados de operários, pois a experiência do colonialismo e o contato com um espírito de nobreza da corte brasileira, via o trabalho como algo inferior destinado aos desvalidos, portanto, a própria palavra “operário” carregava um sentimento injurioso, infamante e indigno.

Não se pode olvidar que inexistia uma consciência de classe por parte do operariado brasileiro, acreditando-se que até hoje não há. A luta por melhores condições de trabalho não conseguiu agregar todos os trabalhadores, pois o perfil do trabalhador brasileiro, durante e após a República, não era homogêneo, não se podendo deixar de levar em consideração que as Instituições do Estado operavam para garantir a exploração do proletariado, prática que era comum para implantação do Capitalismo em todos os países industrializados, que dependem de um aparato policial e burocrático para sua efetivação.

A falta de identificação e consciência de classe entre os trabalhadores ocorreu devido a proletarização da classe média, cuja forma de pensar continuava a mesma e almejava voltar a seu status anterior, só mudando a partir das novas gerações de trabalhadores, porém continuando a sofrer a dominação ideológica. Não se poderá esquecer que o trabalho manual, na sociedade brasileira, nessas primeiras décadas ainda estava ligado às lembranças do trabalho escravo, e que a classe média proletarizada desenvolvia sentimentos de repúdio a tais atividades.

Também é pertinente a ideia de que com a vinda dos imigrantes, que foram integrados ao trabalho nas indústrias, tendo em vista não temer “a degradação moral do trabalho produtivo manual típico de todo regime escravista”, se somou ao nascimento de uma “plebe nacional composta por brancos que vinham do campo para as cidades e para quem os interstícios da nova ordem eram de qualquer modo um ganho em relação à miséria material e moral de dependência pessoal” (SOUZA, 2017, p. 75). Porém, todos estes fatores foram preponderantes para que constituísse uma massa de marginalizados que durante muitas décadas permaneceram a margem do mercado de trabalho e que, portanto, geraram categorias diferentes de trabalhadores impossibilitando a integração, ainda mais pelo fato de estar presente o racismo estrutural na sociedade brasileira, fator impeditivo para integração da classe trabalhadora.

Enquanto no Rio de Janeiro os movimentos de trabalhadores se iniciaram pela via das negociações, através dos Partidos Operários, almejando mudanças sem afronta ao Estado, mas fazendo parte e buscando a via política tradicional, em São Paulo irá predominar o anarcossindicalismo, cuja ideia é a supressão do Estado e a derrocada da burguesia. No Rio de Janeiro, portanto, aparecem ideias ligadas a um socialismo vago e um sindicalismo de resultados (FAUSTO, 1995).

É relevante entender porque da diferença existente entre Rio de Janeiro e São Paulo no que tange ao movimento operário e suas aspirações ideológicas, levando-se em consideração a diferença na formação daquelas sociedades, muito em função de que a Capital do país herdou um passado colonial ligado a burocracia de Estado. Neste sentido vale ressaltar a análise feita pelo historiador Boris Fausto:

As diferenças ideológicas e de métodos todos de ação entre o movimento operário do Rio de Janeiro e de São Paulo se deve a um conjunto de fatores. Eles dizem respeito às características das duas cidades e à composição da classe trabalhadora. Em fins do século XIX, a capital da República tinha uma estrutura social muito mais complexa do que a existente em São Paulo. Nela se concentravam setores sociais menos dependentes das classes agrárias: a classe média profissional e burocrática, militares de carreira, alunos da Escola Militar, estudantes das escolas Superiores. A presença dos jovens militares e a menor dependência da classe média com relação às classes agrárias favoreceu até certo ponto uma política de colaboração de classes. Os movimentos de protesto no Rio de Janeiro, até 1917, tiveram assim conteúdo mais popular do que especificamente operário. Um exemplo disso foi a “revolta da vacina” ocorrida em 1904, no governo de Rodrigues Alves, contra a introdução da vacina contra a febre amarela, promovida por Osvaldo Cruz. (FAUSTO, 1995, p. 298/299)

A análise sobre as diferenças da formação social entre Rio de Janeiro e São Paulo são importantes para entender como o processo de industrialização paulista composto por imigrantes anarquistas, geraram uma concentração de trabalhadores que primou pela solidariedade e auxílio mútuo. O espaço urbano foi projetado com o objetivo de dividir as classes sociais, separando-as por regiões, e nesse sentido acabou contribuindo para as ações operárias de resistência a exploração e uma certa tomada de consciência da exploração do capitalismo industrial. A pesquisadora Alzira Lobo de Arruda Campos, em contribuição ao estudo sobre a História Social de

São Paulo, se refere ao fato de ter sido criado “novos espaços de sociabilidade para os paulistanos”. Neste sentido faz referência a retirada dos negros do centro da cidade, a formação de um centro empresarial no largo do Rosário, concentração das classes mais abastadas em regiões nobres, a demolição de cortiços e casas de prostituição nas proximidades da Praça da Sé, e a concentração dos operários em vilas de operários, estabelecidos na Mooca, Brás e Belenzinho (CAMPOS, 2004) e, posteriormente a concentração de operários em São Bernardo do Campo e Santo André, que será abordada quando da exposição das memórias do sindicalista Armando Mazzo.

A participação de Anarquistas e socialistas utópicos no processo de industrialização de São Paulo, na formação do espaço urbano e social, bem como o papel exercido visando ajuda mútua e desenvolvimento de consciência de classe entre os trabalhadores por influência anarquista, era comum nas ações de apoio que se dava em comícios e mesmo em atividades de lazer para coletividade operária. Em que pese as divergências ideológicas entre os grupos de esquerda, havia uma solidariedade em prol do movimento operário, com atividades culturais promovidas nas vilas operárias para auxiliar e socorrer trabalhadores quando de demissões e situações de risco. Neste sentido, vale transcrever o texto da pesquisadora Alzira Lobo de Arruda Campos, que nos revela com clareza de ideias a influência das correntes de esquerda no início do século XX sobre a atuação dos operários na cidade de São Paulo, se tornando o germe para o sindicalismo:

Apesar dos confrontos entre as diversas correntes de esquerda, as organizações da sociabilidade entre companheiros seguiam padrões semelhantes. Os festivais constituíam uma forma específica o lazer operário. Realizavam-se nos centros, em ligas anarquistas ou socialistas e em teatros, combinando o lazer com o proselitismo político. Tornaram-se comuns nos finais do século XIX e primeiras décadas do XX. Em geral, destinavam-se a socorrer companheiros demitidos ou apoiar greves. Assim, em outubro de 1902, as tecelãs de uma fábrica de tecidos do Bom Retiro reuniram-se num teatrinho da rua dos Imigrantes, a fim de solicitarem a readmissão de uma companheira despedida e a exclusão do mestre dos teares, responsável pelo acontecido. Em greve, as tecelãs receberam a adesão dos anarquistas, que promoveram um festival no Salão Eldorado, cujo programa informa sobre os gostos e a natureza do lazer da época. (CAMPOS, 2004, p. 303/304)

Apesar do grande empenho dos movimentos de esquerda do começo do século XX, não se poderá afirmar que o peso do anarcossindicalismo ou do socialismo utópico foi totalmente ineficaz para influenciar o movimento operário, entretanto, não havia identificação ideológica da classe operária com as ideias anarquistas ou socialistas. A aproximação do pensamento socialista com a classe operária, segundo Basbaun “misturava ideias de Proudhon, Marx e Engels, Lassale e ainda o velho Saint-Simon, considerado o pai do socialismo francês.” (BASBAUN, 1976, p. 208). Contudo, segundo o autor não foram ideias que prevaleceram no contexto sindical.

Não obstante o fato do operariado brasileiro ser heterogêneo e não ter uma ideologia específica, os sindicatos cresceram em número, nas duas primeiras décadas do Século XX. Além de ter aumentado o número de greves, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, onde foi criada a Federação Operária com a presença de vários sindicatos, bem como a manutenção de jornais operários. Entretanto, não se pode negar que o movimento anarquista teve seu peso no processo em que os sindicatos foram inseridos como forma de protesto e reivindicações importantes para o avanço das leis trabalhistas que mais tarde Getúlio Vargas se apropriou como sendo de sua iniciativa, fazendo com que se apagasse da memória a luta dos movimentos de esquerda em prol das conquistas realizadas para a classe trabalhadora do país.

A dificuldade de um movimento operário coeso em prol de reivindicações coletivas, encontra explicações prováveis na herança de um sistema patriarcal e que se poderá encontrar respaldo em teorias de autores como Gilberto Freire ou Sergio Buarque de Holanda. Não obstante, Michelle Perrot tenha feito um estudo que trouxe uma reflexão sobre a figura do patrão associada a figura de um pai, propiciando o surgimento do paternalismo existente nas relações de trabalho, em que enumera três fatores característicos: “1) presença física do patrão nos locais de produção e mesmo a moradia patronal; 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários; 3) Adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos...” (PERROT, 2017, p. 86). Contudo, tal concepção se coaduna com o Século XIX, e mesmo que seus reflexos possam perdurar tendo em vista uma relação dialética, com o avanço das relações impostas pelo capitalismo moderno, este paternalismo terá seu fim ou

“esgotamento”, como se refere Michelle Perrot, haja vista que a proximidade entre patrão e operário se torna cada vez mais distante.

Como bem salientou PERROT (2017) ocorreu uma ruptura que propiciou “a identificação dos patrões como inimigos”. Este novo *status quo* permitiu que a classe trabalhadora desenvolvesse um outro olhar, uma outra maneira de se comportar e que permitiu o confronto como meio de reivindicação de seus direitos, utilizando-se de expedientes como provocar danos a maquinários para prejudicar a produção – não se tratando aqui do movimento conhecido como “ludismo”-, e até os movimentos grevistas. No que se refere ao Brasil, entre os anos de 1917 a 1919 houveram vários movimentos grevistas em São Paulo e no Rio, tendo resultados violentos ocasionando, segundo relata Basbaun (1976), confrontos com a polícia, saques, transportes parados e comércio fechado.

Em que pese uma análise cultural e das mentalidades, que leva em consideração o viés patriarcal, se funde a questão mais proeminente que advém dos arranjos econômicos das novas sociedades capitalistas, cuja exploração e massificação do trabalho trouxeram os conflitos de interesse entre a classe proletária e a dominante, importando em alguma medida esses aspectos da história social, que funciona como uma confirmação de que a exploração do homem pelo homem possa estar alicerçada na origem patriarcal das sociedades. Acredito que o estudo interdisciplinar, que considera a intersecção dos métodos sociológicos e históricos sejam importantes para atingir uma amplitude das ciências humanas, no que concerne as análises históricas, sociológicas e políticas. Entretanto, os estudos sobre os movimentos sindicais e grevistas em nosso país, cujo período coincidem com greves na França e em grande parte da Europa, constitui um pensar coletivo reflexo das questões econômicas trazidas pelo modo de produção capitalista e que, devido a exploração extrema, desencadeou os movimentos grevistas em todas as sociedades capitalistas, bem com a aproximação com os movimentos de esquerda, que coincidem com o mesmo período. Fica evidente que o avanço do capitalismo, que se dá de forma desigual e que propicia a imigração é o principal fator da difusão das lutas sindicais que entram em contato com movimentos libertários importantes, como o anarquismo, socialismo e o comunismo.

O Brasil diante do crescimento desigual do capitalismo europeu, tendo em vista não ter ocorrido de maneira concomitante, e que, portanto, não conseguia absorver o contingente de trabalhadores que saíam do campo para os centros urbanos, passou a ser designado “a terra da oportunidade” e segundo consta grandes contingentes de italianos, espanhóis, poloneses, alemães, etc...para cá vieram entre os anos de 1870 e a Primeira Guerra Mundial (DULLES, 1977). Segundo dados fornecidos pelo autor:

Em 1900 cerca de 90 por cento da força industrial de São Paulo, ainda reduzida, era composta de estrangeiros. Em 1912, depois que o primeiro grupo de geradores elétricos ajudou a impulsionar a indústria nascente de São Paulo, 31 fábricas têxteis daquele estado empregavam 10.184 trabalhadores, dos quais 8.341 eram estrangeiros (6.044 nascidos na Itália). É de presumir que nessa época muitos dos 1.843 trabalhadores já nascidos no Brasil fossem descendentes de imigrantes. (DULLES, 1977, p. 19)

Muitos desses trabalhadores vieram para o Brasil e já vinham com ideias anarquistas e socialistas, tais ideias consideradas radicais fizeram com que os governos europeus incentivassem o êxodo de certos idealistas considerados radicais, sendo que muitos vieram para o Brasil e já haviam participado de ações violentas, impulsionados pelas ideias anarquistas de combate aos governos, propriedade privada, e instituições da sociedade como Igreja e partidos políticos, inspirados em Bakunin e Kropotkin, cuja visão se afastava da luta política e dos partidos políticos, e que em 1872 ocorreu o rompimento entre Marx e Bakunin, restando sua influência na Espanha, Portugal e Itália. Sendo assim, havendo um grande contingente de trabalhadores que vieram principalmente da Espanha e da Itália, e que receberam influências anarquistas, o movimento operário brasileiro teve muitas ações anarquistas que se perpetuaram em seu bojo.

As ideias libertárias que pressupõe o combate às instituições burguesas serão o grande entrave para o controle dos trabalhadores, haja vista a influência que passam a receber, bem como a possibilidade de aumento da organização em prol de reivindicações dos direitos trabalhistas. Portanto, para que se mantenha a ordem burguesa ameaçada por lutas sociais, se torna necessário prover os braços repressivos do Estado, através das forças policiais que passam a defender os interesses capitalistas e, portanto, interesses privados utilizando-se de meios legais

para legitimá-los, constituindo-se no que se pode chamar de “Estado de Direito”. Mesmo que se considere um avanço a noção de “Estado Democrático de Direito”, no qual se pressupõe que exista respeito ao Princípio da Dignidade da pessoa humana, não se poderá olvidar que numa sociedade de classes, impera o domínio de uma sobre as demais, com a imposição de sua ideologia e conseqüentemente a exploração do homem pelo homem, no interesse da manutenção do sistema capitalista.

Neste sentido, tal afirmação encontra respaldo na seguinte concepção de Estado:

Pois é em nome da pureza da teoria que a burguesia nunca tem em vista o outro lado da moeda, a saber: a sociedade de classes não é apenas um mercado, no qual se encontram os possuidores de mercadorias, mas é, ao mesmo tempo, a arena de uma feroz guerra de classes, na qual o aparato do Estado é uma arma poderosa. Nessa arena, as relações se formam longe da definição kantiana de direito como a delimitação da liberdade pessoal dentro de limites mínimos necessário para a convivência. Aqui, Gumpowicz, tem total razão quando declara que “tal gênero de direito nunca existiu, pois, como a medida da liberdade está condicionada apenas à medida do domínio do outro, a norma de convivência dita não a possibilidade de convivência, mas possibilidade de domínio”. O Estado como fator de força tanto na política interna quanto na externa foi a correção que a burguesia se viu obrigada a fazer em sua teoria e prática do “Estado de direito”. Quanto mais a dominação burguesa for ameaçada, mais comprometedoras se mostrarão essas correções e mais rapidamente o “Estado de direito” se converterá em sombra incorpórea, até que, por fim, o agravamento excepcional da luta de classes force a burguesia a deixar completamente de lado a máscara de Estado de direito e revelar a essência do poder como a violência organizada de uma classe sobre as outras. (PACHUKANIS, 2017, p. 151)

Aqui cabe ressaltar que com o aumento da industrialização brasileira os processos de manutenção da ordem burguesa com a utilização dos aparatos do Estado, seguem a mesma lógica em todos os países industrializados da época, qual seja a imposição da violência estatal para garantir interesses privados, e com isso garantir os lucros através das jornadas de trabalho aviltantes, de condições precárias para o labor, e da manutenção de excedentes de mão-de-obra como

mercadoria a ser negociada para gerar mais-valia, elementos característicos do capitalismo e idealizados pelo liberalismo econômico.

Os comportamentos tão semelhantes entre países já industrializados ou em vias de industrialização, os quais seguem a mesma lógica da violência para garantir os interesses privados, utilizando-se do poder estatal para coibir os movimentos grevistas em crescimento. Os movimentos grevistas, num país que recentemente saiu do modo de produção escravista colonial, cuja mentalidade ainda era o mando pela chibata, certamente era tomado como um comportamento indisciplinar que precisava ser corrigido, assim como os escravos eram corrigidos no pelourinho. A união dos imigrantes de influência anarquista com brasileiros, aliado às condições de trabalho, gera resistência e tem como consequência a subjugação pelo castigo. Entretanto, a repressão aos movimentos de operários no mundo industrializado era a regra para os detentores do poder econômico que já viviam num mundo globalizado.

O texto de Michelle Perrot aparentemente descreve realidades próximas, apesar da distância física, porém, não pode afastar o fato de que já estávamos vivendo um mundo globalizado. A sociedade brasileira foi influenciada pelo pensamento e hábitos europeus, sem contar o fato de que durante o Século XIX e XX o Brasil recebeu um grande fluxo de imigrantes da Europa. Apesar de terem vindo de outros países europeus, e não da França, realidade analisada pela historiadora, não descarta a ideia de experiências similares e que estão impregnadas da imposição do trabalho pelo castigo, ou que se pode chamar de disciplina, necessária para uma reorganização, como disse a escritora:

Elaborada para obrigar trabalhadores irregulares e indóceis a trabalhar, essa disciplina é muito impopular. A fábrica é a “Galé” onde, sob a autoridade dos “carcereiros”, esfalfam-se os “forçados”. Entre 1883 e 1890, existe no norte da França toda uma série de jornais operários com esse nome: Le forçat, Le Cri du Forçat, La Revanche du Forçat etc. Esses jornais, como a maioria dos órgãos operários da época, contam com uma “tribuna de abusos” ou uma “revista das galés”, muitas vezes compostas de cartas de trabalhadores, nas quais se denunciam de modo muito concreto os horários rigorosos demais, as multas excessivamente pesadas e sobretudo os contramestres, incapazes, tirânicos, intrigantes e lúbricos. Mas muitos outros sinais traduzem essa resistência à

fábrica. Além de um constante absentéismo, um índice elevado de *turn over*, principalmente por parte dos jovens. ” (PERROT, 2017, p. 70)

Os abusos praticados pelos patrões, geravam indisciplina, greves e denúncias que circulavam nos meios mais eficazes de informação que se tinham na época, quais sejam jornais e panfletos destinados aos trabalhadores e que se tornaram instrumentos importantes de organização para resistir a exploração promovida pelo patronato, mas também como importantes mecanismos de divulgação das ideias revolucionárias.

O movimento em prol dos trabalhadores liderados pelos anarco-sindicalistas, pretendiam a derrocada da burguesia através de movimentos grevistas que só poderiam conseguir seu intento se a greve atingisse a totalidade dos trabalhadores, se transformando em uma greve geral. O que se pretendia alcançar não era que o Estado reconhecesse os direitos trabalhistas através da lei, mas que as greves funcionassem como instrumentos revolucionários que tinham como finalidade alcançar uma sociedade sem Estado e igualitária, e calcada numa organização feita por trabalhadores que constituiriam uma federação. Já em 1906 os anarquistas tinham o objetivo de organizar os operários para que tivessem uma influência por todo o país, e, para tanto, criaram a Confederação Operária Brasileira (FAUSTO, 1995).

Essas ideias revolucionárias que encontraram campo de influência junto a poucos trabalhadores paulistas, não conseguiam se expandir dentre a maior parte dos operários, visto que não condiziam com a realidade nacional, não existindo uma aderência aos seus ideais. Não obstante, o fato de que entendiam que a revolução deveria ser feita por trabalhadores, adotando as ideias de Karl Marx, tinham como adversários os marxistas que apresentavam um maior grau de organização e com propostas que não excluía a presença do Estado, pelo menos não naquele momento, pois, havia o entendimento de que o Brasil ainda não havia passado pela revolução burguesa, etapa necessária para a implementação de um Estado Capitalista forte, para só depois o processo revolucionário alcançar a ditadura do proletariado, mas ainda com a presença do Estado, prevendo o seu perecimento

após garantir que não houvessem mais classes sociais, momento em que o Comunismo seria a ordem histórica natural.

A influência exercida pela imprensa anarquista, junto aos sindicatos e demais correntes de esquerda, foi fundamental para o surgimento das estratégias políticas de agitação e de cooptação de trabalhadores para os movimentos sociais. Os precedentes históricos estão nas atuações de anarquistas da estirpe de Oreste Ristori, o qual saído da Itália, passando pela Argentina e Uruguai, chega ao Brasil em 1904 e funda o semanário *La Bataglia*, que publicado na língua italiana se prestava a denunciar os abusos praticados contra os italianos que vinham para o Brasil e viviam em condições subumanas, tanto na lavoura como nas fábricas de São Paulo.

Outro nome importante que tomou parte durante as greves de 1917, na capital paulista, foi Gigi Damiani, o qual já se encontrava no Brasil em 1899 e que veio da Itália após ter cumprido pena de prisão por suas ideias anarquistas. Antes de vir para São Paulo esteve no Paraná, e na capital desse Estado fundou o Jornal “O Direito”, e na capital paulista contribuiu para o semanário *La Battaglia* dentre outros jornais anarquistas da época (DULLES, 1977).

Não só da Itália originavam-se os anarquistas que atuaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do Século XX, também da Espanha e Portugal. Do primeiro país vieram os espanhóis Everardo Dias e Florentino de Carvalho, grandes anarquistas que se destacaram nos movimentos grevistas que ocorreram em São Paulo. Everardo Dias contribuiu com o Jornal “O Livre-Pensador” e Florentino de Carvalho se destacou como tipógrafo e sindicalista na cidade de Santos (DULLES, 1977).

De Portugal veio o anarquista Neno Vasco, o qual atuou nos jornais anarquistas: “O amigo do Povo” e “A terra é livre”, além de fundar e escrever na sua revista “Aurora”, tendo sido considerado o “anarquista mais culto do Brasil”, formado em Direito pela Universidade de Coimbra (DULLES, 1977, p. 21).

Os movimentos grevistas tiveram a influência desses anarquistas conhecidos e demais membros que se filiavam a federações de operários. Desde 1901 as greves passaram a acontecer de forma reiterada, ganhando maior vulto em 1917 até

1919, e que trouxeram para o movimento sindical um passado de lutas que incorporou a história do sindicalismo brasileiro, além de influenciar muitos trabalhadores e militantes socialistas e comunistas, os quais que seguiram encabeçando ou participando dos movimentos sociais e do proletariado em geral.

As greves de 1917, não só devido a exploração demasiada dos operários paulistas e cariocas, mas também em função da elevação dos preços de maneira geral e, principalmente, dos gêneros alimentícios, foram movimentos em que sobressaltou a violência, tendo ocorrido roubos e tiroteios entre manifestantes e a polícia paulista (BASBAUM, 1976). Durante esse ano, na capital paulista, ocorreram greves que mobilizaram todas as categorias de trabalhadores, provocando o recrudescimento da atuação policial. A polícia paulista, desde 1905, passou por uma reestruturação dos seus serviços, inclusive com a promulgação da Lei 979 de 23 de dezembro de 1905, passa-se a exigir que os Delegados de Polícia sejam de carreira e com formação jurídica para ocupação da função.

Os movimentos sociais e grevistas passam por vigilância e aumento da repressão policial, que se formou a partir da Primeira República, visando atender a uma nova ordem social, pois, com a libertação dos escravos e devido a transição do modo de produção colonial escravista para o capitalismo industrial, houve a transferência do poder de controle social por parte dos senhores escravagistas para o Estado.

Na formação da nova ordem econômica, a industrialização atrai os contingentes populacionais das zonas rurais, atraindo a classe média proletarizada e também os libertos que passam a viver marginalizados. Por esta razão, as instituições policiais e judiciais deveriam ser fortalecidas para atenderem as novas demandas, além de reprimir os movimentos que tomam maior volume com a concentração populacional nos maiores centros urbanos. A atuação dos anarquistas e comunistas trouxeram a preocupação com uma nova estrutura das policias, sendo que em São Paulo, tendo em vista todos os movimentos sociais que ocorreram durante as três décadas seguintes a proclamação da libertação dos escravos e da República, criou-se a Polícia Especializada de Ordem e Política Social, através do Decreto-Lei nº 2034 de 20 de dezembro de 1924. Nesse sentido, e, para entender o

que os movimentos sociais e os anarquistas representavam para as autoridades e burguesia, tanto rural como industrial, vale transcrever a seguinte reflexão:

O medo do contágio, sem a proteção das hierarquias (ordem escravocrata e império) passou a ser um problema público, atinente à polícia, que além de seu papel tradicional de perseguição ao crime comum, deveria regulamentar a vida quotidiana, impedindo, por exemplo, que os ‘filhos de Eva’, os pobres, os loucos ou anarquistas, fizessem uso do espaço público ... Ordem urbana, ordem pública e polícia, portanto, foram conceitos inter-relacionados. Legitimavam a ação dos poderes públicos sobre o universo da população urbana, regulando o cotidiano da cidade e investigando o passado, as inclinações ideológicas dos trabalhadores e vigiando seus movimentos constituindo a ordem e seu avesso (SOUZA, 1998 apud FLORINDO, 2000, P. 56).

Tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, o ano de 1917 se destaca pelas greves do setor têxtil. No Rio de Janeiro os comícios foram proibidos, mas a situação fugiu do controle do Estado quando trabalhadores da fábrica de nome Corcovado ameaçaram entrar em greve e paralisar a produção, e diante da ameaça de demissões desses trabalhadores, cerca de dois mil e quinhentos operários marcharam em direção a fábrica, acontecendo um confronto entre os manifestantes e a Polícia. A repercussão política que se seguiu foi responsável por debates junto a Câmara dos Deputados, tendo como protagonistas dos debates os Deputados Maurício de Lacerda e Antônio Carlos de Andrada, tendo o primeiro apresentado projeto de Lei visando a criação de um Departamento de Trabalho. Entretanto, tendo em vista a crise que acarretou o aumento dos preços e conseqüente carestia, o projeto não entrou em pauta (DULLES, 1977).

Segundo BASBAUN (1976), os movimentos operários tinham uma formação heterogênea e na sua formação encontravam-se trabalhadores ligados as aspirações das classes médias de onde eram originários, e acabavam votando em políticos liberais, que não representavam os interesses da classe operária. Segundo o autor, muitos operários deixavam-se levar por discursos “dos grandes tribunos populares da época, tais como Maurício de Lacerda, Irineu Machado, ou mesmo Rui Barbosa” (BASBAUN, 1976, p. 208).

Os conflitos em São Paulo também se deram no mesmo ano, e a partir do mês de maio, ocorrendo reivindicações de operários da Indústria têxtil, tal qual ocorreu no Rio de Janeiro, afetados pelos aumentos abusivos dos preços dos alimentos. As greves foram deflagradas nas fábricas existentes nos bairros da Mooca, Brás e Cambuci. No confronto com as forças policiais uma criança de doze anos de idade foi atingida por um disparo de arma de fogo e veio a falecer. Antes desse episódio já havia ocorrido a morte do trabalhador Antônio Iniguez Martinez, em decorrência do confronto com a polícia, tendo sido fator de grande comoção entre os trabalhadores, cujo féretro foi acompanhado por um grande número de operários, provocando a mobilização de enorme aparato policial.

No todo, calcula-se que cerca de 20.000 (vinte mil) operários aderiram aos movimentos grevistas em São Paulo, atingindo não só as fábricas, mas, também o transporte de bondes devido aos “choferes” terem se juntado aos grevistas, assim como a grande agitação acarretou o fechamento do comércio. Nesse contexto, em que ocorreram assaltos e violência envolvendo manifestantes e policiais, é que houve a intermediação de Nereu Rangel Pestana, jornalista que propôs a intermediação de mais nove profissionais da imprensa para dialogar com o governo e com os industriais. Em poder das reivindicações formuladas pelo Comitê de Defesa Proletária, que tinha a sua frente personagens como “Gigi Damiani e Teodoro Municelli, pertencentes a imprensa anarquista e socialista, respectivamente. Tais tratativas, levaram a concessões de aumentos e a promessa, por parte do governo paulista, de estudar formas de conter o trabalho de menores nas fábricas, e promover leis que proibissem o trabalho noturno de mulheres e de menores de dezoito anos (DULLES, 1977).

Como será visto nos próximos capítulos, a ação dos anarquistas apesar de ter sido relevante para a composição dos movimentos operários e o início de uma trajetória de lutas por direitos trabalhistas, não teve a aderência da massa operária, pois, como já foi visto anteriormente, sua composição heterogênea não permitia a tomada de consciência de que só pela mobilização sindical ocorreriam mudanças que permitiriam o avanço das Leis em prol dos trabalhadores. O grande abismo cultural, que se observa entre as concepções políticas dos anarquistas e dos contingentes operários, não propiciou que os trabalhadores se aproximassem dos anarco-sindicalistas, que foram superados pelos comunistas, os quais se

aproximaram da classe proletária com propostas mais palpáveis, que não envolviam a derrocada do Estado, mas sim o fortalecimento do trabalhador através da organização sindical. Para tanto, é necessário analisar o contexto e quando as ideias de Marx tomam vulto em nosso país, além de entender como se deu a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), no Brasil e em São Paulo.

2.3 A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB).

A abordagem sobre como o operariado e a intelectualidade do país foi influenciada pelo pensamento marxista, tem relevância no sentido de se entender os motivos pelos quais esses dois Comunistas Paulistas, Armando Mazzo e Jurandir Celso do Amaral Guimarães, se renderam a causa operária, e quais foram as influências que os levaram a ingressar no Partido Comunista.

No Brasil as ideias revolucionárias de Karl Marx, que desvendaram a engrenagem do mundo capitalista, chegaram de forma muito incipiente. Evidentemente, o país não tinha as condições necessárias para receber tais ideias devido a seu grande atraso cultural, apesar de haver uma intelectualidade que apresentava condições suficientes para buscar conhecimentos na Europa, como fizera no período próximo a Revolução Francesa.

Na verdade, as ideias de Marx pouco foram conhecidas até na própria Europa, conforme texto dos estudos realizados sobre a História do Marxismo no Brasil, resultado de pesquisa da Unicamp:

Apesar de 40 anos de atividade prática a serviço do movimento operário, Marx foi pouco conhecido na própria Europa; como exigir o seu conhecimento, o seu estudo ou a sua compreensão neste país escravocrata, colônia até 1822, sem urbanização nem industrialização, além de leis que o proibiam de criar fábricas e imprimir livros?

3) Só em 1932, com a publicação dos manuscritos da mocidade de Marx, é que se pôde fazer um estudo mais profundo e autêntico de sua genialidade crítica, do seu humanismo filosófico. Contudo, com a publicação do Manifesto Comunista, de sua autoria, é que seu nome se difunde mais entre a massa trabalhadora da Europa e, depois, dos Estados Unidos. (MORAES FILHO, 2013, p. 13).

O fato é que as ideias dos socialistas utópicos como Fourier, Saint-Simon, Proudhon e Leroux, eram as que mais substancialmente chegaram a intelectualidade brasileira, entretanto Marx passou a se tornar mais conhecido a partir do discurso inaugural da primeira Associação Internacional de Trabalhadores por ele redigido. Contudo, no Brasil, seu nome passa ser mais conhecido, por certos representantes brasileiros, a partir de seus comentários sobre a Comuna de Paris e o Manifesto do Partido Comunista. Marx embora tenha sido algumas vezes citado por intelectuais brasileiros, não existia, ainda, um profundo conhecimento sobre suas ideias e sua obra, chegando mesmo a serem confundidas com as de Augusto Comte.

Coube a Evaristo de Moraes, segundo o texto de Evaristo de Moraes Filho, o posto de intelectual responsável por levar os conhecimentos sobre Marx, entre os intelectuais e o movimento operário. Evaristo de Moraes ingressou no Partido Operário fundado por França e Silva em 1890, considerado como o intelectual que se aproximou do marxismo sem ser ortodoxo, porém colaborou com o Partido Operário de 1890 e, segundo as informações do texto, teria participado juntamente com o jornalista Gustavo Lacerda, de todas as greves do começo do século XX, citando as “dos carroceiros, dos sapateiros, da estiva”.

Tendo em vista o presente trabalho ter como um dos personagens Armando Mazzo, que pertenceu ao sindicato dos marceneiros, vale citar o que foi escrito sobre Evaristo de Moraes, e reproduzido no texto “A proto-história do marxismo no Brasil”:

Em defesa dos marceneiros, auxiliando-os e libertando-os das infames ciladas da burguesia, das autoridades e das leis, novamente

na arena das querelas entre a vítima e o algoz, surgiu o grande coração, a grande alma de Evaristo de Moraes. Este homem, excelente advogado, espírito cultivadíssimo, um dos mais eruditos na sua classe, talvez, sobre a questão social, e que já tem, por um número infinito de vezes, prestado os seus valiosos e desinteressados serviços aos operários em greve, perseguidos e desatendidos, é um dos raríssimos vitoriosos sobre a torpe abjeção em que se fundam os mais ou menos intelectuais de nossa época. (MORAES FILHO, 2013, p. 30)

O certo é que ao operariado, naquele início de século, não havia como as ideias marxistas serem difundidas, a não ser pela aproximação dos intelectuais engajados em causas sociais e simpatizantes da classe operária. O analfabetismo no começo do século afetava a maior parte da população pobre, portanto, as ideias de cunho anarquista chegaram a classe operária com mais facilidade, tendo em vista a proximidade dos brasileiros operários com os imigrantes italianos e espanhóis, os quais já traziam as informações libertárias do anarquismo.

Apesar de não haver uma base teórica, o movimento operário seguiu seu curso natural da história em que a fome e a exploração extrema se transformam em alimento e motivo suficientemente necessário para justificar qualquer luta. Em 1917 com a Revolução Russa, o nome de Marx novamente vai ser destacado, porém agora ao lado dos nomes de Lenin e Trotsky, num momento em que o Brasil enfrentava convulsões sociais, entre 1917 a 1919, tendo como razão principal o aumento do custo de vida, conforme relata BASBAUM (1976). Se somava a tal situação as péssimas condições de trabalho, a jornada exaustiva e salários aviltantes, cuja consequência foram as greves em São Paulo e Rio de Janeiro.

Foi um período crítico para a classe trabalhadora que estava à mercê das regras do capital, pois a industrialização no Brasil, se comparada com a dos países mais desenvolvidos da Europa, ainda se encontrava no estágio do capitalismo selvagem, próprio dos acontecimentos ocorridos na primeira etapa da Revolução Industrial.

Nos encontrávamos em pleno século XX e estávamos com mais de um século de atraso, pois vivíamos sobre a égide do liberalismo econômico aos moldes do que se passou na Inglaterra e França do século XVIII. Guardadas as devidas proporções, o que ocorreu na Primeira Revolução Industrial também ocorria no Brasil. Da mesma maneira que os trabalhadores rurais brasileiros saíram do campo em busca de melhores condições nas indústrias das cidades, na Grã-Bretanha os

camponeses também fizeram o mesmo, só que com atraso de quase dois séculos. Da mesma forma do que aqui, lá também o trabalho infantil foi explorado pelos proprietários das indústrias, pouco importando qual era o ramo de atividade produtiva.

A exploração do trabalho humano já ocorria no Brasil antes de sua industrialização, porém a economia que estava nas mãos de uma plutocracia entra na lógica do capitalismo ocorrido nos séculos XVIII e XIX, tendo como embasamento os princípios de David Ricardo, Stuart Mill e Jean Baptiste Say. Estavam presentes os princípios da iniciativa privada que necessita de mão-de-obra barata, sem ainda necessitar de grande qualificação do trabalhador. Sendo assim, o industrial que constituía a mesma elite rural, tinha plena possibilidade de continuar a explorar pagando salários ínfimos como já estava acostumado a fazer, utilizando-se de toda uma base teórica que trazia a justificativa moral de que precisava.

A verdade nua e crua sobre a economia de iniciativa privada foi muito bem externada por Hobsbawm:

O princípio básico da economia da iniciativa privada no século dezanove era comprar no mercado mais barato e vender no mais caro. Para o patrão, comprar a mão de obra no mercado mais barato significava compra-la pela taxa mais baixa de unidade de produção, isto é, comprar a mão de obra mais barata da mais alta produtividade. Inversamente, para o trabalhador, vender o seu trabalho no mercado mais caro significava logicamente vendê-lo pelo preço mais alto pela produção unitária mínima. (HOBBSAWN E., 2015, p. 461)

A situação fática do Brasil na década de 20 demonstrou que o anarquismo não se compatibilizava com os anseios da classe operária, mesmo porque para o trabalhador o que realmente importava era a melhora das condições de trabalho e salários mais justos, pouco lhe importando se com Estado ou sem ele. Os socialistas não representavam de fato a classe trabalhadora, pois a ela não pertenciam.

Os comunistas apresentavam um discurso mais coeso com as reivindicações do operariado, e também não descartavam a presença do Estado na transição para o modelo de produção comunista. Neste sentido, analisa o historiador Boris Fausto:

Os comunistas colocam no horizonte a sociedade socialista, mas distinguem-se dos anarquistas em pontos fundamentais. Em primeiro

lugar, valorizam o papel do Estado. Não só defendem a necessidade de ganhar posições no Estado, antes da conquista do poder, como, após essa conquista, sustentam a necessidade de estabelecer um período de transição por tempo indefinido – a ditadura do proletariado -, onde o Estado é reforçado antes de perecer. (FAUSTO, 1995, p. 303).

Neste contexto, surgiram várias Ligas Comunistas, as obras de Marx e Engels passam a ser mais conhecidas, bem como, a Revolução na Rússia apresentava uma base teórica consubstanciada nos escritos de Lênin, líder da revolução. Conforme expõe Basbaun:

As obras de Lênine, o chefe incontestado da Revolução, começaram a partir de 1921 a ser conhecidas, em traduções francesas e espanholas e, partindo de Lênine, as de Marx e Engels. Já em 1919, segundo informa Astrojildo Pereira em carta ao autor, se publicou aqui na revista Spártacus, um importante trabalho de Lênine: A Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado. (Tese apresentada no I Congresso da Internacional Comunista em março de 1919). Foi, pois, estudando estes mestres fundadores do marxismo-leninismo que os líderes brasileiros compreenderam o verdadeiro significado da Revolução de Novembro e descobriram a existência de um socialismo científico e do fundamento ideológico do movimento operário. (BASBAUN, 1976, p. 212).

Diante deste arcabouço teórico, segundo a exposição de BASBAUN, o Partido Comunista do Brasil, cuja sigla era PCB, foi fundado em 25 de março de 1922 no Rio de Janeiro. Houve a presença de delegados que representavam comunistas de alguns Estados brasileiros. Destes delegados “entre outros, Astrojildo Pereira, Manoel Cendon, Cristiano Cordeiro, Luiz Perez e Abílio de Negrete, este último do Rio Grande do Sul, onde já havia fundado, desde 1918, uma União Maximalista...” (BASBAUN, p. 212).

O nome dos outros delegados que participaram da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) foram: Hemogênio da Silva Fernandes, João Jorge Costa Pimenta, Carlos Henrique, Joaquim Barbosa e José Elias (CARRION, 2012, p. 59). De todos os nomes mencionados, tanto no presente parágrafo quanto no anterior, só Astrojildo Pereira era jornalista, e os demais pertencentes ao operariado.

A fundação do partido se deu em razão do seu Primeiro Congresso que visava examinar algumas exigências para ingressar na Internacional Comunista (3ª Internacional ou Comintern). Astrojildo Pereira assumiu como Secretário Geral, permanecendo no cargo até 1929. O Partido foi a ilegalidade após quatro meses de

sua fundação, tendo em vista o levante do Forte de Copacabana, devido a decretação do estado de sítio. Em 1927 voltou a legalidade, porém, no mesmo ano, durante o governo do presidente Washington Luís foi votada a denominada Lei Celerada (ou Lei Aníbal de Toledo), que combatia os chamados delitos ideológicos e o partido novamente entrou para a ilegalidade, mas logo no mesmo ano retornou à ilegalidade e só em 1945 saiu.

O jornal do Partido tinha como título “A Classe Operária” e começou a circular entre os trabalhadores no ano de 1925, conseguindo resistir a repressão policial por 20 anos (BASBAUN, 1976), mas vale lembrar que a teoria do marxismo, tinha como base a obra de Marx o Manifesto Comunista, o qual fora traduzido para o espanhol e francês, dificultando que a classe operária tivesse acesso a tal leitura. Contudo, foi o ex-anarquista, convertido ao comunismo, Octávio Brandão quem traduziu a obra para o português.

Embora na ilegalidade o Partido Comunista continuava atuante junto a classe trabalhadora, e muitos anarquistas se renderam a concepção doutrinária do partido que tinha orientação direta da Internacional Comunista, após ter sido admitido em 1924. A ilegalidade levou o PCB a dirigir o Bloco Operário Camponês, que era uma organização que atuava na legalidade, entretanto, não abrigava membros operários que não eram comunistas. A intenção era claramente participar de eleições e acabou conseguindo eleger Minervino de Oliveira, operário marmorista e Otávio Brandão, Farmacêutico de formação, mas grande ativista e estudioso do marxismo.

Muito embora o PCB, segundo FAUSTO (1995) não tivesse muitos membros, segundo autor não passavam de mil, tinha muita predominância sobre parte da classe operária. Não é o objetivo deste trabalho contar a história do Partido Comunista do Brasil, e sim trazer um pouco das memórias de dois comunistas paulistas que viveram sob as orientações do partido e a ele pertenceram, adotando um estilo de vida totalmente voltado para a causa operária, seguindo os parâmetros adotados pelo “Obreirismo”. Porém, antes de enveredarmos nas análises sobre como tais memórias individuais são capazes de revelar as posições político-ideológicas revolucionárias, e avaliar em que medida essas personagens receberam a influência da primeira cisão ocorrida no Partido Comunista do Brasil, adotando as concepções do “Obreirismo” durante suas trajetórias, é necessário buscar os motivos pelos quais se impôs a visão de que só aos operários caberia ocupar cargos de liderança.

2.4 Obreirismo e fracionismo.

Abordar o tema memórias proletárias a partir da retratação da militância política dos dois personagens que integraram o PCB, em datas posteriores a primeira cisão ocorrida no partido, é imprescindível para entender o processo político-ideológico que se instaurou no interior do partido, bem como o que motivou a “oposição de esquerda bolchevista-leninista, que deu origem à Liga Comunista Internacionalista”. (CAMPOS, GOMES, & GODOY, 2016)

O contexto internacional que opôs estratégias representadas por Trotskistas e Stalinistas foi determinante para que, no Brasil, surgissem forças de oposição dentro do próprio Partido Comunista do Brasil (PCB), em que pese, em um primeiro momento, tal oposição ter sido engendrada por atores políticos que não pretendiam

a cisão, mas sim seu fortalecimento, lutando pelo processo dialético para que o partido não se afastasse dos rumos do marxismo-leninismo”. (CAMPOS, GOMES, & GODOY, 2016, p. 120)

O fator preponderante para as divergências de ideias, consiste nas interpretações de Trotsky que se opunha a concepção da revolução por etapas, bem como a contraposição a ideia de Stálin de que a revolução deveria ser alicerçada no território soviético, sem que houvesse a interferência direta da URSS no processo revolucionário dos demais países, que contraria a concepção da “revolução permanente”, cujo caráter é internacionalista, proposição trotskista.

Não obstante a matriz ideológica seja marxista, as discussões sobre as etapas revolucionárias constituíram enfoques divergentes entre Stalinistas e Trotskistas. Para Trotsky o processo revolucionário não atendia a fatores uniformes, pois países atrasados acabavam tendo a economia alicerçada nos novos elementos econômicos imperialistas, trazidos pelo contato com os países que já se encontravam em pleno desenvolvimento e que já haviam feito a revolução burguesa. Tais fatores provocavam uma resistência maior ao proletariado nascente e um conservadorismo das classes burguesas subjugadas pelo imperialismo, que as impediam de romper a estrutura de poder. Nesse sentido Trotsky propugnava que:

É absurdo dizer que não se pode saltar as etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são, o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima, e, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer que a capacidade de reconhecer e utilizar esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar. (TROTSKY, 1985, p. 105/106)

O Partido Comunista do Brasil (PCB) passou a seguir as diretrizes da III Internacional Comunista, num período em que surge opiniões divergentes e intensas, entre ideais Trotskistas e Stalinistas, com evidente hegemonia das estratégias ditadas por Stalin, logo após a morte de Lenin.

O VI Congresso da Internacional Comunista realizado em 1928 colocou em pauta a discussão sobre o futuro estratégico dos Partidos Comunistas, firmando a orientação de que os partidos deveriam ter na sua composição dirigente, operários,

inaugurando, assim, o período que foi denominado “Obreirismo”, tendo como principal objetivo a proletarização dos partidos comunistas.

A postura de Stálin quanto a eventuais ideais divergentes, foi a de considerar traição “quaisquer divergências com os órgãos dirigentes, fossem elas quais fossem” (ABRAMO & KAREPOVS, 1987, p. 25). Segue daí, que nasce uma oposição de esquerda no interior do PCB, e que acarretaram a expulsão e perseguição a todos aqueles que ousassem discordar da política partidária, imposta pela linha soviética.

Importante destacar que as divergências em torno das concepções da Revolução democrática-burguesa, ou da Revolução Proletária, constituiu o verdadeiro nó entre Stalinistas e Trotskistas, no que tange as estratégias revolucionárias. A denominada revolução por saltos que contraria a visão da revolução por etapas; a visão de que cabe ao proletariado emancipar o campesinato, tendo em vista que este tem a tendência de se acomodar e ser influenciado pela burguesia, são o cerne da discussão entre os seguidores do Stalinismo e Trotskismo.

No que tange ao papel do campesinato no processo revolucionário, também não há concordância, sendo que para Trotsky, há uma correspondência entre a história do capitalismo e da subordinação do campo em relação ao meio urbano, visto que, interpreta que o campesinato é suscetível às influências burguesas. Tais influências se tornam claras quando verificado a crítica de Trotsky quando preceitua que não seria possível que nos países coloniais ou semicoloniais se fizesse a revolução democrática burguesa, haja vista que o desenvolvimento capitalista nos países atrasados apresentava características próprias, que se vinculavam aos ditames dos países imperialistas, subordinando as burguesias nacionais ao capital estrangeiro, o que impedia a realização de uma revolução de caráter democrático-burguês. Portanto, a revolução por etapas será criticada, tendo sido adotada a ideia da revolução por saltos, tendo como estratégia a tomada do poder político pelo proletariado.

Tais discussões são o cerne das estratégias dos partidos comunistas no âmbito internacional, que primava pelo entendimento da necessária conscientização de operários e camponeses, tendo em vista a longevidade do processo que levaria a revolução mundial. Contudo, a concepção de uma frente única, calcada no “método de agitação e de mobilização popular, de preparação revolucionária (CAMPOS,

DIAS, & GODOY, 2018, p. 239), será esvaziado pela concepção Stalinista da revolução em um só país.

No âmbito nacional ocorre uma interferência da III Internacional Comunista, que ocasionou o afastamento de militantes intelectuais da direção do Partido, vez que a orientação internacional era que os cargos de direção deveriam ser ocupados por operários.

O Brasil foi colocado dentre os países semicoloniais, de características feudais, que deveria galgar às condições necessárias para implementação da revolução democrático-burguesa, cuja ajuda seria dada pela URSS, responsável em ditar as estratégias, bem como prestar auxílio teórico para conscientização da classe operária e campesina. Tal posição levou a dissidências, tendo em vista as disputas intestinas pelo poder, ocasionando o expurgo de integrantes importantes do partido, principalmente os intelectuais.

Tais divergências se dividiam em três frentes, conforme os estudos realizados por Murilo Leal (2004). A primeira se opunha a aliança com o movimento de Prestes, que tinha à frente Rodolfo Coutinho, fundador do PCB e componente da Comissão Central Executiva, o qual participou da III internacional como Delegado. A segunda se formou no âmbito sindical, tendo em vista a insatisfação com a atuação do partido em relação as greves, e que provocou o desprendimento da célula dos gráficos, denominada “4R”. Em função disso, alguns membros, dentre eles Lívio Xavier, em 1928, vão compor o Grupo Comunista Lenin, bem como a Liga Comunista, esta fundada em 1931, tendo integrantes como “Aristides Lobo, Plínio Gomes de Melo, João Mateus, Benjamim Péret, Mário Pedrosa, Vitor Azevedo Pinheiro, João da Costa Pimenta e “Pedro”” (LEAL M. , 2004, p. 23).

O importante é ressaltar que todos esses comunistas acabaram sendo perseguidos dentro do próprio partido, bem como fora dele. Portanto, sofreram toda a perseguição política da ditadura Vargas, mas também foram vistos como traidores por integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), pois não comungavam das ideias propugnadas pela política soviética. Não cabe aqui nos aprofundarmos sobre tais aspectos, visto que os personagens que são alvo da presente pesquisa foram integrantes do PCB e com ele estabeleceram relações longevas. Contudo, a abordagem sobre o “Obreirismo” e as consequências das dissidências no partido, trarão a reflexão necessária para se entender a posição quase religiosa dos membros do “partidão”, que tiravam das orientações do partido comunista soviético

uma percepção de obrigações praticamente militares, cujas ordens eram inquestionáveis.

Outros fracionamentos ocorreram no PCB, entretanto, não cabe aqui tal abordagem, mas sim a proposta de que a primeira cisão marca o confronto de ideias que se seguiu, entre Stalinistas e Trotskistas. As memórias que aqui serão expostas nos capítulos seguintes, retratarão como a divisão das tarefas no interior do partido, bem como as funções perpetradas por seus componentes, levaram em conta a divisão entre operários e intelectuais.

3 MEMÓRIAS E MILITÂNCIAS DE ARMANDO MAZZO E JURANDIR CELSO DO AMARAL GUIMARÃES.

Pretende-se no decorrer do capítulo exortar reflexões sobre pontos específicos da vida de Armando Mazzo, no intento de compreender as razões que o estimularam a fazer parte do meio sindical e político ao longo da República Velha e durante o período de Vargas, assim como analisar as influências recebidas do “Obreirismo”, que marcaram sua trajetória, mas ao mesmo tempo fizeram-no refletir e ser um crítico sobre a política do Partidão e das influências de Prestes. Porém, sem deixar de narrar as consequências que a ditadura militar gerou em sua vida, bem como sua tentativa, próximo a seu falecimento, de promover a unificação dos dois partidos comunistas que se formaram a partir de divergências sobre ações e objetivos políticos.

À face do exposto, o escopo será contextualizar a trajetória sindical e política deste protagonista da história nacional e a visão que apresentava sobre as formas de atuar e compreender o exercício revolucionário, empregando os conceitos marxista-leninista assimilados ao longo de sua experiência como membro do proletariado. Suas motivações encontram-se na sua infância difícil e o contato com conhecimentos práticos e teóricos, determinando sua aversão ao capitalismo e a pequena burguesia, que o tornaram um sindicalista e comunista inflexível e obstinado.

Diante disso não há como entender Armando Mazzo sem mergulhar na sua infância, através de suas próprias narrativas, não olvidando dos aspectos contextuais que marcaram sua trajetória. Suas relações familiares e as conexões que fez ao longo de sua vida, o fizeram um homem de valores rígidos, e portador de um desenvolvido senso crítico, possibilitando sua transição do meio operário para o político, tendo como principal característica a liderança. Sua passagem pelo meio sindical, em especial dentre os trabalhadores marceneiros e metalúrgicos do ABC, permitiu viver intensamente períodos de influência anarquista, socialista e comunista. Enfrentou as agruras da repressão política e não se desviou de seus ideais.

Obrigatoriamente faz parte da História oficial do país, por ter integrado a política como Deputado Estadual por São Paulo em 1946 e no ano seguinte como Prefeito eleito pela Cidade de Santo André. Porém, sua participação na curta história

de legalidade do partido, faz com que seja necessário a abordagem de suas memórias, pois, não se pode negar que a história dos movimentos sindicais e da esquerda brasileira, não se resume aos momentos de legalidade, sendo necessário o resgate das memórias para ajudar no processo de entendimento dos movimentos sociais e políticos do país.

Sua relação com o outro personagem que será retratado, Jurandir Celso do Amaral Guimarães, cujo contato se deveu ao fato de serem cunhados, também será objeto de reflexão, no sentido de entender como o “Obreirismo”, conseguiu influenciar pessoas de índoles tão diversas, a seguirem as orientações do partido, já que ao contrário de Mazzo, Jurandir era jornalista e livreiro, e fez parte do que Gramsci entendeu como intelectualidade orgânica.

Contudo, para entender a trajetória de Armando Mazzo, é necessário iniciar pelas memórias de sua infância e seu contato com o movimento operário, pois, iniciou no trabalho ainda criança. Trazer aspectos de sua infância e juventude, são importantes para que se possa confirmar as teses de que as classes médias se proletarizaram e que de fato eram heterogêneas, sendo que esta composição tão diversa pode ter constituído o principal fator desagregador dos movimentos de esquerda no Brasil.

Por ser esta uma pesquisa cujo interesse se deu em razão da convivência que tive com meu avô Jurandir Guimarães e com o tio de minha mãe, Armando Mazzo, apresenta alguns elementos próprios da familiaridade com os personagens, bem como as impressões retiradas das fontes orais que fizeram e que ainda fazem parte do contexto familiar. Contudo, tais impressões e conclusões também se baseiam nos dados colhidos junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, através dos prontuários do DEOPS de nº 64.495 (JURANDIR CELSO DO AMARAL GUIMARÃES) e nº 145.975 (ARMANDO MAZZO).

A história de Armando Mazzo, já foi retratada em sua autobiografia que é uma das bases referenciais deste trabalho, contudo, já existem pesquisas sobre sua vida, ou mesmo, há menções ao seu passado na História da luta operária no Brasil, em algumas obras. Já, inclusive, ao passar o período da ditadura militar, com o seu falecimento em 1.990, teve cerimônia fúnebre com honras de Prefeito, comparecendo em seu velório o Prefeito Celso Daniel. Também, no final de sua vida se aproximou do Partido dos Trabalhadores e seu livro acabou sendo prefaciado por

Luis Inácio Lula da Silva, portanto, existem fontes suficientes e algumas foram utilizadas.

O objetivo deste trabalho, já assinalado, envolve um estudo sobre as influências do “Obreirismo”, bem como a cisão do partido, tendo em vista o movimento referido, além de aquilatar como os dois personagens, em momento posterior, se prenderam as concepções política desse movimento, que criou embates entre Stalinistas e Trotskistas. O fato é que Jurandir Celso do Amaral Guimarães permaneceu no partido até sua morte em 1989 e Armando Mazzo, rompe com o partido antes do golpe militar de 1964.

Para que se possa entender os motivos das posições distintas, se faz necessário abordar um pouco da biografia de Jurandir Celso Do Amaral Guimarães, buscando nas suas origens e vivências, o entendimento dos motivos que o fizeram a aderir aos ideais marxistas, assim como foi feito em relação a Armando Mazzo.

Jurandir Celso do Amaral Guimarães, nasceu aos 18 (dezoito) de julho de 1.914 (mil novecentos e quatorze), na cidade de Bebedouro, no interior do Estado de São Paulo. Pouco se sabe sobre sua árvore genealógica, entretanto, sua esposa Amélia Helena Hernandez Guimarães, deixou anotações que foram imprescindíveis para construí-la, ao menos em parte.

O casal Joaquim José de Oliveira Amaral e Maria Christina do Amaral tiveram 23 (vinte e três) filhos, dos quais muitos faleceram ainda na infância. Pouco se sabe do paradeiro de todos eles, porém, interessa saber que uma das filhas, Joaquina do Amaral, casou-se com Astolfo Celso Guimarães, e tiveram cinco filhos: Sebastião; Ondina; Jarbas; Luiz Carlos e Jurandir Celso do Amaral Guimarães, este o filho mais velho. Sabe-se que Joaquina teve outros filhos que faleceram, não se sabendo quantos filhos teve no total.

Muito embora se saiba o nome dos descendentes paternos de Jurandir Guimarães, não há maiores informações sobre a classe social a que pertenciam, porém, o pai exercia função de Guarda-Livros, que em sua época era um trabalho prestado para muitos fazendeiros. A sua profissão indica que pertencia a classe média.

Amélia Helena Hernandez Guimarães, minha avó, casou-se com Jurandir em 15 de novembro de 1.939, e esta foi a única pessoa preocupada em guardar a memória da família, num pequeno caderno onde fez suas anotações. Graças a elas

é que se pode contar um pouco sobre as memórias de Jurandir e buscar as respostas para à pergunta central do trabalho científico.

Jurandir Guimarães era contemporâneo de Armando Mazzo e se conheceram em razão de Mazzo ter se casado com Aurora Mazzo em 1946. Como já mencionado alhures, quando Mazzo conheceu Maria Aurora Hernandez, esta já era comunista e estava a serviço do PCB no comitê da Praça João Mendes na capital de São Paulo. Pouco tempo depois de se conhecerem, casaram-se (MAZZO, 1991, p. 106).

Aurora era irmã de Amélia Helena Hernandez Guimarães que já estava casada com Jurandir desde 1939, portanto, começou em 1946 a relação entre as famílias: Mazzo; Hernandez; Morinigo e Guimarães. Todas essas famílias se envolveram de alguma maneira nos ideais revolucionários marxista-leninista.

O sogro de Mazzo e de Jurandir, de nome Francisco Hernandez Moriñigo era de nacionalidade Espanhola e nasceu em 1890 tendo falecido aos 23 de janeiro de 1986, com 96 (noventa e seis) anos de idade. Foi casado com Maria Moreno Hernandez que faleceu no ano de 1971.

Se Armando Mazzo sofreu uma grande influência dos anarquistas e do movimento sindical que o levou ao comunismo, Jurandir Guimarães, muito provavelmente, teve a influência do sogro “Sr. Hernandez”, o qual saiu da Espanha com 14 (quatorze) anos de idade, ao que consta sozinho, e foi para o Panamá e Cuba, onde trabalhou para se sustentar, tendo voltado para a Espanha após dois anos. Poucos meses depois foi para a Argentina e morou na casa de uma tia de nome Encarnação, numa localidade chamada “Libertad”, local onde aprendeu os ofícios de mecânico e motorista.

Tempos depois veio para o Brasil juntamente com um primo de nome Julião Andrés, e residiu no interior de São Paulo na cidade de São Manoel. Lá conheceu Maria Moreno, brasileira descendente de espanhóis, e com ela se casou. No início deste trabalho se afirmou que Jurandir Guimarães pertencia as classes médias do país. A genitora de Guimarães pertencia a família de latifundiários senhores de escravos, na região de Parnaíba, em São Paulo, cuja configuração geográfica era muito diversa do que é hoje.

Neste sentido, se confirmam os estudos realizados neste trabalho, pois as famílias mencionadas tinham grande ligação com as cidades interioranas de São Paulo, e Joaquina, “Dona Quininha” como era chamada a mãe de Jurandir

Guimarães, sempre manteve laços familiares pelo interior de São Paulo e, o que hoje é o município de Santana do Parnaíba. Porém, a maioria dos membros dessas famílias migraram para os centros urbanos.

Com o empobrecimento de muitas famílias do campo e o com o crescimento da industrialização em São Paulo, o proletariado cresceu e com ele algumas cidades, em que pese o fato que ainda era uma indústria voltada para o mercado interno, gerado pela agricultura de exportação. A família Guimarães, por parte de mãe, de sobrenome Amaral, mantinha laços com familiares na cidade de Santana do Parnaíba, Lins, Bebedouro, São Manoel, Porto Ferreira e Sales.

3.1 Armando Mazzo e o trabalho durante a infância.

Contar sobre sua origem é imprescindível para perceber os aspectos individuais e coletivos que influenciaram o seu pensamento político, norteador da sua conduta como homem e cidadão. Armando Mazzo nasceu no Brasil aos 25 de abril de 1913, em “Sant’Ana, bairro da capital do Estado de São Paulo”, como conta ele próprio no livro “ARMANDO MAZZO – Memórias de um militante político e sindical no ABC” publicado em 1991 pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura de São Bernardo do Campo, *pós morte*, falecimento que ocorreu em 15 de maio de 1990.

Sua infância penosa o levou a aprender o ofício de marceneiro, ocupação profissional que possibilitou sua condução aos meios sindicais e a ter contato com o pensamento marxista aplicando-o como doutrina e guia para toda a sua vida.

Armando Mazzo descreveu minudências da sua vida, a começar pela infância dura ao lado de sua família. Era filho de italianos, a mãe oriunda da região de Mantova e o pai de Treviso na Itália, conviviam com eles, os avós paternos, uma irmã e dois irmãos. Na Itália seu avô ocupava o ofício de pedreiro e a avó tinha sido camponesa. Todos vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida, sendo que Mazzo e os irmãos nasceram no Brasil. O pai sustentava a família, trabalhava na Light, empresa inglesa e, segundo Mazzo, o genitor ocupava um cargo que lhe permitia oferecer uma vida digna a família.

Detalhes relatados sobre sua infância tentam reproduzir o espaço físico e os costumes das cidades de São Bernardo do Campo, Santo André e São Paulo da década de 20. Narrando sobre seus anos iniciais de vida menciona as brincadeiras de criança no bairro de “Sant’Ana”, na zona norte da Cidade de São Paulo, entre elas: o jogo de “fubeca” (bolinha de gude), pega-pega, esconde-esconde, cantiga de

roda, além disso descreve os meios de transporte da época, como se pode ver no trecho a seguir:

Quando passava um landau ou um tilburi com cavalos ou cavalo, enfeitados com plumas coloridas, e o condutor trajado a rigor; ou um carro puxado por bois, com seu grito estridente e sua lentidão, parávamos com as brincadeiras, o mesmo acontecendo quando passa o bonde com o “caradura”. O bonde saía do cruzamento da rua Voluntários da Pátria com a Alfredo Pujol no alto de Sant’Ana e cobria o percurso até a Praça do Correio. O bonde seguia, voltávamos a brincar até nos mandarem dormir. Nossos pais falavam uma só vez. Obedecíamos calados. Havia muito respeito e também medo para com os mais idosos. A rua Voluntários, como todas as ruas principais da nossa capital, eram iluminadas por lampiões de gás. Fim do dia. Começava a escurecer, o “bombeiro” (assim era chamado o homem que acendia os lampiões) executava seu trabalho, iluminando a cidade. Aos gritos de bombeiro! Bombeiro! O rodeávamos e pedíamos nos deixasse acender o lampião. Calmamente, escolhia um de nós, menino ou menina, entregava a vara e ordenava. Acenda. Fazendo como o bombeiro, o menino acendia o gás. A luz jorrava. Gritaria. Vivas e mais vivas. Era a infância a transbordar de alegrias. Como era gostoso! (MAZZO, 1991, p. 23)

Essa parte da vida de Mazzo foi abruptamente interrompida por um acidente sofrido pelo pai. No dia 24 de junho de 1917, o pai de Mazzo estava supervisionando o trabalho de um operário que ligava um cabo de alta voltagem, o que resultou em um acidente decorrente de uma descarga elétrica que matou o trabalhador, porém deixando vivo Francisco, pai de Mazzo que ficou doente e com sequelas, não conseguindo mais trabalhar. A mãe contratou advogado que ajuizou ação e após algum tempo recebeu uma indenização de “treze contos de réis” (MAZZO, 1991, p. 24). A partir daí compraram terreno para construção de uma casa, na rua Alfredo Pujol. Enquanto a casa estava sendo construída continuavam a residir no mesmo local, porém, atrasaram os alugueres ocasionando uma ação de despejo, mas como a casa em construção já apresentasse condições de moradia, para lá se mudaram.

Iniciou seus estudos próximo aos sete anos de idade, entretanto, devido a difícil situação econômica, Mazzo começa a trabalhar entregando marmitas e encomenda de roupas lavadas pela mãe aos fregueses. A vida difícil, com muitas restrições econômicas e com o pai necessitando de cuidados e remédios, levou a família a iniciar uma vida de trabalho intenso e mal remunerado, conduzindo-os a privações e pobreza.

Antes do acidente do pai, ao que parece, não havia dificuldade econômica na família, porém não se poderá afirmar que pertencessem a classe média baixa. Até pelo fato de serem imigrantes italianos de origem proletária e campesina, como já referido sobre o trabalho do avô e a avó paterna de Mazzo.

Na hipótese de se considerar que pertenciam a uma classe média, tendo em vista a afirmação que Mazzo fez em seu livro de memórias, de que o pai “Ganhava alto salário no cargo de chefe da Light em São Paulo” (MAZZO, 1991, p.24), é notório que a origem da família era humilde e que pertenciam ao proletariado, ou ao menos se proletarizou a partir do acidente ocorrido com Francisco, pai de Mazzo.

Por tudo o que foi escrito em capítulos anteriores, o cotidiano da família, suas privações de ordem econômica e o exercício do trabalho infantil de Mazzo, correspondia ao mesmo cotidiano das classes trabalhadoras no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, além do fato do acidente do pai ter ocorrido em junho de 1917, mesmo ano que eclodiu a greve geral e o país passava pela “carestia”, com aumentos substanciais dos preços dos alimentos. Para corroborar, deve-se analisar a própria narrativa de Mazzo:

A vida rolava. Dia em que tínhamos algo para comer. Dia em que só havia feijão e arroz no almoço. No jantar, minha mãe misturava as sobras do almoço, isto é: o feijão e arroz com farinha de mandioca e nada mais. A essa mistura demos o nome de bóia de segunda mão. Muitas noites comíamos pipoca salgada, para beber água e dormir de barriga cheia. Pura ilusão. Hoje diríamos, pura psicologia. (MAZZO, 1991, p. 25).

Em 1921, com apenas oito anos de idade Armando Mazzo mudou-se para São Bernardo do Campo com a família, por sugestão de José Zamboli, casado com a sobrinha de sua mãe e proprietário de uma oficina de carretões, carroças e carros de boi. Residiram por certo tempo na casa da família Zamboli até que pudessem melhorar a situação econômica. Ao que consta, José Zamboli, confiava que em São Bernardo apresentava melhores possibilidades de conseguir trabalho (MAZZO, 1991) “. A afirmação de alguém que viveu durante aquele período corresponde exatamente às informações colhidas na bibliografia pesquisada, sobre o processo de industrialização de São Paulo, e o surgimento dos polos de industrialização que expandiram para o “ABC” a partir do final do século XIX, como se poderá observar a seguir:

A instabilidade dos empregos nas manufaturas ou as agências improvisadas acaba sendo o destino amplo das esperanças dos estrangeiros que, como os ex-escravos e seus descendentes, passaram todos a inchar as ruas, casas e cômodos do Brás, Mooca, Cambuci, Bom Retiro, Barra Funda, Pari e Bexiga, ou ainda das áreas ao longo das estações férreas do futuro ABC – Santo André, São Bernardo e São Caetano – já integradas no processo de industrialização e urbanização da cidade desde fins do Oitocentos. ” (MARINS, 1998, p. 173)

Nesse período Armando Mazzo teve o seu primeiro emprego remunerado. Apenas com nove anos de idade começou a trabalhar para José Zamboli, tendo como função puxar uma corrente que alimentava o fogo para aquecer o ferro utilizado para montagem dos carretões e carroças. Ao descrever o trabalho executado por ele, aos nove anos de idade, narra o lado lúdico de uma criança, que se submeteu ao trabalho sem que aquilo fosse um problema ou um fardo. Assim escreveu Mazzo:

O meu trabalho consistia em puxar a corrente alimentando o fogo, não deixando esmorece-lo. Eu puxava a corrente que acionava o fole, como já disse. Quando o fogo chegava ao auge e o ferro ficava em brasa meu pensamento voava. O vermelho do fogo e do ferro, as fagulhas, o intenso calor, o ambiente, as estrelinhas a pularem me faziam sonhar com mundos fantásticos. Por dar asas à imaginação, eu parava de puxar a corrente parando o fole, esmorecendo o fogo. Quando isso acontecia, mestre Aladino dava uns gritos e me acordava. Logo contava uma piada e ria gostosamente. (MAZZO, 1991, p. 28).

Sua formação intelectual foi precária, porém, Mazzo sempre se preocupou em adquirir conhecimento, e adquiriu o hábito da leitura, por ter sido incentivado por seus pais. Contudo, pertencia a uma classe social que não tinha acesso à educação, pois o período histórico referente a sua infância e adolescência, permitia que só pessoas que pertenciam a aristocracia ou a uma parte da classe média, frequentassem escolas. O certo é que já frequentava um estabelecimento de ensino no bairro de Santana, antes mesmo de completar sete anos de idade. Ao ir para São Bernardo do Campo foi matriculado em uma escola, porém foi dispensado pelo fato de já estar preparado para cursar o terceiro ano, e assim a escola não poderia mantê-lo, pois só ensinavam até o segundo ano. Teve o mesmo problema em uma

outra escola. Então, foi aí que começou a trabalhar na empresa de fabricação de carroças do Sr. José Zamboli.

Depois de algum tempo a mãe lhe arranhou um trabalho em uma fábrica de móveis na Rua Marechal Deodoro, pertencente aos irmãos Narciso e Augustinho Pelosini. Passou, então, a ser explorado como um trabalhador comum, como disse em seu livro: “Eram patrões e como tal exploradores da força de trabalho” (MAZZO, 1991, p. 30). A rotina narrada por Mazzo era a mesma que toda criança de família pobre enfrentava diariamente. O trabalho infantil era uma realidade, BASBAUM (1976) ao analisar o custo de vida e a situação social do proletariado registrou que “ainda em 1929 trabalhavam crianças de 8 anos de idade” (BASBAUM, 1976, p. 206). Portanto, a infância de Mazzo correspondia a realidade das famílias pobres daquele período histórico.

Não se pode olvidar que os processos da revolução industrial derrubaram a escravidão não por questões humanitárias, mas pelos aspectos econômicos favoráveis ao capitalismo. No Brasil, com o fim da escravidão, aliado ao fenômeno da imigração e o empobrecimento de uma classe média rural, propiciou o crescimento das áreas urbanas e o barateamento da mão de obra, tendo em vista ser abundante. Sem a intervenção do Estado, princípio basilar do liberalismo econômico, a exploração do trabalho humano não encontrou limites, razão pela qual o trabalho infantil não foi alvo de regulamentação jurídica, até que os movimentos sociais conseguissem pressionar e obter vitórias parciais, como já visto alhures, desde as reivindicações capitaneadas pelos anarco-sindicalistas.

No que concerne aos meios encontrados para alicerçar a legitimidade da exploração do trabalhador, é possível compreender que houve a necessidade de serem criados os instrumentos jurídicos burgueses, que camuflaram a realidade para obter uma sensação falsa de igualdade. Neste sentido, podemos mencionar o que diz Sussekind:

Afirmando a igualdade jurídico-política dos cidadãos (todos são iguais perante a lei), a Revolução Francesa adotou o princípio do respeito absoluto à autonomia da vontade (liberdade contratual), cuja consequência foi a não-intervenção do Estado nas relações contratuais (*laissez-faire*). Consagrou, assim, o liberalismo-econômico pregado pelos fisiocratas, com o que facilitou a exploração do trabalhador. (SUSSEKIND, MARANHÃO, & VIANA, 2001, p. 8)

No que diz respeito aos aspectos da industrialização brasileira, que mesmo tardiamente se instalou com maior vigor no início do século XX, com o auxílio de uma massa de imigrantes, também o trabalho infantil foi utilizado, como forma de exploração que substituiu o trabalho escravo pelo trabalho dos filhos desses imigrantes, os quais foram utilizados no trabalho em tecelagens, operando máquinas e passando cerca de onze horas no interior das fábricas (PRIORE & VENANCIO, 2010, p. 13).

Os livros que analisam e retratam a exploração infantil não conseguem atingir a dimensão de uma narrativa pessoal daquele que passou pelo sofrimento. Os livros de história nos informam dos horrores do holocausto, entretanto, a narrativa daquele que sobreviveu a tudo aquilo, revela uma verdade que só poderá ser imaginada. Nesse sentido, não se conseguirá mensurar o sofrimento, sem que por ele se tenha passado. Vejamos a descrição do trabalho e da exploração infantil contada por quem a vivenciou:

Em um cocho de madeira de uns 3 metros de comprimento, um metro de largura e meio metro de fundo, pintava-se as peças para cadeiras. Nesse cocho, colocávamos tinta extrato de noqueira, água fria e a movimentava até dar a consistência que o mestre exigia. Acabada essa operação, com a orientação do mestre jogávamos dentro do cocho as peças para absorverem a tinta e ficarem bem escuras, porque a noqueira é uma tinta preta. Uma vez pintadas e secas as peças eram enviadas para montagem das cadeiras... O terrível era nos meses de inverno, junho ou julho. Em São Bernardo o frio era rigoroso. Os campos e as matas ficavam brancos, cobertos de geada...A tinta ficava gelada no cocho. Mexendo nas peças molhadas pela noqueira, nossas mãos ficavam quase paralisadas, tornando difícil o movimento dos dedos. O mestre autorizava que fossemos ao fogareiro de derreter cola para podermos continuar o trabalho. Devíamos ser rápidos. Se demorássemos o mestre gritava “estão cozinhando o galo seus malandros”. Às vezes sobrava uns tapas.” (MAZZO, 1991, p. 31)

Em 1924, Armando Mazzo encontrava-se com 11 anos de idade, começou a aprender o ofício de marceneiro, tendo em vista que este ofício era melhor remunerado. Quando ainda era um aprendiz, algumas pessoas da família que moravam em São Paulo foram visita-los, e um dos parentes que era motorista de táxi notou que Mazzo gostava de ler o jornal “Estado de São Paulo” e, portanto, apresentava condições para ir a São Paulo e trabalhar ajudando no ponto de táxi da Rua Brig. Luiz Antônio com a Rua Humaitá. Então, acabou indo trabalhar na capital,

exercendo a função de ajudante dos motoristas do ponto de táxi. Neste período, residiu na casa dos parentes na Alameda Itu.

O novo trabalho lhe rendia um pouco mais de dinheiro, que entregava a mãe quando ia visita-la, pois, seu pai devido ao acidente que tivera como funcionário da Light, teve o braço amputado, além de apresentar uma ferida na sola do pé, que não curava. Quando estava na casa dos pais, durante o período noturno, ao voltar do trabalho, ajudava a mãe juntamente com os irmãos a empalhar acentos de cadeiras. Mazzo relata que mesmo levando uma vida de sacrifícios costumava ler bastante. Levantava-se muito cedo para trabalhar, mas lia até a madrugada os livros que conseguia emprestados. Lia o jornal “Estado de São Paulo”, tomava emprestado revistas, e do dinheiro que entregava para a mãe retirava dez por cento para a compra de livros na “Livraria Lealdade, Rua da Boa Vista, na Capital” (MAZZO, 1991, p. 34).

Suas recordações sobre períodos importantes da nossa história, quando ainda era um menino, seus relatos sobre o crescimento da industrialização e a exploração do trabalho humano, trazem a exata noção de como se deu o processo de amadurecimento pessoal e politização. Este amadurecimento precoce se deu pelo trabalho, mas também pelo conhecimento adquirido na vida das ruas e com a convivência entre os motoristas de taxi. Ganhava dinheiro para anotar os chamados dos clientes, bem como prestava favores pessoais aos motoristas, dentre os quais relatou Mazzo: “Além do salário, sobrava tempo para eu ganhar alguns dinheiros em outras ocupações. Engraxava sapatos, inclusive dos motoristas, nas horas de folga. Entregava bilhetes para as conquistas deles, ganhando também alguns mil réis das madamas” (MAZZO, 1991, p. 33).

Relata que houve uma luta entre dois boxeadores: “o grandalhão Benedito e o magricela Spalla” (MAZZO, 1991, p. 33), e por causa do evento, que foi considerado importante para época, houveram apostas. Mazzo ficou responsável em guardar o dinheiro para entregar aos apostadores vencedores. Narra Mazzo que conseguiu ganhar um bom dinheiro cobrando gorjetas.

Ao ser pesquisado o referido evento esportivo, foram encontrados vários registros na internet sobre a luta de boxe ocorrida entre Benedito dos Santos (Ditão) e o italiano Herminio Spalla. Os registros demonstram que o boxe brasileiro havia sido profissionalizado e que esta luta teve consequências físicas graves para o

brasileiro, levando os jornais a promover uma campanha que levou a proibição do esporte como espetáculo público.

1924 Acontece em SP uma luta entre o campeão europeu, o italiano Hermínio Spalla – que transitava para a Argentina a fim de enfrentar o legendário Angel Firpo – e o primeiro “profissional” brasileiro Benedito dos Santos, o “Ditão”. O evento atraiu a opinião pública de SP, com renda de 120 contos de réis, soma elevada para a época. Durante a luta, Ditão foi à lona no 9º assalto, ficando inutilizado para a luta e quase perdendo a vida. Em consequência, o boxe foi proibido de ser praticado pelo então Prefeito Firmino Pinto. Tal proibição que provocou uma regressão no pugilismo paulista foi revogada em 1925. Após o fato, tornou-se corrente o contraste de Spalla ter mais de sessenta lutas com adversários de nível internacional, e Ditão, apenas três nocautes. Este lutador teve um derrame cerebral, mas sobreviveu para terminar seus dias como inválido. Imediatamente após o acontecimento trágico, os jornais iniciaram uma campanha contra o boxe, o que resultou na sua proibição em espetáculos públicos. Mas não ficou só nisso o impacto da tragédia de Ditão: por quase dez anos, os empresários brasileiros hesitaram em trazer boxeadores estrangeiros ao país. (www.atlasesportebrasil.org.br).

Vale ressaltar que os dois protagonistas dessa história, bem como o evento esportivo, foram mencionados pela escritora Zélia Gatai na obra “Anarquistas graças a Deus”. Como se pode observar MAZZO estava totalmente integrado a vida da metrópole, com uma capacidade de observação dos vários acontecimentos da época, inclusive os políticos.

Sua observação sobre a revolta paulista de 1924, tendo ouvido “o troar dos canhões, disparados na capital”, bem como a referência sobre a “revolta comandada por Izidoro Dias Lopes e por Miguel Costa” (MAZZO, p. 34), assim como a memória sobre o número de fábricas de móveis e tecelagem que existiam em São Bernardo do Campo, seu gosto pela leitura de livros, jornais e revistas, sua integração com as diversas realidades de uma metrópole em crescimento, demonstram que tinha percepção da realidade, mesmo com a pouca idade.

O evento ouvido por MAZZO foi um dos marcos do “Tenentismo”, só ainda não tinha como saber que dez anos mais tarde ingressaria para o mesmo partido político que ingressou o Tenente Luiz Carlos Prestes, o famoso “Cavaleiro da Esperança”, cujo epíteto foi dado por Jorge Amado, em sua obra literária de mesmo título. Prestes entrou para história por participar da Coluna Prestes, assim denominada impropriamente, tendo em vista a liderança conjunta de Miguel Costa.

Este último, foi um dos responsáveis pelo “troar dos canhões, disparados na capital”, conforme ouviu MAZZO.

A partir do ano de 1924, Mazzo precisou escolher entre ser tecelão ou marceneiro, já que em São Bernardo só haviam estas opções, acabou então no aprendizado como marceneiro, até que em 1926, aos 13 anos, deixou de ser aprendiz e passou a “oficial na arte de trabalhar em madeira” (MAZZO, 1991, p. 37). Com esta idade termina sua infância, se é que um dia a teve. Passou a participar e sentir de perto a luta operária, tomando conhecimento das reivindicações do operariado: diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias; aumento salarial; medidas legais de proteção ao menor, entre outras.

3.2 A militância sindical de Armando Mazzo e o contato com as ideias revolucionárias.

Em meio ao operariado os anarquistas tiveram alguma influência, pois, parte dos trabalhadores eram de imigrantes italianos, espanhóis, e de outras nacionalidades que haviam tido contato com as ideias anarquistas, sendo assim acabavam por ter certa ascendência sobre boa parte do operariado no que concerne as discussões de como organizar os movimentos grevistas, ou sobre estratégias reivindicatórias. Neste contexto, Mazzo começou a participar das conversas sobre a luta operária.

No panorama internacional os italianos imigraram para a América, tendo como destino, outros países, e entre esses contingentes haviam muitos anarquistas que integravam a força de trabalho, e, todos os fatos que ganhavam os jornais da imprensa oficial, também eram objeto de críticas da imprensa anarquista. Repercutiram os acontecimentos que envolviam as ações de Saco e Vanzetti, anarquistas que foram acusados de homicídio no Estados Unidos da América, e por isso receberam a pena de morte e foram executados, trazendo sentimento de revolta dos imigrantes que “condenavam os capitalistas norte-americanos” (MAZZO, 1991, p. 37).

Com a crise de 1929 desencadeada pelos EUA a situação econômica do Brasil foi afetada, e as fabricas começaram a demitir trabalhadores, sendo comum após o término de uma jornada de trabalho, alguns operários receberem a comunicação de dispensa. Os operários apelidavam a carta que recebiam de “bilhete azul”, tendo em vista a cor do envelope em que acondicionava a missiva comunicando a dispensa do trabalhador das atividades (MAZZO, 1991).

O relato de Mazzo sobre uma discussão ocorrida entre o patrão e um operário demonstra que todos foram atingidos pela crise de 1929. Segundo as narrativas do sindicalista, o proprietário da indústria ao ouvir o trabalhador lhe dizer que a situação econômica do empresário era bem melhor porque possuía bens de luxo que poderiam ser vendidos e lhe proporcionar uma boa vida, recebeu a resposta do patrão que vociferou: “Nunca ouviu dizer que quando não há compradores para o que temos a vender, como é o meu caso e o de minha família, não podemos comer tijolos ou tapetes, por melhores que sejam.” (MAZZO, 1991, p. 39)

O desemprego atingiu um número muito alto de pessoas, as quais acabavam passando fome. Com Mazzo e sua família, o mesmo aconteceu, pois acabou sendo demitido, e diante da necessidade extrema, tendo que ajudar no sustento de seus familiares, sua mãe um dia lhe pediu que quando anoitecesse fosse até uma chácara vizinha e retira-se uma abóbora que estava próximo a cerca. Após ter argumentado com sua mãe sobre o ato que lhe pedira para praticar, perguntando-lhe se não estaria praticando um delito, sua mãe confirma que de fato se tratava de algo que não era correto, mas que não havia outra alternativa. Os episódios vivenciados pelo sindicalista, narrando o desespero da mãe, diante da fome e da necessidade de alimentar os filhos e o marido doente, foram fortes o suficiente para que a personagem buscasse as ações políticas necessárias para lutar contra a exploração do trabalhador.

Em um dos episódios narrados, o sindicalista ao saber que uma indústria ofertava emprego para a vaga de marceneiro, se dirige ao bairro do Bom Retiro, juntamente com onze companheiros, porém, ao chegar ao local se depara com um “exército de desempregados”, que disputavam três vagas apenas. Não conseguiu o emprego, e, acabou cometendo um ilícito penal. A questão moral não resiste à necessidade podendo levar ao furto famélico, e é exatamente por tal questão que a própria doutrina do direito pátrio, vê com parcimônia certos delitos, e, diante de certas condições pessoais entende que não há tipicidade na conduta, como é o caso

daquele que diante da fome acaba cometendo o crime de furto. Neste contexto, ainda na segunda década do Século XIX, as leis e as interpretações eram mais severas, porém, não impediu que Mazzo e os companheiros entrassem em uma casa suntuosa e exigissem que os proprietários lhes dessem comida, o que acabou ocorrendo. Mazzo descreve quais são as sensações de quem sente fome: “A fome é pior do que um pesadelo. Ao acordarmos, o pesadelo se esvai, porém, a fome aumenta a cada hora que passa.” (MAZZO, 1991, p. 40)

Não obstante Mazzo ter continuado no sindicalismo, mesmo com grande influência do Anarquismo, começou a participar de reuniões de trabalhadores com a presença de pessoas que lhe traziam informações sobre o marxismo. Nesse período, propriamente no final de 1929, recebeu de uma pessoa que estava numa das reuniões um exemplar do “Manifesto Comunista” (Karl Marx e Engels) e outro de “A Mãe” (Gorki). Passou a ter as informações de que na Rússia havia acontecido uma revolução e que os trabalhadores estavam no poder. Portanto, passa a ter notícias que eram muito diferentes dos jornais que lia, pois, a imprensa dizia ao contrário do que as pessoas que encontrava nas reuniões lhe diziam. Recebeu, de forma bem rudimentar, esclarecimentos sobre as diferenças entre revolução e golpe de Estado. Passa a ser informado sobre a luta de classes e o papel da burguesia na defesa de seus próprios interesses.

Mesmo tendo recebido algumas informações e conceitos sobre o marxismo, ainda não possuía o estofo necessário para se juntar aos quadros do Partido Comunista do Brasil, que já havia sido fundado desde 1924, em São Paulo. Contudo, a maior parte dos trabalhadores também não possuíam. Muito embora participasse de reuniões de trabalhadores, ainda não fora convidado para ingressar no partido político. Confessa que apresentava dificuldade em compreender o que estava acontecendo na ordem internacional, e os reflexos que ocorriam no nosso país (MAZZO, 1991).

A dificuldade apresentada por Mazzo era a mesma de muitos operários que tomavam contato com as ideias marxista, pois a partir da década de 1920 começaram a chegar as obras de Marx com traduções falhas. O Partido Comunista do Brasil acabou tendo contato com o Partido Comunista da Argentina, acreditando-se que a chegada de alguns textos no Brasil, teve também influência da Internacional Comunista. Não há dúvida de que num país onde existiam muitos analfabetos, e outros com deficiente alfabetização, os trabalhadores não tinham

como compreender uma linguagem que continha pensamentos muito bem articulados e que exigia um grau de conhecimento razoável para entender textos de cunho filosófico e históricos. Os textos chegavam pelos jornais operários, modificados para que pudessem ser compreendidos, bem como, o interesse didático dos divulgadores das ideias marxistas, acabavam publicando-as na imprensa especializada e principalmente impressas em folhetos.

Na verdade, Mazzo mantinha-se informado sobre a política nacional, demonstrando que tinha grande interesse pelas questões política e históricas. Homem que estava completamente ligado aos problemas sociais que o cercavam e com boa capacidade de reflexão, apesar da pouca escolaridade, relatou em seu livro de memórias o golpe de Estado promovido pela Aliança Liberal, que culminou com o golpe e a ascensão de Getúlio Vargas.

Em que pese não ser esse o foco do presente trabalho, é necessário esclarecer que os acontecimentos tiveram como pano de fundo a disputa política de duas elites do país. Washington Luís Pereira de Souza era o Presidente da República quando se deu a crise de 1929, afetando sobremaneira os cafeicultores do Estado, que exigiam financiamentos para reparar suas perdas (SKIDMORE, 2015).

A máquina eleitoral era dominada pela política dos coronéis e garantiam os votos necessários para alternância do poder entre São Paulo e Minas Gerais, denominada “Política do Café com Leite”, porém o contexto internacional, que ocasionou a queda do café na bolsa, influenciou na quebra dessa alternância e Washington Luís que era paulista acabou lançando a candidatura do também paulista Júlio Prestes, com o objetivo de minimizar as perdas políticas do PRP, o que desagradou os políticos da elite mineira.

Neste contexto, os Tenentes que haviam participado no movimento tenentista iniciado em 1922, tiveram grande relevância para a garantia do golpe de Estado, muito embora houvesse por parte dos tenentes restrições quanto a alguns nomes da oposição, porém, acabaram firmando um acordo. O acordo firmado por Minas Gerais, concedeu a Getúlio Vargas o lançamento da candidatura à Presidência da República, tendo como vice João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa, da Paraíba. (FAUSTO, 1995)

Não sabia Mazzo, naquele período que o próprio Partido Comunista do Brasil, que nasceu nacionalmente em 1922 e depois no Estado de São Paulo em 1924,

através das convicções políticas de Octávio Brandão, acabou se aproximando do movimento “tenentista”, tendo em vista acreditar-se que o Brasil deveria passar pela Revolução Burguesa, com o auxílio da pequena-burguesia representada pelos tenentes. Tal concepção perdurou até o final da década de 1920 (AMARAL, 2000), e depois seguiu orientação diversa, em razão da mudança de posição de Stalin e do Sexto Congresso da Komintern.

Mesmo havendo oposição em São Paulo, articulada pelo Partido Democrático que estava apoiando a Liga Liberal, Júlio Prestes foi eleito, tendo em vista a máquina eleitoral estar nas mãos dos coronéis, porém, ocorreram fraudes que garantiram o resultado favorável ao paulista. A morte de João Pessoa, por razões que não tinham qualquer relação com a disputa eleitoral, acabaram por ser o estopim do golpe de Estado dado por Getúlio Vargas apoiado pelos militares. (SKIDMORE, 2015)

Com todos estes acontecimentos ficou bem caracterizado que a situação do operariado brasileiro não havia mudado, ainda era explorado e atingido pela crise de 1929 que ainda estava gerando seus reflexos.

Do movimento articulado que atraiu o grupo “Tenentista”, o destaque foi o fato de Luís Carlos Prestes, que participou do movimento em 1924 e tinha a admiração do movimento militar, não ter aderido ao acordo articulado, pois já havia tomado contato com as ideias marxistas. Prestes em manifesto condena as oligarquias do país, se declarando socialista revolucionário. Em 1934 Prestes ingressou no Partido Comunista do Brasil por indicação direta da Internacional Comunista, mesmo ano que Mazzo entrou para o partido.

Como bem disse SKIDMORE (2017) a classe média paulista, já com Getúlio Vargas no poder, começou a articular a volta do país para a democracia, e que fosse formada uma assembleia constituinte para votar uma constituição. Mazzo nas suas memórias nos conta que em 1932 o povo estava insatisfeito, mas a questão que mais era premente para classe operária eram os baixos salários e as péssimas condições de trabalho. Entretanto, havia propaganda de políticos que propunham eleições e a volta ao regime democrático. O relato de Mazzo sobre este período não teve a pretensão de estabelecer as causas da “Revolução Constitucionalista”, mas é necessário trazer alguns fatores que a explicam.

São Paulo ainda era um Estado cuja base econômica era rural, com as mesmas influências dos Cafeicultores, além do maior crescimento industrial do país,

não havia a formação de duas elites, e sim de uma só, mesmo porque a raiz da indústria brasileira teve muito do investimento dos grandes produtores rurais que investiram na industrialização. O fato é que apoiaram a eleição de Júlio Prestes (FAUSTO, 1995).

A formação de uma classe média urbana que queria eleições e uma nova constituição era ligada a elite paulista, já que formada em função dela. Mesmo que parte destes políticos tivessem apoiado a Aliança Liberal, os interesses predominantes ainda eram econômicos. A via política era só uma forma de os garantir. Os militares tenentistas tinham objetivos nacionalistas e desde o nascedouro do “Tenentismo”, a ideia que prenominava entre os jovens oficiais era o saneamento da política do país através do controle das oligarquias, acreditavam que para haver o desenvolvimento do país era necessário a centralização de poder. Neste ponto Getúlio irá articular utilizando-se desses tenentes que ajudaram no golpe de Estado, a controlar a oligarquia paulista.

O descontentamento popular em São Paulo, só seria importante para utilizar a população como massa de manobra para os interesses da elite paulista que se viu ameaçada pela política de Getúlio, que havia nomeado um interventor que se tornou impopular. (SKRIDMORE, 2015)

A insatisfação paulista também se deu em virtude do Chefe de Polícia Miguel Costa, que havia marchado ao lado de Prestes, na formação da “Coluna Prestes”, ter sido nomeado Chefe de Polícia de São Paulo, utilizando-se de expedientes radicais “tratava a questão social de um modo que ameaçava enfraquecer a estratégia paternalista da nova elite política” (SKIDMORE, 2015, p. 48).

Outros fatores também contribuíram para que eclodisse a chamada “revolta conduzida” (MAZZO, 1991, p. 47), nome que se referiu Mazzo, pois, não entendia o movimento armado que se formou em São Paulo como algo que se assemelhasse a uma “Revolução”, tendo em vista que, no seu conceito e visão, não alterou as classes sociais no poder. Entendia que a verdadeira revolução foi a que se deu na Rússia, com a implementação da teoria marxista-leninista.

O que de concreto Mazzo descreve de suas observações sobre o ano de 1.932 e da “Revolução Constitucionalista”, foram os fatos históricos já conhecidos, como as manifestações populares ocorridas antes do desabrochar dos confrontos entre o Estado de São Paulo e as tropas federais que resultou na morte dos

estudantes Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Antônio Américo Camargo e Dráuzio Marcondes de Sousa.

Um dos fatos relevantes trazidos por Mazzo foi o convite do dono da Fábrica de Móveis, Sr. José Polosini, que falando aos trabalhadores sobre a revolução ofertou a quantia de “doze mil réis por dia a serem entregues a família de quem fosse lutar. A sua narrativa corresponde com os estudos realizados neste trabalho, pois os industriais paulistas tinham interesse no movimento que ocorreu, ou por pertencer a elite, ou a classe média. Episódio envolvendo este dono da fábrica e os trabalhadores, resultou na resposta de Hetore Cataruzzi: “Nós vamos se você mandar seu filho”. O fato gerou a demissão de Hetore ocasionando um movimento entre os operários exigindo a sua readmissão. O movimento foi liderado por Mazzo e não foi vitorioso, entretanto, no dia seguinte Mazzo foi demitido, o que gerou novos protestos e houve o seu retorno ao emprego. Na pesquisa sobre Hetore Cataruzzi foi localizado seu nome como Etoze Cataruzzi, que antes da ditadura militar ocupou cargo de liderança junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, justificando o elogio feito por Mazzo que se referiu a ele como “baluarte das lutas operárias” (MAZZO, 1991, p. 44).

No mesmo ano de 1932, dois dias depois do episódio acima mencionado, ocorreu a primeira detenção de Mazzo pela polícia. Ao assistir comício no Largo da Matriz de São Bernardo do Campo, um dos oradores era o Dr. Marrey Junior, grande advogado da época, e que fez parte da História do Direito Brasileiro. O advogado, grande orador que era, defendia a revolução constitucionalista, e neste momento Mazzo lhe perguntou: “O Senhor também vai para a frente ou só manda os outros?”, Marrey enfrentou a pergunta e respondeu: “Muito bem, jovem. Iremos juntos para defendermos a Justiça e a liberdade” (MAZZO, 1991, p. 45).

Em seguida discursou o Bispo de São Paulo, cujo nome não foi mencionado, que dizia: “Mães, já destes vosso ouro, já destes vossas orações, agora chegou a hora de dar vossos filhos para defenderem a liberdade”, imediatamente Mazzo pediu um aparte e perguntou: “Vossa Eminência pede para as mulheres mandarem seus filhos. E o senhor vai mandar os seus filhos? (MAZZO, 1991, p. 45). A pergunta ao Bispo fez com que Mazzo fosse detido pela polícia e levado à Delegacia.

Interessante depoimento sobre fatos da “Revolução Constitucionalista” que se referem aos comentários da época e que Mazzo os reproduz:

A CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos – fabricante de material bélico em sua fábrica em Utinga, colocava serragem de madeira nas balas, sabotando a “revolução”. O “vermelhinho”, avião do governo Vargas, dizimava as tropas paulistas. Os amigos dos paulistas eram os paulistas. O resto do país era inimigo. Os baianos enfrentavam os paulistas com facão na boca e revolver na mão. Morriam aos milhares, mas avançaram. O trem camuflado dos paulistas arrasava os soldados getulistas. Era um trem blindado, por isso invencível. O rádio transmitia, dia e noite, o noticiário. Os locutores contavam piadas, paródias. Executavam músicas marciais e, sempre exaltados, davam como certa a vitória dos paulistas, sob o comando do general Bertoldo Klinger. (MAZZO, 1991, p. 46)

Passada a “Revolução”, com a derrota de São Paulo, Armando Mazzo continuou participando das reuniões de operários com a finalidade de discutir a forma de organização que os trabalhadores deveriam adotar. Chegou a mencionar que admitiam a possibilidade de uma composição beneficente, associativa ou sindical (MAZZO, 1991). Duas das composições propostas provavelmente seriam com base nas associações de socorros mútuos ou beneficentes que já existiam, conforme pesquisa realizada pela Historiadora Mary Del Priore, cuja análise a levou a conclusão de que essas formas de organização operária permaneciam independentemente da formação dos sindicatos, e que tinham mais associados (PRIORE, 2010).

Indica, conforme diz a historiadora, que Getúlio Vargas acabou encampando esse modelo assistencialista, tendo em vista ter a característica do não confronto de classes:

Como se vê, as instituições mutualistas eram bem mais representativas que as organizações sindicais. Ao contrário dessas últimas, elas se baseavam em uma prática política avessa ao conflito de classe, ao mesmo tempo em que compartilhavam com os socialistas algumas preocupações, como as de auxílio à saúde e assistência por ocasião da velhice, ou seja, por formas variadas de previdência social. Segundo pesquisas, a partir das décadas de 1930-40, Getúlio Vargas assumirá essas bandeiras, capitalizando para si o apoio de boa parte das camadas populares. (PRIORE & VENANCIO, 2010, p. 234)

As reuniões continuaram a acontecer e em 17 de janeiro de 1933 foi fundado o “SYNDICATO DOS MARCENEIROS, CARPINTEIROS E CLASSES ANEXAS DE SÃO BERNARDO”, tendo sido eleito em assembleia de aproximadamente 100 (cem) operários foi eleita a Diretoria, tendo como presidente Henrique Sabatini e como

tesoureiro Artur Corradi. As dificuldades encontradas pelos novos sindicalistas ocorreram tanto pela falta de recursos como pelo fato de não conseguirem muitas filiações, porém, de forma lenta elas foram acontecendo. Armando Mazzo não participou da Diretoria do sindicato, mas era um filiado atuante que ajudava a levar adiante o projeto de captação de novos filiados, além do seu interesse pelas lutas operárias que ocorreram no passado. Com apenas vinte anos de idade, com pouco conhecimento teórico, mesmo com todo seu esforço e o gosto pela leitura, não havia outra forma de discutir tais questões a não ser conversando com pessoas que pudessem lhe dar informações sobre a história do movimento operário.

Através de conversas com Caetano Zanella, sua mãe e o tio Augusto, Mazzo tomou conhecimento como se deu o processo histórico e a chegada de ideias de vanguarda vindas com os imigrantes, os quais participavam de reuniões, assembleias e congressos operários. Reconheceu a grande importância do movimento anarquista para o operariado.

É necessário mencionar as lutas travadas pelo movimento operário correspondente a um período referido por Mazzo, pois foram lutas que se desenvolveram sob orientação do anarco-sindicalismo contra o Estado Liberal com a formação da Confederação Operária Brasileira de 1906, que nasceu em um momento que se dava um intenso movimento grevista em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando do II Congresso Operário realizado em 1913 houve a consolidação do anarquismo no movimento operário. Porém, houve um momento de intenso predomínio e luta dos anarco-sindicalistas, que se deu em 1917, como já referido alhures, e como mencionado pelo texto abaixo:

O ápice da luta operária, sob orientação anarcossindicalistas, contra o Estado liberal, ocorreu numa grande ofensiva entre março de 1917 e março de 1920. O movimento por melhores salários, iniciado na zona leste de São Paulo, entre operários têxteis, obteve imediato apoio dos comerciários, assim como de outras categorias (metalúrgicos, pintores, gráficos, construção civil, alimentos, sapateiros, transportes...) e em outras cidades (Sorocaba, Piracicaba, Campinas, Rio Claro, Jundiaí), tendo-se constituído um Comitê de Defesa Proletária para coordenar as atividades do movimento. (ROIO, 2013, p. 16)

Foi citado no livro de memórias de Armando Mazzo, mártires do movimento operário anarquista como Antônio Martinez que foi morto pela polícia, bem como no dia 05 de agosto de 1919, depois de uma passeata de grevistas da Tecelagem

Ypiranguinha, localizada em Santo André, foi assassinado pela polícia o líder dos têxtil Constantino Castellani. Refere-se, também, a prisões, violência e extradições de muitos anarquistas. Muito embora reconheça a importância dos anarquistas para o movimento operário, entende como única forma de luta o marxismo científico. (MAZZO, 1991). Sobre os anarquistas, ele expressou sua opinião em entrevista para Paulo de Tarso Venceslau, em Poá – SP, no ano de 1988, aproximadamente dois anos antes de sua morte:

Os anarquistas tinham um discurso extraordinário, inflamado, incendiário, mas que terminava sempre afirmando que era preciso enforcar todos os capitalistas. Os comunistas, ao contrário, preocupavam-se em ensinar a gente a fazer desde ata de reunião, passando pela confecção de carteirinha de associados, até a feitura de balanços. Tinham muita paciência conosco. (VENCESLAU, AZEVEDO, & MAUÉS, 1997, p. 51).

Em que pese o fato de Getúlio Vargas ter aprovado algumas leis trabalhistas, segundo Mazzo, havia muita resistência por parte dos empresários em cumpri-las. De acordo com o sindicalista, era comum os trabalhadores assinarem a quitação de direitos como férias e horas extras, entretanto, não recebiam os direitos conquistados. Vargas já havia criado as Delegacias Regionais do Trabalho, e quando havia qualquer reclamação por parte dos trabalhadores lesados a empresa provava, através dos papéis assinados dando quitação, que todos os direitos haviam sido cumpridos. Mazzo relata que o funcionário que se negasse a dar a quitação acabava sendo demitido. Na época em que estava no sindicato dos marceneiros houve a informação de que em uma fábrica estava ocorrendo alguma dessas fraudes, e, por essa razão, a diretoria lhe deu a incumbência de comparecer à Delegacia Regional do Trabalho para denunciar a prática ilegal. Assim foi feito, Mazzo e outro integrante da diretoria do sindicato compareceram no DRT e foram orientados a chamar a fiscalização assim que estivesse ocorrendo a fraude. As orientações foram seguidas e em certo dia houve a comunicação ao Sindicato sobre a fraude que estava para ocorrer, Mazzo, acionou o fiscal do trabalho que lá compareceu e verificou “in loco” a infração, autuando a empresa e rasgando os papéis de quitação das férias que os funcionários, em fila já organizada, estavam assinando (MAZZO, 1991).

No fato acima descrito foi escrito por Mazzo em suas memórias, em que conta a reação do proprietário da fábrica diante da atuação recebida:

Irritado, o patrão perguntou o que deveria fazer? O fiscal mandou que ele aguardasse o processo e pagasse os operários de acordo com a lei e desse as férias vencidas em descanso. O patrão argumentou. Não poderia parar a produção porque eram muitos os operários com direito a férias. O fiscal falou que abria uma exceção. O patrão pagasse as férias em dinheiro para o operário que concordasse e no futuro cumprisse a lei. Esse fato teve grande repercussão nos meios sindicais. (MAZZO, 1991, p. 49)

O relato marca bem o período Vargasista, pois, concedeu muitos dos direitos trabalhistas já reivindicados em lutas do operariado. Porém, a estratégia de Vargas era atender seu projeto de controle sobre as organizações operárias e o Partido Comunista do Brasil, que já havia tomado o lugar dos anarquistas na organização dos sindicatos, basta mencionar que o Decreto-lei nº 19770 de 1931 estabelecia o enquadramento sindical, ou seja, estava decretado que apenas haveria apenas um sindicato por categoria profissional. (FAUSTO, 1995)

A cronologia dos decretos-lei trabalhistas permite afirmar que os avanços jurídicos eram lentos, e só ocorriam pela pressão dos movimentos de trabalhadores que os reivindicavam, mas a implementação de tais direitos era lenta, em virtude do pensamento liberal econômico e hipossuficiência dos trabalhadores, reconhecidamente um dos princípios basilares do Direito do Trabalho nos dias atuais.

Basta verificar que desde 1918 o Decreto nº 3550 instituía o Departamento Nacional do Trabalho, que tinha como função regulamentar a organização do trabalho no Brasil. Em 1923 criou-se o Conselho Nacional do Trabalho, por meio do Decreto nº 16027, de 30 de abril, promulgado na ocasião por Artur Bernardes. No ano de 1928, o Decreto nº 18074 alterou a redação do decreto que criou o Conselho Nacional do Trabalho e em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto nº 19433, de 26 de novembro, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, assumindo a pasta o Ministro Lindolfo Collor que foi substituído por Salgado Filho, tendo sido criadas as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio dos Decretos números 21690 e 23.288, de 1º de agosto de 1932 e 26 de outubro de 1933, respectivamente.

Uma das questões que foram levantadas pelo sindicalista se referem a proteção e segurança do ambiente de trabalho, que na época não tinha qualquer regulamentação. Relata episódios de acidentes de trabalho nas fábricas, bem como sobre doenças adquiridas em virtude das péssimas condições de higiene. A morte do operário Atílio Oneda, funcionário da fábrica Irmãos Polosini, foi um dos fatos descritos e apontado como uma morte ocorrida por problemas pulmonares em decorrência do trabalho exercido. Demonstra que o ambiente era insalubre e na época não havia qualquer legislação sobre as normas de segurança no trabalho.

Se refere também a um acidente de trabalho presenciado por ele quando no seu exercício profissional:

Em uma bancada de marceneiro, que dava de frente para a correia mestra da caldeira, eu trabalhava. Um operário, para ser mais rápido, como sempre o fazia, para evitar uma volta muito grande, tentou passar pelo vão da grande correia. Perdeu o equilíbrio. Foi levado pela mesma que o esmagou entre a polia de transmissão. Assistíamos o companheiro ser triturado sem poder tirá-lo de lá. Aos gritos pedimos ao foguista da caldeira que desligasse a máquina. Ele rapidamente o fez. Todo quebrado e ainda com vida o operário foi levado ao hospital, falecendo no caminho. Nesse dia chorei pelo horrível acidente e também porque o gerente dirigiu ao operário trucidado palavras de baixo calão, culpando-o por ter se acidentado. Chorei porque nada podia fazer. À noite nos reunimos e concluímos que só poderíamos reivindicar uma indenização para a família. E exigir segurança nos locais de trabalho. Foi o que fizemos. (MAZZO, 1991, p. 50)

A legislação sobre acidente de trabalho já existia desde 1919, conforme Decreto nº 32724, e que previa indenização por lesões e por mortes nos ambientes de trabalho, contudo, não havia normas regulamentadoras de proteção, portanto, esse de fato foi uma das lutas do meio sindical das quais Mazzo foi um dos protagonistas. Só seis décadas depois seria instituída as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, que tinha previsão legal na Consolidação das Leis Trabalhistas, mas que precisavam ser regulamentadas através de legislação própria, o que só ocorreu com o Decreto nº 3214, 8 de junho de 1978.

Em 1934 muitas turbulências ocorreram, pois, as insatisfações dos operários, bem como da classe média, fizeram com que muitas greves ocorressem pelo país. A análise que se fez desse período, corresponde ao fato de que o liberalismo não foi capaz de resolver os problemas da sociedade, pois a crise do capitalismo assim demonstrava. Então surgiram teorias autoritárias, dentre elas aqueles que

acreditavam que um Estado autoritário poderia lidar com a crise e controlar as ações de cunho subversivo. O mundo passava por uma transformação que era fruto da crise do capitalismo, mas sua finalidade era protegê-lo e não alterar a ordem das coisas.

Diante disso surgem líderes autoritários como Hitler e Mussolini, representantes do nazismo e do fascismo, cujos movimentos decorrem da crise capitalista. No contraponto temos Stalin com o autoritarismo de esquerda para reforçar os ideais socialistas, e promover a sustentação e defesa do Estado Soviético.

O reflexo disso se expandia pelo mundo inteiro, sendo que no Brasil o alinhamento com os pensamentos autoritários, tanto vieram da classe dominante, como das classes médias e de seguimentos da esquerda. Os contextos mundiais e internos acirraram os ânimos e produziram conflitos intensos. Mazzo trouxe com suas memórias um pouco da explicação deste quadro que se instalou, pois narrou como evoluíram as relações entre socialistas, comunistas, anarquistas e integralistas junto ao operariado.

Ao se referir sobre as agitações operárias e populares de 1934, relata que a situação levou os diversos segmentos a se reunirem nas assembleias de trabalhadores, e que em uma delas um integralista discursou por mais de duas horas. Mazzo deixou registradas suas impressões:

Em São Bernardo esboçavam-se agitações e, em junho e julho de 1934, realizavam-se reuniões na sede do sindicato ou no cinema local, à rua Marechal Deodoro. Participavam e discursavam, nessas reuniões e assembleias socialistas, comunistas, anarquistas e até integralistas. Em uma dessas assembleias no cinema discursou por mais de duas horas o integralista Jeová da Mota. Curiosa a saída e solução para os problemas de nosso país: instalar um governo nacionalista do tipo da Alemanha nazista. Seu discurso foi de cunho ultra-nacionalista, de defesa das riquezas naturais e humanas no Brasil. Pintou um quadro verde e amarelo do nosso país e concluiu que se o Brasil fosse governado pelos integralistas se transformaria na primeira potência do mundo. Depois, comentávamos o senhor Jeová não disse uma palavra sobre os operários em uma assembleia de operários. (MAZZO, 1991, p. 51).

O movimento Integralista tinha como base inspiradora o fascismo Italiano. A crise do capitalismo, como já mencionado, provocou uma reação mundial, surgindo

ideias alternativas contrárias ao liberalismo. Assim, o fascismo no Brasil já se inspirava no da Itália de Mussolini, com todas as características que o identificam ideologicamente. O culto a um líder, manifestações de caráter nacionalista visando dar importância ao Estado em detrimento da sociedade, e uma doutrinação da juventude através dos livros que chegavam ao país pelo Ministério da Cultura Popular Italiana que constituíam um terreno fértil aos intelectuais, dentre eles Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Olbiano de Mello e Jeová Motta e Olbiano de Mello, principais líderes da Ação Integralista Brasileira, sendo que a pessoa que discursou na assembleia de operários, referida por Mazzo, foi um desses líderes, Jeova Motta, cuja origem era militar, enquanto os demais eram intelectuais.

A visão do movimento pela luta dos operários começou a mudar. Mazzo conheceu Antônio Alberto Alves, conhecido pelo apelido de “Carioca”. Esta pessoa juntamente com Henrique Sabatini, Manoel Marques Junior, conhecido como “Bradará” e Artur Corradi, começaram a orientar no sentido de se falar menos em greve e mais em organização. Mazzo e esses operários começaram a se reunir de forma legal na sede do Sindicato, mas também promoviam reuniões clandestinas, que podia acontecer na casa de algum operário e até mesmo embrenhados no mato.

Depois de uma assembleia ocorrida no dia 24 de setembro de 1934 foi declarada a greve. Conforme o relato de Mazzo São Bernardo do Campo ainda não era um município e sim uma Vila de São Paulo. No período mencionado haviam “12 fábricas de móveis e cadeiras, duas têxteis, uma oficina mecânica para automóveis, um cinema, dois clubes esportivos, um sindicato, as casas de residência, a igreja matriz e a capelinha histórica, formando o centro da cidade.” (MAZZO, 1991, p. 52)

Esta greve paralisou todas as fábricas de móveis de São Bernardo, e uma comissão que combatia os chamados fura-greve, caso algum operário não aderisse ao movimento e furasse a greve, a comissão comparecia até a casa do trabalhador e tentava persuadi-lo a não ir para o trabalho, entretanto, caso persistisse na conduta, segundo Mazzo, “os companheiros da comissão usavam métodos mais convincentes: cães-amestrados e até o uso de cacetes” (MAZZO, 1991, p. 53)

Com a interferência dos comunistas o movimento conseguiu negociar com fábricas de médio e pequeno porte, e os trabalhadores dessas empresas voltaram ao trabalho. Os operários destas fábricas permaneceram em greve durante oito ou nove dias. A fábrica de José Polisini, segundo foi narrado, era uma das maiores e

após trinta e oito dias, firmou um acordo e a fábrica voltou a atividade. Porém, três outras fábricas não aceitaram o acordo proposto e os trabalhadores não voltaram às suas atividades laborativas.

Os acordos firmados garantiam aos operários alguns direitos, entre os quais, jornada de trabalho de oito horas, aumento salarial, e tratamento mais digno aos menores de idade. Não há relatos de como deveriam ser objetivamente o tratamento dispensado aos menores. As empresas maiores não aceitavam o acordo, porém duas delas fizeram uma proposta de vender as fábricas aos operários. Alegava o empresário Italo Seti, (Fábrica de Móveis São Bernardo) que falava também em nome do proprietário de outra fábrica, Luiz Casseteri (Fábrica de Móveis São Luiz), que “caso o sindicato não se interessasse, fechariam as portas e encerrariam suas atividades, alegando não terem necessidade de mantê-las abertas para viverem. Jamais assinariam o acordo por julgarem-no nocivo e anarquista” (MAZZO, 1991, p. 54)

A proposta foi levada aos trabalhadores em Assembleia, a questão foi muito discutida por ser inusitada, porém, os operários intermediaram uma proposta aos empresários que consistia em uma entrada em dinheiro e o restante parcelado, sendo que cada operário poderia adquirir uma ou duas cotas. Após 44 dias encerrava-se a greve nas duas fábricas, mas pelo fato dos operários terem adquirido a empresa. O fato ocorreu em 04 de novembro de 1934.

A última empresa era de propriedade de Bortolo Basso que também foi vendida aos operários, também com a intermediação do Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros e Classes Anexas de São Bernardo. No mesmo ano de 1934, quase chegando ao seu final, Mazzo se aproximou do Partido Socialista Brasileiro, e começou a frequentar a sede do partido político no edifício Martinelli, participando dos estudos sobre os contextos nacionais e internacionais. Contudo, sua atuação junto ao Partido Socialista não era com a finalidade de ajudá-lo no campo do sindicalismo, nada obstante os verdadeiros interesses eram nos estudos lá realizados, pois Mazzo escrevendo sobre sua trajetória sindical e política admitiu que em 1931 não tinha embasamento para entender alguns processos internacionais, como a subjugação imperialista de um país sobre o outro, os conflitos econômicos por causa do petróleo. Sobre este momento ele afirmou que por ter vindo de família operária seus conhecimentos eram precários, porém lentamente caminhavam (MAZZO, 1991).

3.3 Ingresso de Mazzo no PCB e a militância político-partidária.

O caminho percorrido até 1934 foi de grandes lutas no campo sindical, contudo, o personagem em estudo começou a preparar seu itinerário político. O partido socialista por ter em seu bojo integrantes de uma classe média mais informada, haja vista a possibilidade de frequentarem escolas e universidades, tinham o saber de certos conteúdos já absorvidos pela comunidade internacional mais desenvolvida. Os conhecimentos sobre a economia e a política, englobavam conceitos como o liberalismo, fascismo, marxismo, marxismo-leninismo, bem como todos os conteúdos internos e mundiais descritos nos parágrafos anteriores.

A conjuntura vivida por um operário como Mazzo, já o havia aproximado dos anarquistas com os quais aprendeu a lutar vigorosamente. Todavia, ele não achava crível que pessoas oriundas da classe média conseguissem ter a dimensão do que um operário era obrigado a se sujeitar, por isso, entendia que os socialistas mantinham discursos críticos dissociados da realidade em que viviam, portanto, eram capazes de discursos empolgantes, porém “panfletários” como ele mesmo os qualificava. Tal concepção, nos traz exatamente a percepção da personagem sobre a realidade brasileira e não causa nenhuma estranheza o fato de ter seguido as orientações do movimento denominado “Obreirismo”.

Seu esforço em aprender era pertinaz, pois além do trabalho como operário, no meio sindical e as reuniões no Partido Socialista, conseguia um pouco de tempo e frequentava a escola noturna. Em uma das reuniões com os membros do Partido Socialista, entre eles: Marcelino Serrano¹³; Francisco Giraldes Filho¹⁴; José Atayde Pinho; Carmelo Crispino¹⁵; Gastão Massari¹⁶; José Godói e Matias Simão foi detido e conduzido ao DEOPS, tendo lá permanecido por algumas horas até que terminasse um comício no Parque Dom Pedro.

Em dezembro de 1934 Armando Mazzo foi convidado a ingressar no Partido Comunista do Brasil (PCB). Pairou um certo mistério neste fato, pois disse que encontrou por acaso um “companheiro” e que este lhe pediu que o seguisse. Ao perguntar para onde iam, a pessoa disse que saberia ao chegar no destino. Relata terem caminhado bastante até chegarem ao destino, contudo, Mazzo não narrou o nome do “companheiro”, tampouco informou o local do destino. Em que pese ter perguntado aquele homem o que acontecia a seguir, ele lhe respondeu: “Tudo certo”, deu boa noite e se foi. No dia seguinte foi convidado para ir a uma reunião na Rua Américo Brasiliense, em São Bernardo que teve início as oito horas da noite, ocasião que presentes conversaram sobre a situação da Alemanha e o fato de Hitler afirmar que os alemães pertenciam a uma raça superior.

Após o introito uma pessoa que lhe foi apresentada como pertencente ao “socorro vermelho” lhe perguntou:

¹³Pertenceu ao Partido Socialista Brasileiro. Um dos oradores no comício realizado dia 12/9/947 no Vale do Anhangabaú, pelo Centro Acadêmico “XI de Agosto” contra a Lei de Segurança. Prontuário DEOPS nº 2880)

¹⁴ Prontuário DEOPS nº 3117

¹⁵ Prontuário DEOPS nº 4758

¹⁶ Prontuário DEOPS nº 1330

O companheiro Armando gostaria de pertencer às fileiras do Partido Comunista do Brasil? Antes de responder, ponderou algumas questões: para que o companheiro tenha consciência da atitude a tomar. “Nós comunistas nada temos a oferecer. A luta é difícil, o sacrifício é enorme, e no partido a vida só tem sentido porque defendemos os explorados e o companheiro. Se decidir a nos acompanhar, terá mais dificuldades do que risos”. Disse eu: “Não sei se posso corresponder, porém tudo farei para ser um bom comunista. Entro para o partido”. Todos votaram pelo meu recrutamento. O camarada que me fez andar quilômetros proferiu declaração de voto: “Voto a favor porque o camarada demonstrou paciência revolucionária, andou quilômetros sem dar um pio. Pode e deve ser recrutado”. Assim, em dezembro de 1934, ingressei no Partido Comunista do Brasil. O camarada de São Paulo dissertou sobre as condições para ser militante de um partido revolucionário. Ser defensor intransigente dos interesses da classe operária e de todos os explorados. Subordinar-se à maioria das decisões. Respeito a todas as mulheres, principalmente nas questões sexuais. Respeitar todas as religiões e não professar nenhuma delas. Guiar-se pelo marxismo-leninismo e não ter vícios prejudiciais principalmente o alcoolismo. (MAZZO, 1991, p.61).

Armando Mazzo nunca foi um anônimo, pois ao ingressar para o Partido Comunista do Brasil, participou do projeto revolucionário, enfrentando situações diversas. Passou pelos sofrimentos do trabalho infantil, sentiu na pele a exploração do capital, as péssimas condições de trabalho que o operariado vivia, passou por greves e grande crise de 1929. Foi testemunha ocular da história, no sentido de ter vivido o processo de transição entre a República Velha e a Nova. Teve a percepção de entender que a única maneira de enfrentar a exploração e a ganância do homem, passava pela organização e resistência.

Viveu o primeiro período do Governo de Getúlio Vargas e os acordos políticos de um ditador, que com o populismo conseguiu a simpatia das massas populares e o epíteto de “pai dos pobres” concedendo ao operariado algumas coisas que eram fruto das lutas reivindicatórias, como férias, aposentadoria, estabilidade no emprego, etc.

Como disse Mazzo: “Não se pode negar, a ditadura de apenas 15 anos de Vargas, adotou algumas medidas de cunho nacionalista, cedendo aos anseios de grandes campanhas populares em todo o Brasil, movimentando milhares de pessoas.” (MAZZO, 1991, p. 63). Neste sentido, é possível que Mazzo tenha analisado a ditadura Varguista pelo aspecto da gestação de um poder que já tinha

suas intenções ditatoriais em 1930, pois, sua visão se coadunava com a de Basbaun (1976), sobre o que representava Getúlio. De igual modo, apresentava a percepção vivida, segundo a qual o povo, representado pelo proletariado e classes médias tinham expectativas e esperanças naquilo que se convencionou chamar de Revolução, mesmo que feita pelo alto, a luta de classes estava presente, tendo parte do proletariado acreditado em mudanças, entretanto, não se pode olvidar que para Mazzo, Getúlio é a representação de um ditador. Vale ressaltar a própria concepção de Basbaun, e que pode revelar o que representava Getúlio:

Que representa Getúlio? Um grupo das classes conservadoras que subira ao poder por força de um movimento militar baseado no descontentamento do povo. Neste deveria apoiar-se. Não sendo possível, só lhe resta apoiar-se nas Forças Armadas, por uma política de liquidação das forças populares. Um governo que não tem base em uma classe social econômica, que domine os meios de produção, só pode governar pela força. O Estado Novo foi, pois, uma consequência direta de 1930, porque se apossou do poder um setor das classes conservadoras não suficientemente forte, do ponto de vista econômico. Daí surgiu 1937, o domínio pela força. (BASBAUN, 1976, p. 151)

Durante todo o período de luta pelo operariado, Mazzo não parou mais do que um ano nos empregos que teve. Trabalhou em várias fábricas de móveis, principalmente em São Bernardo, valendo ressaltar o que ele mesmo diz sobre sua alta rotatividade: “Fui operário padrão às avessas do conceituado pela burguesia e pela TV Globo. E disso muito me orgulho.” (MAZZO, 1991, 65).

Após passar por muitos empregos e ter sido preso algumas vezes por promover, segundo diziam, agitações de cunho político, Mazzo acabou participando como carpinteiro na construção da Via Anchieta. A princípio ajudou a construir os alojamentos, e enquanto eram construídos, os operários, assim como ele, dormiam em cima de sacos de cimento ou em folhas de bananeira. Relatou sobre as dificuldades de dormir na serra do mar, pelo fato de haver muitos “borrachudos” e “mutucas”, além do perigo de contrair malária, que ele denomina de “maleita”.

Interessante sua narrativa quanto as belezas naturais que vislumbrou:

Serpenteando a serra, a velha estrada do mar com suas inúmeras curvas. A mata, as baitacas e os pássaros, as flores dos manacás e quaresmeiras, o mangue, as ilhas ao longe, os navios adentrando a barra, o mar até o horizonte, ofereciam para nossos olhos um maravilhoso panorama. O lado maravilhoso deste Brasil, terra de “encantos mil”, doação da natureza, e vilipendiado e aviltado pelo capital alienígena e nacional, poluindo rios e atmosferas. (MAZZO, 1991, p. 67)

Descreve a miséria e a ignorância dos migrantes nordestinos que eram trazidos pelos denominados “gatos”, que são os empreiteiros responsáveis por arregimentar os trabalhadores e pagando salários ínfimos. A ignorância era tamanha que mal sabiam dizer seus sobrenomes, eram analfabetos e não tinham documentos. Eram transportados em “pau-de-arara”. A realidade que viu é a mesma que muitos já viram e contaram, porém nunca é demais lembrarmos dessas diferenças sociais que são tão gritantes até hoje. Mazzo, então, descreve: “Homens, mulheres e jovens, aspectos físicos lamentáveis, rostos esmaecidos, falta de dentes, corpos marcados pelo sofrimento, refletindo a vida que levaram e a viagem por quilômetros nos famigerados paus-de-arara” (MAZZO, 1991, p. 68).

Esses homens e mulheres eram chamados de “arigos” ou “biés” e por vezes seus salários atrasavam fazendo com que reclamassem, porém eram ludibriados pelo capataz que dizia que a verba ainda não havia chegado de São Paulo, e segundo Mazzo, levava-os todos ao bar, dizendo: “Companheiros, somos todos amigos e trabalhamos para o mesmo patrão. Eu também estou com os salários atrasados. Vamos todos ao bar. ”, nesse episódio disse que o capataz “Mandou servir sanduíches para todos. Para as mulheres e crianças refrigerantes e para os homens cachaça. ”. (MAZZO, 1991, p. 68).

Fatos interessantes foram contados sobre o cotidiano desses trabalhadores e a exploração pela qual passavam, pois no lugar de dinheiro recebiam um vale para gastar nos armazéns, que era denominado “boró”. Uma vez trocado com o dono do armazém por mercadoria, este cobrava juros, justificando que não existia previsão para receber o dinheiro. Diante de tal exploração, o sindicalista não permaneceu sem protestar e reivindicar por eles, pois, era sua característica, a luta pelo operariado tem em vista suas convicções ideológicas. Entretanto, nada adiantou. Não renovou seu contrato com o DEER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem) e saiu daquele trabalho.

Trabalhou na Companhia Aeronáutica Paulista, e fazia “nervuras de madeira para asas de aviões denominados Paulistinha” (MAZZO, 1991, 71). Segundo consta houve uma Campanha Nacional de Aviação, cujo lema era “Deem asas ao Brasil”, o que proporcionou que os aviões Paulistinhas da Companhia Aérea Paulista (CAP) fossem lançados em 1941 por Assis Chateaubriand, com apoio do Min. Da Aeronáutica Salgado Filho, de Getúlio Vargas e de Adhemar de Barros.

Muito embora fosse marceneiro, por estar numa empresa cuja atividade industrial era a metalurgia, Mazzo se filiou ao Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, onde conheceu o Sindicalista Vitor Savietto e através dele alguns comunistas, oportunidade em que acabou fazendo parte da célula do partido naquela fábrica.

Logo que entrou para o movimento sindical dos metalúrgicos conheceu a pessoa de Miguel Guillen, eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e também os diretores Euclides Savietto¹⁷, Elias Arantes¹⁸, Hetore Cataruzzi.

Em pesquisa realizada junto ao Jornal “O Metalúrgico” do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, datado de setembro de 2015, Miguel Guillen foi lembrado na comemoração dos 82 anos da fundação do sindicato e Armando Mazzo mencionado por ter pertencido, juntamente com Guillen, da Chapa eleitoral de Luis Carlos Prestes, noticiando que Mazzo foi eleito Prefeito de Santo André, em 1947, porém nunca chegou a assumir o mandato, assim como os demais membros da chapa. Como se pode ver no trecho abaixo:

Miguel Guillen (1911-1988). Foi presidente do Sindicato entre 1942 e 1943. Ajudou na organização de vários sindicatos na região como o dos borracheiros e o dos trabalhadores na construção civil. Ele também fazia parte da Chapa de Prestes que, em 1947, elegeu seis vereadores e Armando Mazzo para prefeito de Santo André. Nenhum deles jamais tomou posse. Faleceu dentro do Sindicato em 1988 quando exercia o cargo de diretor da Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas. Homenagem: auditório em Santo André. (JORNAL O METALURGICO nº 871, Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá).

Nota-se que havia muito desrespeito à privacidade do trabalhador na época, pois em uma das passagens contadas por Mazzo, foi necessário que os trabalhadores e ele reivindicassem que fosse alterado o espaço físico dos banheiros,

¹⁷ Prontuário DEOPS nº 57549

¹⁸ Prontuário DEOPS nº 88810

pois eram vigiados até nos momentos que estavam fazendo suas necessidades fisiológicas, e os vasos sanitários eram dispostos lado a lado, de forma que encostavam um no outro. Havia vigilante armado que controlava o tempo que o trabalhador permanecia no banheiro, através de um relógio fixado em cada batente da porta, esta, por sua vez, tinha menos de um metro de altura, para que o vigilante armado pudesse facilidade na visualização do trabalhador. Caso houvesse muita demora em fazer uso do sanitário, o operário era obrigado a sair imediatamente, forçado pelo vigilante.

Para alterar o quadro mencionado foi necessário iniciar-se uma greve para que fossem colocadas portas mais altas, extinguir os relógios dispostos em cada batente da porta dos sanitários, retirada do vigilante armado. A reivindicação por aumento de salário ficou de ser analisada.

Durante a campanha para ajudar a Força Expedicionária Brasileira e a Força Aérea Brasileira, em guerra contra os países do eixo, Mazzo ajudou trabalhadores ativamente na coleta de sucata, ferro, alumínio e pneus. Ato contínuo promovia junto com os companheiros comunistas, comícios relâmpagos em praças e nas portas das fábricas.

A atuação dos comunistas que estavam no ambiente sindical consistia em orientar os trabalhadores sobre seus direitos trabalhistas, fossem eles, ou não, sindicalizados. Outras questões também eram resolvidas no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, desde questões pessoais graves até as pequenas querelas.

Os comunistas sindicalistas dividiam o tempo entre o trabalho na fábrica e o trabalho no sindicato, até que em uma assembleia aprovaram a moção da contratação de Mazzo para que trabalhasse integralmente no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, e logo após foi designado como procurador.

O sindicato pôde contar com a ajuda de Mazzo e mais dois advogados, um deles o sindicalista, em grande apreço citou o nome: Dr. Lázaro Maria da Silva. Conforme relatou: "...resolvemos muitos casos jurídicos, rixas familiares e questões sociais, como de médicos e de dentistas, sempre acompanhados de uma, bem organizada, campanha de sindicalização" (MAZZO, 1991, p. 77)

Com a arrecadação dos sócios compraram a sede do Sindicato. Com atuação intensa, os sindicalistas-comunistas ajudaram outros sindicatos cedendo as salas vazias do imóvel para o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e para os

Químicos. Conta Mazzo, que o Sindicato dos Químicos enfrentava problemas para obter a Carta Sindical (Registro Legal), e por isso houve uma reunião do Comitê do Partido Comunista de Santo André, para autorizar que Mazzo fosse ao Rio de Janeiro para tentar resolver a questão legal.

No Rio de Janeiro, mediante a ajuda de um amigo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, conseguiu a Carta Sindical por influência e pagamento de propina, intermediada por um metalúrgico de nome Cordeiro, funcionário da Metalúrgica Santa Luzia. Esta pessoa tinha algum conhecimento com os funcionários do Ministério do Trabalho e conseguiu a autorização. Mazzo, que já havia entregue o dinheiro, descreveu em seu livro o que ocorreu após:

Cordeiro nos apresentou a um funcionário que disse: “Voltem daqui a dois dias na mesma hora”. Nos despedimos, Rocha voltou para o sindicato e eu para o hotel Rio Branco. Voltamos e nos encontramos novamente com o Cordeiro, na hora e dia marcados. Minutos depois, em breve cerimônia, um dos funcionários do Ministério do Trabalho discursou elogiando o “Estado Novo” e Getúlio Vargas. Terminou me entregando o “canudo” amarrado com uma fita verde e amarela. Apanhei a carta e em breves palavras externei agradecimentos em nome dos trabalhadores químicos de Santo André. Elogiei a presteza e dedicação dos funcionários da seção sindical do Ministério do Trabalho. Como getulista, estava muito satisfeito (eu getulista, que piada). Assim com conversa e suborno, conseguimos em cinco dias o que demorava em quase dois anos. (MAZZO, 1991, p. 80)

Armando Mazzo era procurador dos três sindicatos e mais uma Associação dos Padeiros, que funcionavam na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, porém, outros trabalhadores de outras regiões também procuravam o sindicato.

Em certa ocasião Mazzo e outros componentes do sindicato foram no auxílio de trabalhadores da empresa Mineração Brasil, situada em São Caetano, entretanto, quem pediu a mediação foi a empresa. Foi firmado o primeiro Contrato Coletivo de Trabalho, sem que houvesse a interferência do Estado. (MAZZO, 1991)

Nem sempre houve sua concordância sobre a maneira de agir do Partido Comunista do Brasil, e em uma das críticas fez uma reflexão sobre o distanciamento entre os anseios dos trabalhadores, no que tange ao seu cotidiano, que exigiam mudanças, bem como as questões de cunho subjetivo dos dirigentes comunistas da época. Neste sentido argumentou: “na luta está em primeiro lugar o sentido e o que

querem os trabalhadores e não o que querem os comunistas, os líderes ou diretores de sindicato, por mais bem-intencionados que estejam. ” (MAZZO, 1991. P. 73)

A reflexão de Mazzo, é a demonstração de que os comunistas não conseguiram o apoio do movimento operário, pois, perderam a sinergia que havia entre eles desde a época que os comunistas conseguiram substituir os anarco-sindicalistas. Mesmo que tivessem grande ascendência sobre muitos operários, a política estabelecida por Vargas era extremamente eficaz para barrar o avanço do comunismo junto a classe trabalhadora do país. Contudo, é necessário pontuar a estratégia adotada por Getúlio, em todos os seus aspectos.

Para entender as razões do afastamento do comunismo em relação ao operariado, é necessário analisar a política implementada por Getúlio Vargas ao longo dos seus quinze anos de dominação. Dos pontos de vista político, econômico e social.

No plano internacional, ocorria a Segunda Guerra Mundial, havendo contenções de gastos e uma divisão muito clara entre aqueles que tinham um apreço pelo denominado eixo “Berlim-Roma-Tóquio”, e os que tinham uma posição contrária.

A aliança entre os países da Alemanha, Itália e Japão, tinha a simpatia de muitos italianos proprietários de fábricas, não se podendo olvidar que o governo de Getúlio Vargas, por ser ditatorial, apresentava grandes tendências fascistas, entretanto, Getúlio tinha características que o diferenciavam. Do ponto de vista interno, ou seja, na política nacional, conseguia fazer alianças, dominando os sindicatos, através das leis trabalhistas que esvaziava o movimento operário. O seu caráter nacionalista atraiu o apoio do setor industrial e rural brasileiro. Na seara política foi autoritário, aproveitando-se de fatos políticos desencadeados pelos integralistas e pelos comunistas. (SKIDMORE, 2015)

Neste campo, o governo de Vargas abrigava tendências nazifascistas que tinha como braço forte a Polícia Política, que seguia orientação diversa, a depender das conveniências do chefe da Nação. A perseguição aos comunistas interessava tanto para os fascistas e nazistas, como para os capitalistas. Contudo, o controle exercido pelo DEOPS não tinha só como alvo os comunistas, mas também os judeus. O controle da comunidade judaica se deu mesmo depois de Getúlio ter se alinhado com as forças contrárias aos países integrantes do eixo.

Judeus eram perseguidos no Brasil, desde o descaso com que Getúlio tratou a atuação do Integralismo, que claramente era antissemita, até com a atuação oficial do governo através do DEOPS. Judeus eram vigiados desde a Intentona Comunista, sob o pretexto esdrúxulo de proximidade com os comunistas, mas que claramente já tinha em sua raiz o antissemitismo. Posteriormente, a justificativa seria o controle de nazifascistas no Brasil, levando-se em consideração a nacionalidade Alemã ou Italiana do judeu, entretanto, embora Getúlio tenha aderido às forças aliadas, por puro interesse econômico e percepção de que a derrocada de Hitler era certa, não deixou de ser um governo de tendências claramente fascistas (BARBOSA, 2009, pp. 410-412).

No campo econômico a Segunda Guerra foi o fator propulsor da indústria nacional, devido aos esforços de guerra. Getúlio conseguiu atrair investimentos do governo norte-americano para a Companhia Siderúrgica Nacional, após ter se aproximado da Alemanha para conseguir tais recursos. (SKIDMORE, 2015)

Conforme nos ensina Skidmore (2015), Getúlio prevê que o nazi-fascismo seria derrotado, e, portanto, a política interna deveria mudar, razão pela qual a partir de 1943 “Vargas endossou os esforços de um de seus mais confiáveis lugares-tenentes políticos, o ministro do Trabalho Marcondes Filho, que começou a propor os argumentos para um novo movimento político. Vargas previa o momento em que o sistema político seria reaberto. ”. (SKIDMORE, 2015, p. 72)

Ao mesmo tempo que Getúlio preparou sua base político-eleitoral com o apoio de jovens intelectuais de direita oriundos das classes médias, industriais e fazendeiros, também lançou as bases para criação do Partido Trabalhista Brasileiro, que foi composto por trabalhadores urbanos cujas entidades sindicais eram controladas pelo Ministério do Trabalho, na figura do Ministro Marcondes Filho (SKIDMORE, 2015).

Já havia uma pressão para que fosse eleita uma Assembleia Constituinte e para que fosse marcada as eleições presidenciais. Entre os militares que prestaram o apoio a Getúlio estava presente a clara opinião de que o governo já cumprira seu papel e que era necessário ser substituído. Forças políticas se formaram e novos partidos políticos foram criados, mesmo que ainda não houvesse qualquer previsão legal para isso, pois não havia se estabelecido uma nova ordem legal e o País ainda estava sob a égide da Constituição Federal de 1937.

A União Democrática Nacional lançou o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência, Getúlio, então, indicou o General Dutra para ser candidato. Muito embora a UDN tenha sido formada por um grupo de intelectuais de esquerda, não tardou para que grupos descontentes com Getúlio também aderissem ao novo partido político, entre eles membros de uma burguesia industrial e financeira. Em que pese os dois grupos que formaram a UDN representarem setores diferentes da sociedade, tinham o único objetivo de extinguir o Estado Novo e o poder de Getúlio Vargas. (BASBAUN, 1976).

Ocorre que com a legalização do PCB e tendo Prestes como seu líder, a ala esquerdista saiu da UDN e migrou para o partido comunista. Entretanto, os integrantes dessa esquerda eram em número menor em relação aos membros da burguesia industrial e financeira, os quais apoiaram a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, homem que havia sobrevivido a “Revolta dos 18 do Forte”, cujos ideais representavam a luta contra as oligarquias de 1930. (BASBAUN, 1976)

O Partido Social Democrático representava os interesses da burguesia agrária, composta pelos “coronéis”, os quais ainda tinham influência nos Estados, mas havia se unido aos “Revolucionários de 1930”. Portanto, para que garantissem uma continuidade dos seus privilégios, tinham grande interesse na candidatura de Dutra. (BASBAUN, 1976). Já o Partido Trabalhista Brasileiro, tinha sido urdido pela sapiência política de Getúlio, através da engrenagem que foi montada e que atraiu vários segmentos da classe trabalhadora, que estavam satisfeitos com o paternalismo populista de Getúlio. Dentro desta engrenagem o PTB foi fundamental para o chamado “queremismos”, ou seja, o movimento “Queremos Getúlio”.

Com a legalização do PCB por Getúlio Vargas, Prestes foi solto, assim como vários líderes do partido. No campo internacional havia o compromisso de os partidos comunistas seguirem a orientação da URSS e apoiar todo o governo que se colocasse contra o nazi-fascismo, e foi o que aconteceu no Brasil. Fator preponderante foi a visão nacionalista de Getúlio que convinha às aspirações do partido contra o capital estrangeiro, neste sentido Vargas decretou uma lei antitruste, com a possibilidade da desapropriação de bens adquiridos por esta via.

As forças contrárias a Getúlio não permitiram que ele terminasse o seu mandato e que fosse o condutor político das eleições da Assembleia Constituinte, para que posteriormente houvessem as eleições presidenciais. O país foi governado

por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, e as eleições continuaram previstas para 02 de dezembro de 1945.

No que concerne ao Partido Comunista do Brasil, houve uma tentativa de esfacelamento dos seus quadros desde a Intentona Comunista. A Era Vargas foi marcada pela truculência, promoveu prisões e manteve um aparelho policial que matou e torturou. Mazzo indica como torturadores o homem de confiança de Getúlio, Felinto Muller – Chefe da Polícia Política - e Cecil Borer, Delegado de Polícia que torturou Harry Berger, “torturando-o com suplícios medievais, levando-o a loucura e a morte” (MAZZO, 1991, p. 43)

Cecil Borer (1913 – 2003) deu uma entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, quando estava com 87 (oitenta e sete) anos de idade, contando sobre suas atrocidades praticadas nesse período da história, revelando alguns detalhes de como Prestes foi preso e ainda sobre como Harry Berger foi torturado. Segundo parte da matéria jornalística:

Sessenta e cinco anos depois das torturas que levaram à demência irreversível o comunista alemão Arthur Ernst Ewert, um dos artífices do movimento de 1935, Borer não esquece a têmpera do homem que, meses a fio de 1936, se negou a dar uma só informação aos algozes. "Foi a pessoa com maior trabalho mental, determinação e inteligência que já conheci", afirma Borer, referindo-se a Ewert por seu codinome, Harry Berger. Altamente preparado, Berger resistiu a todo o tipo de pressão. Batiam nele o dia inteiro no convento do morro de Santo Antônio - centro do Rio", onde estava preso, e não falava nada." Borer diz ter conhecido Ewert quando o alemão passou pela rua da Relação. Sobre "todo o tipo de pressão", é reticente: "Punha-se de pé, nu, sem poder sentar. É normal. Se em troca disso alguém passasse informação, você usava. Quem vivesse a situação não veria nada de anormal. A ação era compatível com a circunstância. O objetivo era correr contra o tempo". (MAGALHÃES, Mário. Jornal Folha de São Paulo, 15/04/2001).

Não se pode dizer que Mazzo não fez uma crítica sobre a atuação do partido. Sobre a Intentona Comunista, ele denomina de Quartelada. Em sua análise o movimento foi dissociado do que estava acontecendo no partido, pois, o que se tratava de um movimento de militares, iludidos por uma falsa ideia de que a revolução poderia acontecer sem o apoio popular. No entendimento de Mazzo, Prestes fugiu da autocrítica que “é o dever de um comunista, principalmente de um chefe de partido revolucionário. ” (MAZZO, 1991, p. 100).

Talvez o principal motivo de apoio a Vargas pelo Partido Comunista do Brasil tenha sido a influência exercida por Getúlio entre o operariado brasileiro, mesmo porque a legislação trabalhista com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, foi fator de desagregação entre o operariado. Esta política trabalhista de Vargas urdiu uma rede de apoio entre grande parte da classe trabalhadora, controlada por uma política de vigilância sobre os sindicatos que eram atrelados ao governo, cujos postos de liderança eram compostos pelos denominados “pelegos”.

O trecho a seguir esclarece bem o sentimento da cúpula do PCB e sua lógica política:

Os comunistas batiam na tecla que assegurara o sucesso durante a guerra: manter e aprofundar a união nacional, liquidar os restos de fascismo existentes na sociedade e no Estado. Por outro lado, na ânsia de obter credibilidade, numa sociedade trabalhada à exaustão por campanhas que os apresentavam como sanguinários, assassinos e impatriotas, os comunistas tentaram se apresentar como paladinos da ordem política e da paz social. Queriam mudanças, mas não a desestabilização do país.

Além disso, até porque se encontravam entre os trabalhadores, reivindicando a condição de partido da classe operária, não lhes escaparam o prestígio e a popularidade do ditador junto às massas urbanas, devidos não apenas a ganhos e garantias materiais, expressos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editadas em 1943, mas também aos ganhos simbólicos, presentes no conjunto das relações que a ditadura soubera articular com importantes setores de trabalhadores urbanos, no contexto de um amplo projeto político. (REIS, 2013, p. 76)

Chegando a este ponto do trabalho verifica-se a nítida discordância de Mazzo diante das orientações da cúpula do PCB, na oportunidade de sua legalização. Entendeu que os comunistas anistiados estavam dissociados da realidade e não tinham conhecimento de tudo que havia sido feito pelos comunistas sindicalistas junto a classe operária.

A forma com que se deu a nomeação dos membros do Comitê Central do PCB também foi alvo de crítica, que fez muito tempo depois, quando escreveu suas memórias, entretanto, se submeteu ao chamado Centralismo Democrático do partido e assumiu as funções que lhe foram ordenadas.

Outro ponto observado foi o fato dos membros dos sindicatos, que já estavam dialogando com os operários a tempos, na total clandestinidade, tivessem sido

expostos pelos anistiados possibilitando sua identificação como membros do PCB. A exposição desnecessária provocou a obrigatoriedade de abandonar o movimento sindical para o trabalho diretamente junto ao partido.

Mazzo faz sua crítica à cúpula do partido deixando-a clara nos seguintes trechos:

Primeiro erro: nomear de cima para baixo, sem eleições que poderiam ter sido realizadas pelas células, quando ao menos em Santo André havia condições para fazê-las. Segundo erro: pôr à mostra todos nós, dirigentes nos sindicatos, obrigando abandonássemos as funções sindicais, a contragosto nosso. Enquanto isso, os comunistas anistiados, vindos das ilhas onde estavam presos, traziam na cabeça muitas ideias concebidas no confinamento dos cárceres. Eram ideias honestas, cheias de bons propósitos. Porém, eram ideias fora da realidade. Na verdade, libertos, os anistiados pretenderam ser professores no trato das lutas sindicais e operárias. Basicamente entendiam que, a partir dos sindicatos, deveria ser estruturado o Partido Comunista. Com estes objetivos, os anistiados simplesmente ignoraram o que já estava feito. (MAZZO, 1991, p. 104)

A análise de Basbaun revela que Mazzo pertencia a um dos três grupos de comunistas que se aproximaram de Prestes após a legalização do PCB, pois seu nome era associado a um grande passado, dentre eles a COLUNA PRESTES, e com uma história capaz de sensibilizar a classe trabalhadora, pois, tivera sua mulher Olga entregue aos nazistas, a mando de Vargas.

O primeiro grupo a que se refere Basbaun, era de São Paulo, e tinha em sua composição comunistas de militância antiga e que queriam um partido independente e “desejavam reerguer o PC na base dos antigos moldes partidários de política independente com velhos elementos provados na atividade clandestina. ” (BASBAUM, 1976, p. 126)

Ao se referir a um segundo grupo, também de São Paulo, relata que eram comunistas novos e que haviam fugido da Bahia e apresentavam interesses oportunistas.

O terceiro grupo tinha feito parte da Comissão Nacional de Organização Provisória e que não reconhecia os outros grupos de São Paulo, pois achavam ter direitos de compor o Comitê Central porque estavam na Capital do país. (BASBAUN, 1976, p. 127). Os dois últimos grupos conseguiram realizar a Conferência da

Mantiqueira, em 1943 e compuseram o Comitê Central, elegendo Prestes como Secretário Geral, entretanto, este encontrava-se preso e não poderia participar de tal conferência.

Mazzo, pelas críticas que fez, e pelas funções sindicais que desempenhava, se enquadrava no primeiro grupo que seguiu as diretrizes do Partido liderado por Prestes quando foi anistiado, entretanto, não havia concordância com a estratégia política adotada, tampouco concordavam com o denominado “Culto da personalidade de Prestes”.

Passou a trabalhar no Comitê Estadual do PCB na Rua da Glória onde se realizava as reuniões, porém outro Comitê havia na Pça João Mendes, onde conheceu Maria Aurora, com quem se casou, filha de Francisco Hernandez Morinigo, este, por sua vez vem a ser bisavô do autor do presente trabalho.

Ao que consta Francisco Hernandez Morinigo era um simpatizante do Partido Comunista do Brasil, contudo, pelos relatos de familiares não houve por parte dele qualquer atuação direta dentro do partido. Neste sentido, Mazzo menciona que a família de Maria Aurora abrigava comunistas que eram perseguidos durante a ditadura de Getúlio, quando residiam na cidade de Lins no Estado de São Paulo.

Participou da campanha para arrecadação de dinheiro com a finalidade de comprar máquinas para a impressão do Jornal “Noticias de Hoje”. Neste veículo da imprensa comunista trabalhou Jurandir Celso do Amaral Guimarães, casado com a irmã de Maria Aurora, a Senhora Amélia Helena Guimarães¹⁹. As duas mulheres eram comunistas.

A participação de Luiz Carlos Prestes em comício ao lado de Getúlio Vargas, foi uma das críticas feitas por Mazzo, em razão do que aconteceu com Olga Benário, pois, segundo sua opinião: “O povo brasileiro, no geral, sentimentalista por natureza, incluindo-nos os comunistas, como poderia compreender essa estranha posição de Prestes?”, em outro comentário complementa: “Outro absurdo, o qual se deve creditar ao secretariado do Comitê Central daquela época, foi o apoio dado à candidatura de Adhemar de Barros ao governo do Estado de São Paulo.” (MAZZO, 1991, p. 110)

Segundo seus relatos Adhemar de Barros firmou compromisso com o PCB, entretanto, quando eleito, ao se cobrar o compromisso assumido Adhemar de Barros

¹⁹ Prontuário DEOPS nº 109371

teria dito: “Ora! Ora! O papel assinado com vocês serve para limpar a bunda. ” (MAZZO, 1991, p. 110)

Recebeu indicação para candidatura a Deputado Estadual de São Paulo pelo Partido Comunista do Brasil, e na condição de candidato, foi preso pelo DOPS em frente a empresa Pirelli, nesta ocasião, foi violentamente espancado por dois policiais que o levaram a presença de um Delegado de Polícia que se dizia espírita e “admirava a bravura dos comunistas, porém achava errado o que queriam. ” (MAZZO, 1991, p. 111).

Em Santo André participou de comício ao lado de Prestes, e em 19 de janeiro de 1947 foi eleito Deputado Estadual pelo PCB, tendo em vista o trabalho engajado que realizou ao longo de sua vida em benefício do operariado. A bancada comunista na Assembleia Legislativa de São Paulo era composta por onze deputados, sendo eles: Milton Cayres de Britto; Caio Prado Junior; Catulo Branco; Estocel de Moraes; Clovis de Oliveira Netto; João Taibo Cadorniga; João Sanches Segura; Lourival Vilar; Mautilho Muraro; Roque Trevisam e Armando Mazzo. Dentre esses, cinco eram operários.

Segundo ele, como deputado ganhava de vencimentos a quantia de dez a doze mil cruzeiros mensais, sendo que do total só ficava com mil e duzentos cruzeiros para custear suas despesas com a família, aluguel, alimentação, condução e etc. Tratamento que critica no final de sua vida. Seu descontentamento e decepção com o Partido Comunista do Brasil, pode se depreender com o que escreveu no seu livro de memórias:

Em dezembro de 1984 completei 71 anos e oito meses de vida e 50 anos da condição de comunista. Hoje exigiria um tratamento humano. Há no Partido os que mandaram estudar nos países socialistas até quase uma dezena de filhos. Os meus, filha e filho, a duras penas estudaram aqui no Brasil. Por falta de recursos nenhum dos dois se formou em cursos superiores. ” (MAZZO, 1991, p. 114)

Oito meses depois de sua candidatura, foi indicado para se candidatar a Prefeito de Santo André, tendo se licenciado e assumiu em seu lugar como Deputado Estadual o comunista Mario Schemberg, hoje conhecido por todos como o maior Físico do Brasil. Armando Mazzo foi eleito Prefeito de Santo André em 1947, ao lado de treze vereadores comunistas, sendo estes: João Sanches; Angelo

Corsato²⁰; Carmen Edwiges Savietto²¹, Miguel Guillen; Manoel dos Santos; Marcos Andreotti²²; José Gualberto Meira²³; Enio Brancalion²⁴; José Benedicto de Oliveira; Antonio F. Nogueira; Oswaldo Monteiro; Vicente Bistratini²⁵ e Paulo Cervelini²⁶.

Luiz Carlos Prestes se elegeu Deputado Federal, e muitos comunistas foram eleitos no Brasil todo. Logo em seguida o Presidente Eurico Gaspar Dutra, decretou a ilegalidade do PCB e Armando Mazzo foi substituído por um membro da família Fláker.

Diante da cassação, os deputados estaduais eleitos se reuniram com a direção estadual do partido e resolveram lançar um manifesto, que concita um levante armado para defender a autonomia do Estado, caso se consumasse o arbítrio. Em sua visão, na época, o manifesto surtiria algum efeito, porém, foi para sua casa se preparar para fuga e se homiziar na casa de algum “companheiro”. Entretanto, antes que conseguisse sair com sua família, sua casa foi cercada pela polícia paulista, e após quatro dias no interior da residência, diante do fato de terem cortado a água e a energia, e estando a filha de seis meses de idade necessitando ser alimentada, Mazzo resolveu se entregar, tendo sido levado preso, permanecendo na prisão com os comunistas: “Caio Prado Junior; Mario Schemberg; Roque Trevisan; Milton Cayres de Britto; Doutor Mario Sanches; João Taibo Cadorniga; Nestor Vera; Elias Chaves Netto e Celestino dos Santos, foi preso mais tarde.” (MAZZO, 1991, p. 121)

Diante do manifesto que assinou foi processado, porém, absolvido e depois de alguns meses libertado. Durante o governo Dutra houve uma perseguição sistemática aos comunistas, e o Partido lhe transferiu para o Rio de Janeiro, onde continuou com suas atividades no partido.

Em 1947 foi eleito membro do Comitê Central e atuou na Comissão Sindical Nacional, viajando pelo país. Na capital da República, ao lado de João Amazonas,

²⁰ Comunista e candidato a vereador nas eleições de 9-11-47, pelo P. S.T. de Santo André e conforme dados extraídos do arquivo DEOPS, muito embora não tenha sido localizado o número de seu prontuário.

²¹ Prontuário DEOPS nº 85064

²² Em pesquisa realizada junto ao acervo do DEOPS foi encontrada a seguinte referência: “ESTE LEMENTO COMUNISTA DE SANTO ANDRÉ, CONFORME FICOU DELIBERADO EM UMA REUNIÃO COMUNISTA REALIZADA EM UTINGA, em abril do 1948, - FOI INCUMBIDO DA PRÁTICA DE ATOS DE SABOTAGEM NO MUNICÍPIO SANTO ANDRÉ MUNICÍPIO ONDE RESIDE.-Vide Doc.890-pasta de COMUNISMO.” Prontuário nº 4980.

²³ Prontuário DEOPS nº 89010

²⁴ Prontuário DEOPS nº 93072

²⁵ Prontuário DEOPS nº 79307

²⁶ Prontuário DEOPS nº 99062

Jover Teles e Ramiro Luchessi foi reunido membros do Sindicato dos Têxteis, tendo sido deflagrada uma greve que ao final foi vitoriosa conquistando todas as reivindicações. Mazzo também viajou para o Chile e participou do Congresso da Confederação dos Trabalhadores da América Latina.

Dando continuidade a seu trabalho como integrante do PCB junto aos sindicatos, recebeu a incumbência partidária de ir a Santo André para auxiliar os companheiros de partido na coleta de assinaturas para o Apelo de Estocolmo pela paz mundial. Depois de participar de vários trabalhos partidários junto aos sindicatos, foi para a Europa. Neste período a esposa estava grávida e comparecendo ao Hospital Beneficência Portuguesa de Santo André, foi obrigada a dar nome falso, passando-se por Maria Hernandez, sua mãe. O filho de Mazzo nasceu tendo como mãe a avó, porém o registro do nascimento se deu em São Paulo e a criança pode ser registrada normalmente com o nome de Francisco Hernandes Mazzo. (MAZZO, 1991)

Durante oito meses participou de cursos em Budapeste, mantidos pela Federação Sindical Mundial. Recebeu aulas de sindicalistas de vários países, entre eles: “França, Itália, China, União Soviética, Inglaterra, Áustria e Hungria. Ao retornar da URSS, passou a atuar no desenvolvimento sindical ao lado dos comunistas: “Antonio Chaarro, Eugênio Chemp, Mario Camargo, José Brasil de Castro Alves e Mario Zequini” (MAZZO, 1991, p. 129)

Sua esposa Maria Aurora Mazzo participou da Comissão Feminina do Comitê Estadual do PCB, lutando ao lado da irmã Amélia Helena Guimarães (Helena Guimarães) em prol das causas femininas na Federação das Mulheres.

Ao fazer uma análise das composições dos Comitês Centrais do Partido Comunista do Brasil, fez críticas sob a alegação de que os dirigentes pertenciam a classes médias burguesas, que tiveram posições à direita e outras à esquerda, entretanto, se questiona por qual razão dos operários cumprirem as determinações da cúpula partidária, seguindo suas visões ideológicas. Concluiu que os membros menos intelectualizados acabavam se submetendo a esses dirigentes que tinham um preparo intelectual, porém, pouco sabiam da realidade do operariado. Se posicionou criticamente a Conferência da Mantiqueira, quando foi formada a Comissão Nacional de Organização do Partido que sequer foi submetida às células do PCB, e os fatos foram conhecidos após terem acontecido.

Armando Mazzo se afastou do PCB, pois não concordou com o “mandonismo e da violação do centralismo democrático”, alega que foram praticadas várias injustiças por companheiros do partido, e expressamente se posicionou:

Porém, os dirigentes que defendiam a orientação seguida até então praticaram injustiças clamorosas pode-se citar “Giocondo Dias, Moises Vinhas, apelidado de “Zé Deus”, Heraldo dos Santos e outros menores como Costinha... Toda essa luta foi sórdida, porque fugiu aos princípios doutrinários que devem nortear um partido comunista, partido de classe operária. Quando isso acontece, é lógico que saem ganhando os arrivistas e os que lutam para manter seus cargos e opiniões. Quem sai perdendo é a classe operária e o povo. (MAZZO, 1991, p. 131)

Entendeu que as contradições e interesses particulares ficaram acima da luta pela classe operária, o que ocasionou a cisão do partido, surgindo o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, entretanto, Mazzo não seguiu nenhum deles. Em sua reflexão sobre o passado do PCB e das decisões equivocadas do Comitê Central, não se eximiu da responsabilidade, pois admitiu que todos erraram. Entretanto, responsabilizou Prestes pela mensagem passada no documento denominado “Carta aos Comunista”, em que reconheceu ser responsável pelo o que se sucedeu com o PCB, bem como sua direção e conclamou os companheiros comunistas a tomarem “os destinos do movimento comunista em suas mãos. ”. Quanto a mensagem de Prestes, Mazzo comenta de forma bastante veemente que:

Por que será que o camarada Prestes não escreveu tomemos o movimento comunista em nossas mãos? Não alcanço. Não sei. Especulo apenas. Será que Prestes quis acabar seus dias sem compromissos de organização? Será que quis só dar entrevistas e viver das glórias do passado? Creio que só ele poderia ter explicado. Prestes foi muito endeusado, com o culto à personalidade por todos os comunistas e admiradores. Isso não foi bom para a luta revolucionária no Brasil. Me desculpem os prestistas, porém é necessário que se diga: o culto à personalidade é antimarxista...Há camaradas que idolatravam Prestes como se ele fosse um ser sobrenatural. Afirmaram esses camaradas que Luiz Carlos Prestes poderia ter sido muito rico. Se quisesse poderia ter chegado a general. Poderia ter ficado do outro lado, gozando a vida como burguês, para quem nada faltaria. Porém jogou tudo isso fora e ficou do lado dos explorados, em toda sua vida. (MAZZO, 1991, p. 134)

Criticou o fato do Comitê Central do PCB promover apenas seis congressos em cinquenta anos de existência. Também não via com acerto o fato do Comitê Central ter uma formação majoritária de pessoas oriundas da classe média, entretanto, afirma que a origem e o grau de intelectualização desses comunistas, não eram fatores preponderantes para inviabilizar estarem a frente do partido, porém, observa que tais pessoas não seguiram uma mesma linha política, e a prática ideológica se afastou do que deveria ser a luta revolucionária.

Fez duras críticas a Prestes e aos comunistas que o tinham como um “Deus”, apesar de reconhecer que o dirigente do PCB era possuidor de uma biografia que impunha grande respeito. O núcleo da questão em relação a Prestes reside no fato de ter adotado medidas incompatíveis com a causa revolucionária, se aproximando por demais da classe opressora. Em uma das críticas, manifestou-se contrário a política adotada pelo partido após a Segunda Guerra Mundial, de “apertar o cinto”. Neste período a orientação era no sentido de que a luta revolucionária deveria arrefecer, diante do nacionalismo de Vargas, para que a classe dominante brasileira fizesse sua “revolução burguesa”. Portanto, Mazzo tinha a opinião que tal orientação afastou o Partido das classes operárias.

A orientação de “apertar o cinto”, segundo sua opinião arrefeceu a luta do operariado, conforme afirmou:

Em 1946, o nosso Partido levou à prática uma orientação estranha e anti-leninista. Foi a famosa ordem: “Operários, apertem o cinto”, que desarmou politicamente os assalariados, amainando a luta reivindicatória, com o objetivo de fortalecer a burguesia para que esta realizasse a revolução democrática burguesa. Evitamos greves. Desorientamos os trabalhadores. E a burguesia? A burguesia se locupletou...E o pior: se aliando ao capital internacional. (MAZZO, 1991, p. 135/136)

Posteriormente, segundo Mazzo, a orientação era para combater o sistema sindical estabelecido por Getúlio e seus “pelegos”. O partido deveria orientar os trabalhadores a saírem de seus sindicatos e formarem sindicatos paralelos, porém a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, formada por doze comunistas, deixando os que tinham vasta experiência na luta sindical, fora de sua direção. Neste sentido, argumenta:

Com eles formaríamos sindicatos paralelos. Para isso foi formado, com 12 camaradas em Niterói, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), sem ao menos uma base para isso. Essa CTB foi formada apenas por comunistas. Imaginem a situação política dos camaradas que, como eu, militaram anos e anos dentro dos sindicatos: lutar por essa, no mínimo, estúpida orientação. (MAZZO, 1991, p. 134)

Sua posição em relação aos temas acima apresentados, somando-se ao “culto à personalidade de Prestes”, à guisa de como se deu o culto à Stalin, foram as causas das rupturas que se sucederam após o “Racha do PCB”. Com o movimento comunista fracionado, surgiram várias outras organizações, que seguiram pelo caminho da luta armada e guerrilhas. Mazzo deixou claro que nunca foi a favor da luta armada, porém rendeu sua homenagem aos companheiros mortos, dentre eles: “Mariguela; Câmara Ferreira, Lamarca, Pomar, Grabois, Arroyo, Negrão, Câmara Ferreira, Gilberto, filho de Rosinha e Olimpio e jovens companheiras.” (MAZZO, 1991, 136)

Vale ressaltar que dois dos nomes acima mencionados foram relacionados a Mazzo, e consta de seu prontuário nº 145.975 do DEOPS, no qual algumas atividades foram registradas. Sendo elas: Comparecimento na conferência do então Deputado Mauricio Grabois, realizada no dia 26 de setembro de 1947, nas classes laboriosas, em que orientava os comunistas presentes; sua participação como dirigente do Comitê Estadual do PCB, constando relação com seu nome dentre os deputados estaduais comunistas; a informação de ter sido eleito Prefeito de Santo André – SP; O registro de que em 11 de novembro de 1947 a Delegacia de Santo André comunicou seu comparecimento no comício da vereadora Carmen Saviato (Prontuário DEOPS nº 85064); Comparecimento em reunião do Comitê Distrital de São Caetano, onde foi expulso do partido Frederico Vecchi (Prontuário DEOPS Nº 75436); Informação de que estaria na URSS, conforme relatório datado de 26 de abril de 1956, juntamente com Wolney Rabelo e Pedro Pomar (Prontuário DEOPS nº 19570) e Wolney Rabelo (Prontuário DEOPES nº 99229). Consta no Prontuário de Pedro Pomar, a mesma informação sobre a estada dos dois comunistas na URSS, juntamente com Armando Mazzo.

O período a partir de João Goulart, Mazzo ainda teve alguma atuação, porém, segundo sua versão, foi considerado um traidor por não concordar com a forma que

o Comitê Central dirigia a linha política. Fazendo parte do Comitê Central desde 1947 Mazzo foi destituído, não tendo sido convocado para o Congresso e sua destituição foi comunicada pelo comunista Ramiro Luchessi²⁷. Também teve seus direitos políticos cassados a partir do “Golpe de Estado de 1964”.

No final de sua vida Mazzo tentou uma aproximação dos dois Partidos Comunistas para que fosse promovida a unificação, redigindo em 1986 um abaixo assinado propondo tais mudanças. Procurou o PCdoB e manteve contato com “João Amazonas, Freitas e Dinéias” e também o PCB tendo conversado com “Salomão Malma, Moacyr Longo e José Paulo Neto” (MAZZO, 1991, p. 132).

A tentativa de unir os dois partidos comunistas não deu resultado, e cada qual continua com sua posição política, num afastamento da classe operária e dos ideais trazidos pelo marxismo. Em vários momentos os dirigentes demonstraram desconhecer a forma de pensar e agir da sociedade brasileira. Equívocos foram cometidos e que custaram muito caro. Armando Mazzo teve uma atitude lúcida e no final da vida fez aquilo que achou correto e mais prudente.

As palavras escritas, no que tange a vida de Armando Mazzo até 1964, foram baseadas em estudos do livro de memórias escrito pelo próprio personagem, bem como pelas informações colhidas pessoalmente através dos familiares e minhas próprias lembranças, pois, durante a “Ditadura Militar”, pelo fato de eu ter nascido no ano de 1961 (mil novecentos e sessenta e um), recordo-me de momentos da infância, adolescência e fase adulta, em que me encontrei com o “tio Armando Mazzo”, em reuniões familiares em São Paulo, no bairro do Brooklin e, mais para o final de sua vida, no município de Poá.

Armando Mazzo trabalhou em duas empresas até que se tornou jornalista, tinha uma banca de jornais e revistas. Sua esposa Aurora era irmã de Amélia Helena Guimarães que por sua vez era casada com Jurandir Celso do Amaral Guimarães, ambos meus avós maternos. Das inúmeras recordações, o que de fato interessa para o presente trabalho, são aquelas que dizem respeito aos aspectos políticos que aproximaram e também afastaram Armando Mazzo, do Partido Comunista do Brasil, e a influência sofrida pelo “Obreirismo”, vez que embora fizesse uma crítica a posição do partido, apresentava vários aspectos que confirmam ter sido influenciado por esta visão equivocada, imposta por linha Stalinista.

²⁷ Prontuário DOPS (SANTOS) nº 9970

Sua trajetória política acabou sendo interrompida pelo abandono partidário e pelo “Golpe de 64”, sua história só foi conhecida depois de sua morte em 1990. Todas as pessoas que passaram a integrar a família, direta ou indiretamente, tiveram informações esparsas de seu passado, para os mais reacionários sua trajetória nunca foi bem-quista, porém, para aqueles que eram sensíveis as lutas sociais, sua vida causa um verdadeiro fascínio.

O próximo personagem que será retratado, Jurandir Celso do Amaral Guimarães, está vinculado à biografia de Armando Mazzo, não só pelo fato de terem sido cunhados, mas porque tinham ideais semelhantes e atuaram no mesmo partido político. Entretanto, suas origens são diversas e possivelmente tenha sido um dos fatores que os tornam representantes legítimos da mentalidade da época, e que resultou em ações políticas diversas. Vamos ver o que os aproximava e quais as razões de cunho ideológico-político que fizeram com que Mazzo se desiludisse e quais as razões que motivaram Jurandir a continuar a contribuir para os ideais marxistas, até sua morte.

3.4 A militância de Jurandir Celso do Amaral Guimarães no Partido Comunista do Brasil (PCB).

Jurandir Guimarães ao casar-se com Amélia Helena Hernandez, em 1939, recebeu influência do sogro Francisco Hernandez Morinigo que era simpatizante do comunismo, muito embora fosse anarquista, segundo o que diziam os membros da família. Pelas lembranças que o autor tem de seu bisavô, que viveu 96 anos, era um homem bem informado, gostava de ler e apresentava consciência política, se interessando bastante pelas questões de política internacional e brasileira. Francisco Hernandez e sua esposa Maria Dolores Moreno Hernandez abrigavam amigos comunistas que foram perseguidos na época de Getúlio Vargas, conforme, as informações colhidas através dos familiares, além daquelas mencionadas nas memórias publicadas de Armando Mazzo.

Quanto a vida de Jurandir Guimarães, antes de 1939, pouco se sabe, mas acreditasse que ele já estava envolvido com o PCB desde o tempo da ferrovia noroeste do Brasil. Pessoa muito reservada pouco falava de sua vida com filhos e netos, contudo, com base em fontes primárias oficiais do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, e os relatos de fontes orais, é possível afirmar que ingressa no Partido Comunista do Brasil, a partir do ano de 1945, pelo menos são as comprovações oficiais.

Como exatamente conheceu Helena Guimarães não se sabe, porém, já estavam casados quando residiam na cidade de Lins, onde nasceu seus dois primeiros filhos: Ubirajara Celso do Amaral Guimarães, em 1940 e Yara Guimarães em 1943, que depois agregou ao nome o sobrenome Gabira, do genitor do autor.

Helena Guimarães veio para São Paulo para residir com a mãe e o pai de Jurandir, enquanto este aguardava em Lins o término de algum contrato de trabalho. O que se sabe sobre sua vida profissional até aí, é que era Guarda-Livros como o pai, porém, já tinha sido operador de telegrafo na Cia. Ferroviária Noroeste do Estado de São Paulo e em 1945 estava prestando algum tipo de serviço para esta companhia.

Algumas cartas remetidas por Jurandir a Helena, em 1945, relata a separação temporária do casal, tendo em vista algum compromisso de trabalho que prendia Jurandir à cidade de Lins, até que pudesse se juntar à família que já estava residindo em São Paulo. O trabalho que o segurava em Lins era junto a Ferrovia, conforme uma das cartas que enviou a sua mulher Helena, solicitando para que ela ao lhe enviar uma missiva colocasse o nome da Companhia no remetente.

O seu contato com os ferroviários pode ter aproximado Jurandir Guimarães do Partido Comunista Brasileiro, pois as Ferrovias Noroestes do Brasil, bem como as demais, tinham uma intensa influência do Partido Comunista do Brasil, e o sindicalismo se deu com a influência dos anarquistas, como aconteceu no meio industrial paulista. Não se podendo olvidar que Francisco Hernandez Morinigo, seu sogro, tinha ideias anarquistas, que trazia da Espanha, seu país de origem.

Quando ao certo começaram suas atividades políticas junto ao PCB não foi possível precisar, a não ser pelo fato de ter sido preso pelo DEOPS por diversas vezes, conforme os dados colhidos no seu prontuário, sendo que a sua primeira prisão se deu no dia 20 de março de 1946, ao ter sido “identificado por proferir conferência política sem o consentimento das autoridades”.

Ressalta-se que neste período o PCB estava na legalidade, entretanto, a repressão da polícia política de Dutra contra o partido comunista foi bem intensa, já que se utilizou de toda a estrutura de poder urdida por Vargas, e como braço forte o denominado DEOPS, que reprimia os comícios, mesmo que não houvesse previsão constitucional para tanto. Dutra passou a exigir que os comícios fossem autorizados previamente pelo chefe de polícia local. (BASBAUN, 1976)

As razões do Presidente Dutra recrudescer e permitir a violência contra o PCB, se deve a vários fatores, dentre eles o fato do partido ter crescido não só junto ao proletariado, mas também em parte da classe média. Contudo, a política interna do partido tinha como proposta conter os trabalhadores no que tange às suas reivindicações, pelo fato de Prestes entender que era necessário que a burguesia nacional se fortalecesse e, por esta razão, condenou as greves, adotando a palavra de ordem de “apertar o cinto”. (BASBAUN, 1976)

No que diz respeito aos interesses econômicos e geopolíticos, os Estados Unidos no final da Segunda Grande Guerra despontaram como o único país que não teve sua economia arrasada. Ao contrário, a economia americana se fortaleceu e voltou seu interesse para a América Latina com o objetivo de expandir seu imperialismo econômico. Não teria porque se preocupar com os países Europeus arrasados com a guerra, pois lançara o plano Marshall, que objetivava a ajuda financeira aos países atingidos. Quanto aos países asiáticos, estavam em processo de independência e naquele momento não poderiam ser o alvo principal nos norte-americanos.

Foi neste contexto que Jurandir Guimarães, um dos personagens deste trabalho, aparece nos registros oficiais do DOPS, porém, o que motivou seu ingresso no PCB e a aderir os ideais revolucionários, é desconhecido, entretanto, é certo que não foi de sua família materna, tampouco paterna, já que todos eram católicos e avessos ao comunismo. O certo é que nas lembranças do autor deste trabalho, o personagem Jurandir Guimarães não professava nenhuma religião, e era ateu, e dialogava muito sobre o papel alienador das religiões, e também da relevância do marxismo-leninismo, como arcabouço teórico das lutas revolucionárias. Quanto ao sentimento antirreligioso, percebe-se, pela pesquisa realizada, que nem sempre teve tal visão, pois em suas cartas para a esposa, em 1945, fez referências a Deus em algumas de suas frases de despedida, e, portanto, leva a crer que ainda não tinha uma visão materialista da história.

O período de provável ingresso no PCB, ainda era marcado pelo aparelho repressor que Vargas havia fortalecido e ainda, notava-se que neste período muitos integralistas exerciam papéis junto ao funcionalismo público e a polícia de modo geral. Até mesmo o Presidente Dutra era “assessorado pelo integralista General Newton Cavalcanti, chefe da casa militar” (BASBAUN, 1976, 188). Também vale ressaltar que o Presidente restaurou a Lei de Segurança Nacional. Alinhados com ideias nazifascistas, mesmo depois dos países do eixo terem perdido a Guerra para os aliados, ainda permanecia uma grande influência de setores da sociedade brasileira que comungavam a mesma ideologia, e eram avessos ao comunismo.

O aparelho repressor idealizado por Getúlio, ainda servia aos mesmos propósitos das classes privilegiadas e do próprio Estado que via nos ideais comunistas um grande perigo, ainda mais pelo crescimento do número de seus integrantes, mesmo que seu dirigente e o Comitê Central, tenham se posicionado mais à direita. Porém, continuava sendo um partido contrário aos ideais democráticos burgueses, mesmo que temporariamente apoiasse as políticas de crescimento econômico, ou da paz internacional.

O ano de 1946, conforme pesquisa realizada junto aos arquivos do DOPS, consta documento assinado por Jurandir Guimarães, dirigido ao Comitê Distrital de Itaquera, como representante da Livraria Atualidades Ltda., convocando os membros do comitê para tratar de assunto pertinente a divulgação da difusão de livros e folhetos das editoras do Partido: Vitória e Horizonte. Sendo assim, a data provável de ingresso é anterior ao ano de 1946, e, sua atuação estava ligada aos

setores mais intelectualizados do partido, e, ao que consta, seu trabalho estava vinculado a difusão dos escritos políticos e da teoria marxista-leninista.

A difusão da cultura marxista foi uma das preocupações das autoridades da polícia política. Verifica-se que Jurandir Guimarães era uma das pessoas que estava à frente desse projeto, pois assim demonstra as investigações perpetradas pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Divisão de Segurança e Informações, pois, nos arquivos do DEOPS foi localizado o documento datado de 25 de junho de 1974, e que, dentre os assuntos abordados, se refere ao fato de Jurandir Guimarães ter redigido o documento acima mencionado.

Nota-se, que no referido documento, consta que o registro da Gráfica Atualidades Ltda., tinha como sócios as pessoas de Joaquim Câmara Ferreira e Jurandir Celso do Amaral Guimarães, fazendo alusão de que embora registrada em nome de tais pessoas, “era, no fundo um organismo do PCB, trabalhando, metade de seu tempo, na impressão do material de propaganda comunista” (anexo 17 e 18). As informações prestadas em 1974, dão conta de que ele era um “velho militante do PCB”.

As investigações perpetradas pelo órgão de informação, também apontavam que no mesmo endereço onde se localizava a Gráfica Atualidades Ltda., se distribuía os jornais comunistas “A TRIBUNA POPULAR”, e “HOJE”. Consta, ainda, que naquele mesmo endereço já haviam funcionado o M.U.T. (MOVIMENTO UNIFICADOR DOS TRABALHADORES) e o Jornal “HOJE” (NOTÍCIAS DE HOJE).

A ligação de Jurandir Guimarães com Joaquim Câmara Ferreira, comunista que já tinha grande experiência na militância junto ao PCB, cuja história oficial revelou que foi barbaramente morto em 1970, pelas mãos do torturador Delegado de Polícia Sérgio Fernando Paranhos Fleury, é algo que possibilita afirmar que Guimarães já tinha um certo tempo na militância comunista, pois dificilmente viria do interior do Estado de São Paulo para a capital, em 1945, e logo no ano seguinte já estaria figurando como um dos sócios da Gráfica Atualidades, do PCB, ao lado de alguém como Joaquim Câmara Ferreira, que já militava desde 1933.

A informação de que Jurandir estava à frente da Gráfica do PCB, juntamente com Joaquim Câmara Ferreira, desencadeou intimação para comparecer ao DOPS, em 23 de setembro de 1947 com o propósito de esclarecer seu envolvimento com a sociedade comercial Atualidades Ltda., que comercializava livros comunistas. Começava ali o trabalho de divulgação do marxismo-leninismo pela via cultural, que

até o final de sua vida exerceu. Foi como vendedor de livros que passou a fazer a “sua revolução”. Segundo Jurandir Guimarães, a humanidade só se converteria aos ideais marxistas conhecendo a literatura especializada.

Dutra e as forças reacionárias, aliado aos interesses do capital estrangeiro, não haveriam de permitir que o Partido Comunista, com ligações às soviéticas, continuasse a exercer algum poder sobre a classe trabalhadora. O endurecimento contra os partidos comunistas se deu em toda a América Latina, antes mesmo que fosse abertamente declarada por Churchill que a guerra ainda não havia terminado. (BASBAUM, 1976)

O Brasil ainda era um país agrário, muito embora tivesse avançado muito no setor da industrialização. Porém, só consegue um relativo crescimento, em razão de dois períodos bem determinados, Primeira Guerra Mundial seguida pela crise da bolsa de valores em 1929, e, posteriormente a Segunda Guerra. Tais fatores propiciaram uma indústria voltada para o mercado interno, porém a estrutura social e de poder pouco haviam mudado. Não haveria de permitir condições históricas para uma revolução burguesa ou mesmo proletária, como entendiam equivocadamente os comunistas. A curta legalidade chegou ao fim, com argumentos jurídicos capazes de convencer forças políticas dominantes de que o Partido Comunista do Brasil, não era um partido nacional e sim estrangeiro. O que a legislação eleitoral não permitia. Devido a esta e outras estratégias do poder, o PCB foi posto na ilegalidade.

O PCB teve avanços na conquista de filiados e simpatizantes em todo o país que permitiu que conseguisse eleger deputados federais e estaduais, além de vereadores e prefeitos, através da sua própria sigla. Um dos quais, Armando Mazzo. Entretanto, todo este quadro de equívocos e falta de visão política, levou a cassação do partido e de seus representantes eleitos pelo voto popular.

As reações e apoio ao PCB, segundo BASBAUN foram por demasiado tímidas e desmotivou àqueles que acreditavam na força da sua política, pois, não tiveram uma reação imediata. O PCB embora tivesse conquistado setores importantes da sociedade, como o operariado e parte de uma classe média, acabou sofrendo as consequências políticas dos equívocos de um líder como Prestes, que afastou o partido da esquerda e pendeu para o lado das forças políticas representativas da burguesia nacional. Além, de cometer o descalabro de assumir publicamente que no caso de uma guerra entre Brasil e a URSS, ficaria ao lado

desta (BASBAUN,1976). Claro que muito embora a reação que se esperava foi muito aquém, houveram comícios, manifestação de repúdio, já relatadas quando foi narrado sobre o Prefeito Armando Mazzo, cassado juntamente com outros integrantes do PCB.

Nosso personagem Jurandir Guimaraes, embora não tivesse relevância nos quadros políticos eleitorais do PCB, exercia um trabalho de agitação política, importante para a conscientização da massa, portanto, participou ativamente dos movimentos contra a cassação dos comunistas eleitos pelo voto popular, sendo que nesta época já tinha contato com Armando Mazzo, seu cunhado. As irmãs Maria Aurora e Helena Guimarães atuavam na Federação das Mulheres do Brasil, nos comitês localizados no centro da cidade de São Paulo. Da mesma forma com que Jurandir Guimarães era seguido e vigiado pelos agentes da polícia política, sua esposa também sofria a mesma vigilância, conforme documento encontrado nos arquivos do DOPS, muito embora se refiram aos documentos encontrados no prontuário de Jurandir e não de Helena, já que esta nunca foi “fichada” pelos órgãos de repressão, mesmo mantendo atividade política. Em um desses documentos, investigadores de polícia registram as atividades da mulher de Jurandir junto ao Clube de Mulheres do Ipiranga, em campanhas do petróleo e contra a carestia.

A participação de Jurandir Guimarães contra a cassação dos candidatos do PCB eleitos, lhe custou uma prisão em 22 de novembro de 1947, por promover “agitação política”, só tendo sido posto em liberdade no dia seguinte. Contava Jurandir Guimarães, que não foram poucas as vezes que era espancado pela polícia, e, Helena Guimarães, completava dizendo que só se sabia que haviam alguns policiais “bonzinhos” quando sentia que a “pancada” que davam no corpo do manifestante era mais leve que as que desferiam os demais.

O PCB possuía uma imprensa ativa e segundo consta “Em fins de 1946 já possuía nada menos de 8 jornais diários, espalhados pelas principais capitais, fora alguns semanários. Duas editoras imprimiam livros e folhetos aos milhares. ” (BASBAUN, 1976, p. 187) A gráfica Atualidades era utilizada pelo PCB para divulgação de todo o material que fizesse alardear os protestos, bem como utilizada para confeccionar o jornal do partido em São Paulo, sendo que se chegou a distribuir inquérito policial junto a 3ª Vara Criminal pelo fato de Jurandir Guimarães ter ordenado a impressão de material “subversivo”.

Ao que consta sua atividade, junto a Gráfica ou Editora Atualidades Ltda., não se resumia a capital de São Paulo, já que viajava para o interior paulista, e por algumas vezes foi detido pelas policias de Bauru e de Lins. Na primeira cidade por promover agitação política e na segunda por estar em posse de 6.000 (seis mil) boletins, cujo título denominava-se “Manifesto aos Trabalhadores”.

Em 21 de fevereiro de 1948 há registro na Divisão de Ordem Social, que Jurandir Guimarães foi preso em Bauru – SP e foi encaminhado para o DOPS por promover agitação comunista, tendo permanecido preso até o dia 27 de fevereiro de 1948, oportunidade em que foi liberado. Sobre a maioria das prisões não há registro de que tenham gerado ação criminal. Contudo, naquele período da história o Mandado de Busca e de Prisão podiam ser expedidos pela autoridade policial, sem autorização judicial. A prisão para averiguação era muito comum, só tendo sido corrigida após a Constituição Federal de 1988, porém, especificamente na Lei de Prisão Temporária nº 7.960/89.

Foram várias as prisões que Jurandir sofreu, muitas delas, em número de quatro, ocorreram em 1950. Em 19 de maio de 1950 foi detido por “atividades comunistas”, “Na ocasião encontrava-se com Ruy Barbosa Cardoso que conseguiu evadir-se”, conforme o que foi relatado em investigação constante no seu prontuário.

O único processo criminal a que respondeu e foi absolvido em 27 de julho de 1955, estava relacionado ao Decreto-Lei 431/38 (LEI DE SEGURANÇA NACIONAL), referente ao art. 3º, Incisos 9, 10, 20 e 25:

Art. 3º São ainda crimes da mesma natureza:

9) com o mesmo fim fazer propaganda ou ter em seu poder, em sua residência ou local onde deixar escondida e depositada, qualquer quantidade de boletins, panfletos ou quaisquer outras publicações;

Pena - 2 a 5 anos de prisão;

10) incitar diretamente o ódio entre as classes sociais, ou instigá-las à luta pela violência;

Pena - 4 a 8 anos de prisão;

20) instigar desobediência coletiva no cumprimento da lei;

25) injuriar os poderes públicos, ou os agentes que os exercem por meio de palavras, inscrições ou gravuras na imprensa;

Pena - 6 meses a 2 anos de prisão;

Constam nas pesquisas realizadas, documentos expedidos pela Secretaria de Segurança Pública do DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

(DOPS), que trata das prisões realizadas em desfavor de Jurandir Celso do Amaral Guimarães ou Jurandir Guimarães, que datam de 1950 e 1975. Seu nome figura entre outros tantos que foram presos no mesmo período.

Getúlio Vargas já havia retornado à Presidência da República, e Jurandir Guimarães foi identificado pela Divisão de Ordem Social de São Paulo, como um dos redatores do Jornal comunista “Notícias de Hoje”, e nos arquivos do Arquivo Histórico de São Paulo, encontra-se um recorte do referido periódico em que os redatores saudavam os “bravos gráficos”.

Este recorte de jornal, datado de 14 de abril de 1953, coincide com o mesmo ano que ocorreu à denominada “Greve dos 300 mil”, manifestação legítima da classe operária que se juntou em diversas categorias, e que vieram fortalecer os sindicatos, estruturando-os numa forma de federação, evidentemente clandestina, que deram o nome de “Pacto de Unidade Sindical”. O PCB, depois de ter sido posto na clandestinidade, não deixou de ter parte de seus quadros preocupados em se aproximar da classe operária, sendo que muitos fizeram curso em Budapeste, na Federação Sindical Mundial. É muito claro que outras tendências participaram do movimento, que culminou em uma greve que durou cerca de trinta dias, com vários sindicatos participando, dentre eles estavam os trabalhadores gráficos.

O próximo registro junto ao DOPS foi em 1958, durante o período do Presidente Juscelino Kubitschek, em que Jurandir Guimarães publica matéria no jornal “Notícias de Hoje”, demonstrando indignação sobre a posição do Conselho de Ministros que foram contrários ao restabelecimento das relações do Brasil com a URSS. (ANEXO 24). Segundo o relatório do DOPS Guimarães disse que o Brasil e Indonésia tem as condições necessárias para marcharem para um regime de democracia popular. Sobre tal evento só houve o registro, porém, não consta que tenha ocorrido alguma consequência jurídica.

Entre os documentos encontrados no Arquivo Histórico de São Paulo, destaca-se uma cópia da folha de registro de empregado em nome de Jurandir Celso Guimarães, admitido em 01 de junho de 1954 pela Empresa Jornalística “Notícias de Hoje” Ltda., com a observação de que em 31 de dezembro de 1954 pediu demissão do cargo de Redator, tendo sido readmitido em 01 de outubro de 1955, e em novembro de 1957 passou a proprietário da Empresa Jornalística “Notícias de Hoje”.

Acompanha o documento acima, uma lista de 50 (cinquenta) nomes de funcionários do “Notícias de Hoje”, todos registrados, entre eles aparece o nome de Jurandir, bem como outros nomes de destaque na História do Movimento Comunista Brasileiro.

A atividade de jornalista consta dos registros do DOPS, e ao que consta, por declarações orais de pessoas da família, e pelos relatos do próprio personagem ao pesquisador. Jurandir Guimarães exerceu atividade jornalística durante o período que esteve no Jornal Notícias de Hoje. Os relatos orais dão conta de que muitas viagens eram feitas para o interior de São Paulo, em que pese lá ter nascido, tais viagens tinham cunho político e não eram por motivo de visitas a familiares.

O casal tinha filhos pequenos, Ubirajara Celso do Amaral Guimarães e Yara Guimarães foram os filhos que nasceram na cidade de Lins – SP, e depois nasceu Jussara Guimarães, em São Paulo e Jurandir Amaral Guimarães, em Ribeirão Preto no ano de 1958.

Os relatos dos familiares, principalmente de Yara Guimarães Gabira, mãe do pesquisador, e filha de Jurandir Guimarães, noticiam que a família se mudou para Ribeirão Preto, e lá Jurandir atuava pelo PCB, junto aos trabalhadores do campo, entretanto, nada além dessas poucas informações.

Contudo, no período que se retrata, estava à frente da Presidência da República, Juscelino Kubistchek, que apesar dos pesares, mesmo diante da continuidade da ilegalidade do PCB, não constavam notícias de que eram mantidos presos políticos, acarretando uma maior liberdade política aos comunistas (BASBAUM, 1976).

As razões históricas para isso, se deveu ao fato do país viver um período de caos econômico, com muitos protestos devido a carestia e aumentos do preço da passagem de bondes, o que ocasionou a união de “operários e estudantes em violentas agitações de ruas, em que veículos foram queimados, enquanto grupos exaltados se colocavam à frente dos bondes para impedi-los de circular” (BASBAUM, 1976, 221). Portanto, mesmo com a pressão Udenista para a continuidade de um modelo econômico fracassado, e com a vontade golpista da continuidade do poder, houve por bem o Gal. Lott garantir que Juscelino ascendesse ao poder, mesmo tendo como vice João Goulart. O afastamento de Café Filho, e a substituição por Carlos Luz não tiveram o condão de impedir que Juscelino assumisse a presidência, com a evidente garantia do Gal. Lott.

3.5 A atividade como livreiro e os anos de chumbo.

No dia cinco de janeiro de mil novecentos e sessenta e um foi registrada como firma individual, a J.C. AMARAL GUIMARÃES, utilizando nome fantasia AGÊNCIA INTERCÂMBIO CULTURAL cujo gênero é o comércio de livros, revistas e periódicos, que foi instalada na Rua dos Estudantes, 84, 2º andar, sala nº 28. Doze dias depois nasceu o autor do presente trabalho, que passou a ter alguma percepção dos fatos da vida, alguns anos mais tarde e pode acompanhar muitos acontecimentos e conversas.

Começa a partir daí, talvez um pouco antes, um relacionamento comercial com Editoras da URSS, e a J.C. do Amaral Guimarães passou a importar livros políticos, trazendo as obras de Marx, Engels, etc. O Brasil havia rompido relações econômicas com a URSS, não só por influência externa devido à pressão dos Estados Unidos da América, mas também pela ideologia de extrema direita que se instalou no Brasil a partir do Governo Vargas, com o fortalecimento das ideias nazifascistas, e com o pavor premente das elites e dos grupos pequeno burgueses, temerosos só em pensar em um comunismo à brasileira, com a supressão da sociedade de classes e a abolição da propriedade privada.

O governo de Juscelino enfrentou uma situação econômica caótica, um processo inflacionário que vinha desde a era Vargas, cujas medidas políticas e econômicas foram desastrosas. A política econômica externa adotada, com a fixação de um preço mínimo para o café, levou os EUA a boicotar a compra da produção cafeeira. Aliado a isso, a ação de aumentar o salário mínimo em 1954, foi fator preponderante para uma crise econômica que desencadeou um processo inflacionário, o qual Café Filho não conseguiu debelar. Permanecendo o problema no início do governo de Juscelino Kubitschek. (SKIDMORE, 2015)

A política econômica voltada para um nacionalismo desenvolvimentista trouxe um largo crescimento da indústria nacional. Assim avaliou Skidmore:

Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu oitenta por cento (em preços constantes), com percentagens ainda mais altas na indústria siderúrgica (cem por cento), nas indústrias mecânicas (125 por cento), nas indústrias elétrica e de comunicações (380 por

cento), e nas indústrias de equipamento de transporte (seiscentos por cento). (SKIDMORE, 2015, p. 203).

No campo político Juscelino conseguiu mediar com todos os seguimentos da sociedade, e mesmo que tivesse adotado algumas medidas para deixar claro que não aprovava o comunismo, como o fechamento do Sindicato dos Trabalhadores das Docas do Rio e a Liga de Emancipação Nacional (SKIDMORE, 2015), não criou grandes entraves aos comunistas. É evidente que o projeto desenvolvimentista nacionalista de Juscelino teve um preço que viria a ser cobrado com a alta da inflação em 1959, tendo em vista a tomada dos empréstimos estrangeiros.

Porém, o desenvolvimento econômico e a política de temporização, permitiu um arrefecimento da repressão política, mesmo mantendo o aparato da polícia política criada por Vargas. Ao analisar o histórico de prisões de Jurandir Celso do Amaral Guimarães, pode-se verificar que até 1950 elas ocorreram com certa frequência, assim como muitas outras fichas políticas de membros do PCB. Porém, a partir do período histórico do governo de Juscelino, a única menção feita a Jurandir Guimarães, ocorreu em seis de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito.

A Divisão de Ordem Social de São Paulo, registrou que Jurandir Guimarães, na condição de redator do Jornal “Notícias de Hoje” manifestou seu repúdio ao fato do Itamarati ter se manifestado contra a volta das relações entre Brasil e URSS. Contudo, não houve qualquer tipo de retaliação à sua liberdade de expressão, ou, pelo menos, nada foi encontrado na sua ficha policial, a não ser o fato de estar sendo observado pelo órgão repressor.

Fora este episódio não houve qualquer outro que se tenha notícia de alguma ação que tivesse sofrido, por parte da polícia política da época. Também, não houve qualquer perseguição política no curto Governo de Jânio Quadros. Ocorre, que durante o governo de João Goulart, inicia-se um período de desconfianças que levaram ao golpe de 1964. Uma disputa de poder onde prevaleceu os interesses dos EUA e de setores civis e militares que não viam com bons olhos a aproximação de João Goulart com o PCB e não concordavam com reformas no setor agrário do país. Em que pese não ser o foco deste trabalho foi o temor de uma aproximação de João Goulart com setores da esquerda brasileira, e uma postura ambígua, que provocou sua queda. Porém, já não era visto com bons olhos desde quando foi Ministro do

Trabalho de Getúlio Vargas, e descontentou os empresários ao conceder aumento do salário mínimo em cem por cento.

Em certos momentos apoiou os movimentos sindicais e sociais para que pudesse efetivar o seu projeto de reformas, mas ao mesmo tempo voltando a uma postura mais moderada. O certo é que nenhum dos governos anteriores, mesmo que tivessem adotado alguns projetos nacionalistas, se puseram a enfrentar problemas cruciais como a questão latifundiária, até para que o problema de abastecimento agrícola interno pudesse ser resolvido, além de fixar o homem ao campo, para evitar o êxodo para as grandes cidades. (PRIORE, 1981).

A simples análise das fichas do DOPS já revelam que o governo de João Goulart, a partir de 1963 perdeu o controle do país, e os setores mais reacionários acabaram paulatinamente minando o poder presidencial e sua sustentação. Boa parte dos documentos analisados, e em especial as incursões do DOPS contra Jurandir Guimarães, são reveladores dessa situação.

Em 1961 abre a Livraria J. C. Amaral Guimarães, utilizando o nome fantasia “Agência Intercâmbio Cultural”, anunciava a venda de livros marxistas, fazendo seus anúncios no Jornal O Estado de São Paulo. Em pesquisas realizadas junto ao acervo do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, foi localizado um ofício expedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Departamento Federal de Segurança Pública, datado de 21 de março de mil novecentos e sessenta e um, solicitando ao Diretor do DOPS a instauração de sindicância com objetivo de informar as atividades da Agência Intercâmbio Cultural, dirigida por “Jurandyr Guimarães”.

Em vinte e um de março de 1963, Jurandir foi qualificado em sindicância realizada pelo DOPS para apurar atividades de livrarias que negociavam livros “subversivos”. Denota-se que as datas coincidem com o período em que João Goulart se aproximou do PCB, sendo certo que próximo a data da qualificação em sindicância, Jurandir Guimarães solicita uma certidão de apreensão de livros, ao Departamento dos Correios e Telégrafos, feitas pelos DOPS, em que constavam diversos títulos de livros e revistas, provenientes da URSS, todos classificados como material “subversivo”.

A reação de Jurandir Guimarães, foi de impetrar Mandado de Segurança em oito de abril de mil novecentos e sessenta e três, contra a autoridade policial, Delegado do Departamento de Ordem Política e Social, Dr. Alcides Cintra Bueno,

através dos Advogados Mauricio de Oliveira e Fernando Hugo Guimarães. O processo de Mandado de Segurança foi recebido pelo Juiz de Direito Dr. Cícero de Toledo Piza, que requisitou informações da autoridade policial.

Em breve síntese, Jurandir Celso do Amaral Guimarães, na qualidade de comerciante proprietário da Agência Intercâmbio Cultural, através de seus advogados argumentou que agia em normalidade do comércio, e recebia livros dos países socialistas, sendo estes: científicos, literários, políticos de cunho filosófico, e que muitos dos títulos se encontravam em bancas de jornais e livrarias, sendo que algumas publicações são clássicas, citando as “Obras Escolhidas” de Lenin. Argumenta que muitas dessas obras eram lidas pelos que aceitavam o marxismo e até mesmo pelos que o combatiam. Enfim, entendeu que o ato praticado foi ilegal.

A autoridade coatora, o Delegado de Polícia Alcides Cintra Bueno Filho, instado a responder à ordem do Juiz de Direito, argumentou que se limitou a cumprir Portaria do Ministro do Estado da Justiça e Negócios do Interiores, e que o objetivo era apreender livros de título “A Guerra de Guerrilhas, de Chê Guevara, editado em Cuba e difundido no Brasil, além do dever de adotar procedimentos necessários para apreender obras de mesma natureza”.

É interessante o enfrentamento de uma Autoridade Policial Estadual com relação a matéria meramente ideológica, se afastando das questões legais, quando expressa sua opinião sobre o governo federal:

De se lamentar, profundamente, que o próprio Governo Federal, nesta hora dramática da situação financeira e econômica que atravessa o País, quando se propaga a contenção das despesas internas e externas, conceda ao impetrante o chamado “dólar convênio”, cotado a Cr\$ 475,00, para importar material de propaganda subversiva, para solapar a estrutural atual política do Estado, sem, previamente, proceder a qualquer investigação de seu conteúdo.

Os argumentos apresentados pela Autoridade Policial ultrapassam a seara jurídica e invadem o plano ideológico, além de demonstrar a total falta de controle do governo federal, representado pelo Presidente da República João Goulart, que a esta altura não tinha a possibilidade de contar com o aparelho estatal de repressão, tampouco do Exército Brasileiro, que viria a urdir o golpe de sessenta e quatro.

O mandado de segurança foi julgado procedente, tendo em vista o fato da autoridade policial ter se baseado em portaria já revogada, caracterizando a ilegalidade das apreensões.

Com o Golpe Civil Militar de 1964, a esquerda brasileira que já estava dividida, desde o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, com as denúncias de Nikita Khrushchov, em 1956, contra Stalin, iniciou um período de rompimento entre dirigentes do PCB. Alguns viam o culto à personalidade de Stalin, o mesmo comportamento do partido comunista em relação a Prestes.

O PCB divide-se em uma ala que desde 1947, pensava em uma revolução por etapas, prescindindo de uma atuação revolucionária mais efetiva, e vinculando-se a uma estratégia de busca da legalidade pelas vias institucionais. Esta ala era liderada por Prestes e Jurandir Celso do Amaral Guimarães se identificou com ela.

Uma outra ala, liderada por João Amazonas e Grabois se colocaram contrário à política adotada por Prestes, acusando-o de revisionista. No V Congresso do PCB foi decidido pela maioria que o Comitê Central não poderia fazer grandes alterações no Estatuto, entretanto, em 11 de agosto de 1961, a direção do partido criou uma nova legenda com o nome Partido Comunista Brasileiro, mantendo as siglas, mas mudando sua denominação.

Grabois e Amazonas entenderam que aqueles dirigentes tinham fundado um novo partido e renegado o antigo. Em 1962, aqueles que eram contrários ao novo partido comunista, atribuindo a este um caráter revisionista, se uniram para aprovar um documento em defesa do Partido e seu posicionamento contra o imperialismo norte-americano e o latifúndio. Deste Congresso, os principais nomes foram: “Amazonas, Grabois, Pomar, Danielli, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest, Elza Monnerat, entre outros” (RUY, 2010, p. 125). Nesta oportunidade resolveram adotar a sigla PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

Como já mencionado, Jurandir Celso do Amaral Guimarães apoiou a decisão do grupo liderado por Luiz Carlos Prestes, e ao fazer a autocrítica entendeu que a sociedade brasileira necessitava passar por processos históricos importantes, dentre os quais a revolução burguesa e deveria continuar seguindo as orientações diretas da URSS, se vinculando ao PCUS. Enfim foram duas posturas diante da realidade nacional, e acabaram fazendo oposição entre os dois partidos de esquerda, que tiveram origem na maior organização partidária comunista do país. Desta cisão, após a implantação da Ditadura Civil Militar, outros partidos comunistas se

formaram, inclusive pregando a luta armada, dentre os grandes nomes que rompem com o partido liderado por Prestes e apoiam esta estratégia da luta armada, se encontravam: Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho. (PRIORE, 2010).

Muitos outros partidos resolveram pela luta armada, dentre eles a dissidência do PCB, que adotara nova sigla, PCdoB. Porém, ao longo do tempo, muitos membros dos dois partidos acabaram formando outros menores e adotando a luta armada como estratégia revolucionária e por não concordar com a Política adotada pela URSS.

Na análise da vida de Jurandir Celso do Amaral Guimarães, pelos relatos de familiares vivos, e até mesmo através das lembranças do autor deste trabalho, bem como a observação dos documentos colhidos no acervo do DOPS junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, a atividade comunista de Jurandir Guimarães foi no campo cultural, na divulgação dos livros doutrinários importados de editoras da URSS.

Com o regime de terror que se instaurou a partir do combate aos grupos de esquerda que se formavam, os órgãos repressores das forças armadas, e do DOPS, acabaram promovendo as barbáries da tortura física e psíquica, colocando todos no mesmo patamar de “periculosidade” guerrilheira, já que muitos militantes comunistas que não concordavam com a via política e cultural, acabaram aderindo à luta armada.

Jurandir Guimarães foi qualificado e indiciado em inquérito policial pela Divisão de Ordem Política, como todo e qualquer comunista que já tinha sido “fichado” desde o Governo Getúlio Vargas. Sua atividade continuou sendo o ramo de livros. Contudo, os livros políticos eram apreendidos logo que chegavam no Brasil, tanto os provenientes da URSS como de Cuba. Para continuar sobrevivendo Jurandir resolve abrir a livraria Técnico-Científica, cuja razão social era a mesma de J.C. do Amaral Guimarães, vendendo livros de outras editoras, mas ainda trabalhando com os livros soviéticos. A censura deixava passar os livros ligados à área de exatas. Muitos autores russos eram lidos nas Universidades Brasileiras, principalmente os autores de livros de matemática e física, respeitados no mundo acadêmico.

Durante a ditadura militar houve uma maior ênfase aos cursos de exatas, principalmente os de Engenharia, e esse livros acabavam autorizados pelos

censores, entretanto, como o número de livros importados era muito grande, pois, J.C. do Amaral Guimarães, vendia para todas as grandes Universidades, bem como para os engenheiros, matemáticos e físicos já formados, o livreiro encontrou uma solução para que viessem no meio dos livros técnicos, os livros políticos.

A estratégia ora dava certo e ora não, porém, muitos censores não conheciam nada de política e acabavam deixando passar um livro político e outras vezes barravam um livro de arte. A livraria técnica-científica funcionava em uma galeria que dava passagem entre as ruas Barão de Itapetininga e Vinte e Quatro de Maio. Lá trabalhou sua filha Jussara, que veio a falecer quando tinha apenas 36 anos de idade. Em um depósito na rua Conde de Sarzedas, antigo edifício que abrigou o Jornal Notícias de Hoje e a gráfica do PCB, era utilizado para o armazenamento dos livros que chegavam da URSS. Jurandir lá trabalhava e colocou toda a família para trabalhar num sistema de mala direta, num período que não havia sistema de computadores.

Quando houve o recrudescimento dos militares e da polícia política, ainda maior do que no período de Vargas e Dutra, qualquer informação de que ocorreria busca e apreensão na casa de Jurandir, era motivo para retirar todos os livros políticos, coloca-los no porta-malas de carros, e jogá-los em algum rio próximo. Era fundamental que nenhum livro ou documento fosse encontrado.

Quanto ao depósito de livros, a quantidade de livros de engenharia, matemática e física, ocupavam tanto espaço, que se tornava quase impossível que os agentes da polícia, se sujeitassem a procurar os livros políticos, em meio a tanto pó e ratos, pois os livros ficavam em um grande porão de um edifício muito antigo na Rua Conde de Sarzedas, entre a Praça da Sé e as ruas da baixada do Glicério.

Só em 1973 foi que o DOPS apreendeu alguns catálogos com nome de títulos de livros soviéticos em espanhol, cujo destinatário seria Jurandir Guimarães, entretanto, ao ser ouvido pela polícia, negou que recebesse qualquer propaganda comunista.

Em 1974, durante o governo de Médici, Jurandir foi levado a sede do DOPS onde permaneceu por cerca de um mês, sem que a família pudesse ter qualquer contato, entretanto, se houve qualquer tipo de tortura, não foi mencionada. Jurandir e sua esposa Helena Guimarães nada disseram sobre tais violações, a não ser o fato de ter sido mantido encarcerado sem qualquer acusação. Nos registros do DOPS e do Exército não há qualquer referência a esta prisão. Contudo, além dos

relatos dos familiares, o próprio autor deste trabalho, que na época tinha treze anos de idade, presenciou o sofrimento de toda a família, pois, a princípio não se tinha qualquer notícia do paradeiro de Jurandir Guimarães.

Muito embora não tenha o registro de sua prisão no ano de 1974, foi mencionado em um dos documentos, uma solicitação de informações junto ao Ministério da Educação e Saúde, sobre suas atividades como negociante de livros. Houve resposta, conforme o documento expedido pelo Ministério da Educação e Cultura, contendo informações já mencionadas no presente trabalho.

O terror ocorreu de fato, no ano de 1975, cujos registros constam dos arquivos do DOPS, além de todos os principais integrantes da família terem presenciado a retirada forçada de Jurandir Celso do Amaral Guimarães de sua residência, tendo sido levado por homens do Exército, e permanecido preso no DOI-CODI.

Nesta oportunidade, foi interrogado por muitas horas, e observando o auto de interrogatório, percebe-se que no alto da página foram escritas as datas da seguinte maneira: “07/08/jan/75”, além dos documentos revelarem claramente que passou por, pelo menos três momentos de interrogatório. Modus operandi dos torturadores do DOI-CODI e do DOPS, que foi confirmado pelo próprio Jurandir Guimarães, cuja confirmação não se fazia necessária, pois as marcas e ferimentos pelo corpo já eram reveladores.

No interrogatório junto ao DOPS, Jurandir revelou algumas informações já conhecidas, dentre elas: ter trabalhado na livraria Atualidades; ter conseguido o emprego através do PCB quando estava na legalidade; ter confirmado a venda de livros das editoras Horizonte e Vitória, ambas do Rio de Janeiro; ter sido jornalista do jornal “Notícias de Hoje”; ter montado a sua própria livraria em 1961; ter mudado de endereço no ano de 1963; ter mudado de endereço em 1964, passando a trabalhar exclusivamente com livros técnicos e científicos. Durante o interrogatório nunca confirmou pertencer ao PCB ou mesmo ter ideologia comunista.

Nos outros dois interrogatórios que respondeu a dezessete perguntas, todas relacionadas a posição ideológica e a nomes de pessoas vinculadas ao PCB, dentre outras, não há registro de que tenha denunciado qualquer organização comunista ou pessoas que não tenha tido relacionamento profissional, como jornalista ou como vendedor de livros.

No documento em que registram as passagens de Jurandir Guimarães pelos órgãos repressores, consta que em 08 de janeiro de 1975, foi encaminhado ao DOI/CODI para averiguações, porém não tem o registro de sua saída. Logo a seguir, consta na referida lista de fatos e datas, que no dia 10 de abril de 1975 foi detido pelo DOPS, no dia 06 de maio de 1975 foi indiciado em inquérito policial, pela Lei de Segurança Nacional, juntamente com outras pessoas, e no mesmo dia liberado com a obrigação de lá comparecer, todas as segundas-feiras.

Ocorre, que a verdade sobre os fatos é que Jurandir entrou no DOI/CODI em janeiro de 1975, tendo de lá sido transferido para o DOPS só sendo liberado em seis de maio de 1975. O autor da pesquisa, além de se basear nos documentos existentes, também presenciou a chegada de Jurandir, após meses de prisão, pois, encontrava-se na casa de Helena Guimarães, sua avó, quando o avô abriu a porta da casa, para surpresa de todos. Contudo, o que se viu foi um homem esquelético, com um olhar moribundo, barbudo e com as roupas surradas. Logo em seguida foi levado ao médico da família, Dr. José Queiroz, onde foi constatado os machucados pelo corpo todo e as marcas dos choques elétricos. Nessa época ele tinha sessenta anos de idade.

No interrogatório que enfrentou no DOPS passou pelas mesmas perguntas feitas no DOI/CODI, entretanto foi denunciado por ALBERTO CASTIEL²⁸, pessoa com quem foi acareado. O delator, que evidentemente foi torturado, assim como foi Jurandir, confirmou o depoimento que havia prestado anteriormente, na presença de Jurandir, no entanto, quando este último respondeu aos questionamentos da acareação, continuou negando qualquer envolvimento com o PCB, fornecendo apenas nomes de pessoas que trabalhou na condição de jornalista e de livreiro, sendo que sobre Joaquim Câmara Ferreira, ao lhe ser perguntado, confirmou a sociedade na livraria, porém não o apontou como integrante de qualquer organização subversiva, mas a este tempo Joaquim já havia falecido, no ano de 1970, por não ter suportado as torturas impingidas pelo Delegado de Polícia Sergio Paranhos Fleury.

²⁸ Prontuário DEOPS nº 140356: “Dirigente da Comissão Cultural do PCB; Doutrina comunista de Marx, Engel e de Lenin; Indiciado; Jamil Almansur Hadad; Helena Silveira; Atividades subversivas; Comunismo; Ideologia marxista-leninista; Congresso de Paz realizado na Rússia; Preso para averiguações; Ali Alderby Saad; Jayme de Souza Lima Teixeira; Paulo Rodrigues; Festival da Juventude; Budapest; Secção de Educação do Comitê Central.”

Depois de ter passado pela tortura, pouco falou sobre o assunto, entretanto, continuou a seguir as suas convicções políticas, e durante o período que 1982 a 1984, quando o autor deste trabalho ingressou na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, chegou a conversar com alguns alunos daquela instituição de ensino superior, oportunidade em que ministrou, informalmente, algumas aulas sobre o marxismo-leninismo.

Faleceu no ano de 1989 em decorrência de um acidente automobilístico, a caminho da livraria do Partido Comunista Brasileiro, para quem entregou todos os livros que pertenciam a sua empresa. Livraria esta denominada “Casa de Cultura”, que ocupava o mesmo prédio onde hoje é a sede do PCB de São Paulo, na Rua Francisca Miquelina, 94, Bela Vista. Tal atitude se fundava no fato de entender que a sua missão junto ao partido já havia sido cumprida, tendo ficado a frente do trabalho de divulgação cultural pelo fato da instituição partidária ter permanecido na ilegalidade durante vários anos, e, tendo em vista a redemocratização do país, não via mais sentido em permanecer à frente da livraria, numa clara menção de que havia desempenhado uma obrigação partidária ao continuar no comércio de livros, com única finalidade de divulgação do marxismo-leninismo.

3.6 Memórias e as atuações individuais, como reflexo do perfil político-ideológico do PCB.

A iniciativa de compreender os movimentos políticos e sociais que abarcaram as dissidências do PCB, a partir do estudo do “obreirismo” e análise das ações individuais de dois comunistas, não encontraria razão de ser caso tais memórias fossem meramente individuais e não se encontrassem alicerçadas em uma estrutura de memórias que contemplassem as mesmas situações vivenciadas no passado.

Neste sentido, a análise das memórias individuais e coletivas revelam intersecções, pois, denota-se que:

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, p. 39, 2017)

Mas, não se pode olvidar que as ações de militantes comunistas do passado, os quais vivenciaram um período de efervescência dos pensamentos e das metanarrativas, em especial do marxismo, fazem parte da história e ainda povoam as lembranças de muitos sobreviventes desse passado, além das pessoas que, de

qualquer sorte, conviveram em parte com as personagens da época. Lembrando que a militância comunista ainda está presente hodiernamente, na memória de muitos. Entretanto, as tentativas de se dizimar as memórias coletivas de determinados grupos, são pressupostos garantidores da supremacia do pensamento dominante que através das ações políticas tentarão se impor para aniquilar a memória, ocasionando “perturbações graves da identidade coletiva”. (LE GOFF, p. 367)

O esquecimento do passado é próprio das sociedades capitalistas, nas quais, os velhos são impedidos de trazer suas memórias repletas de experiências. As duas personagens são vozes que se perderam e que foram bloqueadas pela sociedade capitalista. Não se poderá dizer que as memórias individuais não refletem posições ideológicas encontradas nas superestruturas. As memórias desses velhos comunistas não podem ser oprimidas, como foram suas vozes. Neste sentido, vale ressaltar a reflexão:

Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si, mas somente para o outro. E este outro é um opressor. (CHAUÍ, 1979, p. XIX)

A reação a um pensamento dominante ou mesmo a qualquer pensamento social, é o que marca a consciência de sua existência, como bem descreveu HALBWACHS: “Uma corrente de pensamento social normalmente é tão invisível quanto a atmosfera que respiramos. Na vida normal, só reconhecemos sua existência quando a ela resistimos...” (HALBWACHS, p. 46, 2017).

Denota-se que a memória coletiva pode ser manipulada para que um período de resistência, protagonizado por intelectuais e operários, militantes comunistas, chafurde no esquecimento. Neste diapasão, verifica-se que a apropriação de mecanismos que permitam manter vivo o passado, são utilizados pela resistência aos modelos políticos das classes dominantes, mas também são utilizados por estas quando se trata de provocar o esquecimento das lutas sociais do passado. Conforme nos diz LE GOFF (1990, p. 368): “... é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades

históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação coletiva”.

A lembrança de um período de resistência e contra resistência, marcada pela luta de operários e intelectuais, foi registrada pela historiografia, entretanto, ainda está presente nas memórias individuais e coletivas, tanto nos relatos escritos como orais, desenvolvidos por aqueles que vivenciaram os momentos históricos e por aqueles que, de qualquer sorte, estão ligados aos movimentos sociais e culturais, que tem em seu bojo lutas do passado.

O relato sobre as memórias individuais tem como escopo demonstrar que existia uma maneira de viver e de pensar desses comunistas, que foram capturadas na análise de suas trajetórias, tendo como uma das características a influência do “obreirismo”, revelando as posições ideológicas revolucionárias e contraditórias.

Entretanto, esta maneira de ser se liga a um contexto social e político que explica como essas personagens foram influenciadas por uma ordem internacional vigente, atuando como defensores de uma cultura marxista e reproduzindo os discursos da COMINTERN, se comportando conforme os padrões daqueles que são acometidos pela paixão política, tornando-os doutrinadores e defensores daquilo que consideram a única explicação plausível para a formação das sociedades, reproduzindo os prognósticos sobre o futuro, de acordo com um manual que deve ser seguido com austeridade, autocontrole do corpo e da alma, adquirindo o fortalecimento necessário para reprodução da teoria marxiana, e de todas aquelas que vieram posteriormente, como estratégia política para galgar a revolução socialista.

A memória não poder ser confundida com a história, entretanto, o conjunto composto pelas memórias de militantes, operários e intelectuais, contribui para que se possa entender o processo histórico de uma determinada época e como se desenvolveu na sociedade uma maneira de agir e pensar, tudo em função da militância e da disciplina que se submetiam, muitos de forma cega, outros por acreditarem na força de transformação da sociedade mesmo que não concordassem com algumas estratégias, e outros, ainda, que romperam ou foram expulsos do Partido Comunista do Brasil – PCB por acreditarem que as orientações eram equivocadas e que afastavam a militância do que consideravam o verdadeiro processo revolucionário.

Por trás de personagens revelados pela historiografia oficial, existiram homens e mulheres que costuraram o pano de fundo dos movimentos históricos e sociais, sem se darem conta fizeram parte da história, mas seus papéis no período que foi estudado, dificilmente seriam retratados, enquanto perdurassem as práticas de governos ditatoriais, que não estavam submetidos ao Estado Democrático de Direito, que só nasceu após o implemento da Constituição Federal de 1988. Portanto, tais memórias, ainda que fossem retratadas pelo esforço e sujeição ao perigoso momento em que se vivia, efetivamente passaram a ser relatadas após a abertura política, trazendo as memórias de personagens como Fúlvio Abramo, Antonio Candido, Jacob Gorender e, entre outros, Armando Mazzo, reunidos em livro de entrevistas de iniciativa da Fundação Perseu Abramo (1997).

Não obstante o fato dos homens serem protagonistas da história, acabam se esquecendo de seu papel construtor da realidade social e se alienando. A alienação social passa por processos ideológicos pelos quais a luta de classes é a grande responsável, pois, as classes dominantes acabam impondo a forma de pensar, atribuindo valor a suas ações e subjugando a classe dominada que passa a idolatrar e almejar valores que não são seus.

Encontramos em Marx a preocupação de desvendar o processo de alienação, pois, segundo CHAUI:

Marx não se interessou apenas pela alienação religiosa, mas investigou sobretudo a alienação social. Interessou-se em compreender as causas pelas quais os homens ignoram que são os criadores da sociedade, da política, da cultura e agentes da História. Interessou-se em compreender por que os humanos acreditam que a sociedade não foi instituída por eles, mas por vontade e obra dos deuses, da Natureza, da Razão, em vez de perceberem que são eles próprios que, em condições históricas determinadas, criam as instituições sociais – família, relações de produção e de trabalho, relações de troca, linguagem oral, linguagem escrita, escola, religião, artes, ciências, filosofia – e as instituições políticas – leis, direitos, deveres, tribunais, Estado, exército, impostos, prisões. A ação sociopolítica e histórica chama-se práxis e o desconhecimento de suas origens e de suas causas, alienação. (CHAUI, 2000, p. 216)

A sociedade burguesa, através do processo histórico, desenvolve o proletariado, que devido as condições de opressão se organiza, contudo, para

desenvolver a consciência do seu papel na sociedade é necessário, segundo José Paulo Neto, em sua análise sobre o Marxismo:

...uma dramática luta contra as mistificações (na qual tem grande relevância o conhecimento veraz da realidade). A revolução entra na ordem do dia quando o proletariado, através da ação dos seus segmentos de vanguarda, atinge aquela consciência e, pela sua organização, polariza outros setores sociais explorados e/ou oprimidos. E isto só se viabiliza quando a própria sociedade burguesa se desenvolveu a ponto tal que tenha gerado um proletariado numeroso e concentrado (o que supõe um alto grau de industrialização) e formas políticas que lhe possibilitem alguma margem de ação política organizada (o que implica a vivência de direitos cívicos). (NETTO, 1985, p. 33)

As questões sobre a tomada de consciência em uma sociedade industrializada, e o fato de ter surgido uma sociedade socialista com características diversas, cujas teorias e estratégias são formuladas por Lenin, justificando a ação de vanguarda que levou a Revolução Socialista em um país com características diversas daquelas que Marx idealizou, levaram a discussões sobre as lutas que deveriam ser enfrentadas para a implementação da Revolução Socialista, passando pelo processo democrático-burguês, o que significava o fortalecimento das burguesias nacionais, até nos países subdesenvolvidos de natureza agrária.

Se observarmos as cisões ocorridas no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em especial a primeira delas, de 1928, poderemos notar que trouxeram rupturas de cunho ideológico, mesmo que comungassem ideais básicos sorvidas nas teorias de Karl Marx. Ao passo que as ideais são aprimoradas e as experiências políticas implantam novos modelos de Estado, as estratégias são pensadas e implementadas de acordo com o arcabouço teórico formulado por pensadores como Lenin, Trotsky e Stálin, nomes cujo pensamento político serão absorvidos pelo comunismo brasileiro e que constituíram grandes embates.

As memórias das personagens aqui retratadas trazem a dimensão do que significou a influência do modelo Stalinista, para a atuação dos indivíduos que participaram da militância do PCB, tanto nas participações do operariado como dos intelectuais, sendo que a influência deste modelo foi fundamental no que tange ao afastamento das relações entre operários e intelectuais. O capitalismo no seu estágio de influência e que tornou possível a transformação de costumes de uma sociedade rural para uma sociedade industrial, coloca a mostra a sua face

exploradora, mas, ao mesmo tempo, apresenta a ideia de vantagens tecnológicas que se colocam como algo que está ao alcance de todos. Aqueles que conseguem perceber os entraves do capitalismo para a implantação de uma sociedade mais justa e igualitária, passam a buscar as alternativas que se colocam à frente, seja do ponto de vista das ideias ou das experiências reais, consubstanciadas em modelos econômicos, políticos e sociais.

A experiência soviética se mostrou como alternativa, trazendo consigo as ideias de transformação, de ruptura com o modelo de exploração. Aqueles que tem a oportunidade de conhecer melhor a sua sustentação teórica, vão buscar suas fontes e refletir sobre os diversos aspectos que sustentam o novo modelo, bem como se é possível sustentá-lo, diante dos embates provocados pelo sistema hegemônico que é o capitalismo. O socialismo, até então é apenas uma ideia, que passa a ser viável quando experiências passam a existir. Se é a ideia que atrai o intelectual, será o mundo sensível que trará ao operário a vontade de transformar.

Se observarmos o relato de Mazzo, é possível percebermos o interesse despertado. Devido a sua experiência de luta e pobreza, se torna operário. No ano de 1929 participa de reunião que o desperta para ideais revolucionários, promovida por pessoas que ele denominou “companheiros esclarecidos”:

Em fins de 1929, comecei a frequentar reuniões em casa de companheiros operários, na Vila de São Bernardo. Os companheiros discutiam a necessidade de se lutar por reivindicações de caráter econômico, principalmente por aumento de salários. Alguns já se preocupavam com a necessidade de organizar uma sociedade de defesa de nossos interesses. Companheiros esclarecido davam verdadeiras aulas sobre as classes, política internacional e luta dos operários em todo o mundo. Embora muita coisa eu não entendesse, gostava de ouvir. Tudo para mim era novidade, da forma pela qual as questões eram colocadas. Em uma dessas reuniões, um companheiro vindo de outra cidade explicou, com palavras simples e de fácil compreensão, a luta revolucionária vitoriosa na Rússia. O companheiro explicou que os operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos, tornaram vitoriosa a revolução e assim tomaram todas as propriedades individuais e as passaram para o governo do proletariado, eliminando, pela primeira vez no mundo, desde o aparecimento do regime escravista, a propriedade privada. O povo a ser dono das fábricas, das terras, das máquinas, dos bancos, dos meios de transportes, enfim de tudo o que existia no território do império Tzarista. “ (MAZZO, 1991, p. 41)

As transformações sociais experimentadas por uma sociedade distante e de cultura díspar da nossa, desperta grande interesse, mas, ao mesmo tempo provoca paixões, expectativas desprovidas de reflexão, fazendo com que se desenvolva uma tendência de acreditar em modelos salvadores, sem questioná-los e buscando defendê-los a qualquer custo, pois, afinal, se transforma em um sonho, em esperança de em um sistema mais justo e igualitário. Busca-se modelos doutrinários, concepções ideológicas que justificam as ações e decisões. Mas, também se buscam líderes, personagens que trazem a experiência mítica. Os pensadores que formularam as teorias são transformados em Deuses e os vivos em semideuses. O processo de “stalinização” do “Partidão” será calcado nas teorias de Marx e Lenin (DEUSES), bem como em Stalin e Prestes (SEMIDEUSES).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das memórias desses dois comunistas: Armando Mazzo e Jurandir Celso do Amaral Guimarães, serviram para avaliar a cisão ocorrida dentro do partido em 1928, que envolveram dois posicionamentos, respectivamente ligados aos pensamentos Trotskistas e Stalinistas. A orientação da III Internacional Comunista e a submissão do Partido Comunista do Brasil – PCB a tal política, constituíram causas do afastamento de muitos intelectuais do “Partidão”.

Mas, tal análise não se limita a entender a cisão de 1928, provocada por visões dicotômicas sobre como deveria se dar a transformação da ordem e superação do Estado burguês, mediante o processo revolucionário de implementação do socialismo no Brasil, pela via da Revolução Socialista. Outrossim, revela a estratégia que levou ao Obreirismo, política responsável pelo afastamento entre intelectuais e operários, aprofundando os preconceitos entre os segmentos.

Não se pode olvidar que o Brasil da década de 1920 era um país de iletrados e composto por proletários e trabalhadores rurais, os quais não percebiam o intelectual como alguém próximo da realidade proletária e da exploração do capital. Por maior que fosse a consciência de classe de alguns operários e camponeses, o intelectual não era visto como alguém que pertencesse a essas categorias de trabalhadores.

A perspectiva de se fazer uma revolução e a orientação de que só operários deveriam compor os quadros dirigentes do partido, foi um dos fatores de divisão e conflitos no interior do Partido Comunista do Brasil (PCB). Não se pode descartar que tal cisão, foi bastante prejudicial a todo o movimento revolucionário da época, pois, em que pese o partido ter mantido sua unidade em torno dos ideais Stalinistas, afetou sobremaneira o contato junto as forças sociais para buscar a mudança, quais sejam: intelectualidade, operariado e camponeses.

A visão Stalinista passa a preponderar dentro do “Partidão”, e o culto à personalidade, tão combatido pelos ideais marxistas, passa a ser a regra dentro do partido, sem que se perceba. Destarte, ainda se cultivava uma personalidade nacional como a de Prestes, que embora não fosse operário, representava muito ao movimento revolucionário por sua história junto ao movimento “tenentista”. Havia um sentimento quase religioso, que era atinente aos feitos da Revolução Russa, e, portanto, aos grandes nomes que se ligavam a ela, Lenin que já havia morrido e Stálin que estava à frente do Estado Soviético. Este sentimento quase religioso, e a submissão dos partidos comunistas a Stalin, ao PCUS e ao COMINTERN, passava para o campo da lealdade, de sentimentos pessoais por uma causa, porém, levados de maneira apaixonada. A atividade revolucionária passava a ser mais importante do que as relações familiares e encerrar tal atividade por discordâncias representava por em risco a sobrevivência do ser revolucionário. A possibilidade de expulsão amedrontava a militância, a qual desenvolvia um sentimento de pertencimento, sem o qual era impossível sobreviver. Os estudos e análises das memórias, quando contextualizadas, me fizeram entender como esses expurgos levavam a uma solidão revolucionária. Tanto o afastamento compulsório como voluntário traziam danos irreparáveis ao militante comunista, principalmente para aqueles que apresentavam dependência a um modelo majoritário, representado pelo Estado Soviético, pois, se sentiam convictos de que as estratégias eram legítimas e que não poderia haver erro em um processo revolucionário capaz de elevar um Estado a grande potência, além de fazer frente ao maior Estado Capitalista do mundo, os Estados Unidos da América.

Comportamentos sectários passaram a vigorar nos movimentos de esquerda, sem que houvesse a possibilidade de diálogo. Contudo, o predomínio dos interesses soviéticos, encarnados pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), ditou a posição político-ideológica dos indivíduos que compunham o “Partidão”, durante muitas décadas. Mesmo depois das denúncias de Nikita Khrushchov sobre os crimes de Stalin, ainda foram mantidas posições de enaltecimento às suas políticas e de defesa e preservação da burocracia soviética.

Numa análise das atuações individuais, as quais refletem as posições político-ideológicas do PCB, verificamos que Armando Mazzo permaneceu no “Partidão”,

porém afastado de suas atividades. Denota-se que foi bastante crítico à atuação de Prestes, além de fazer uma reflexão crítica sobre o grau de intelectualidade dos membros do partido e suas posições sociais, se referindo aos comunistas Arruda Câmara, Mauricio Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Carlos Mariguela, Jacob Gorender, Mario Alves, Milton Cayres e Giocondo Dias, como dirigentes pertencentes a pequena burguesia, bem como Luiz Carlos Prestes, Ivam Ribeiro, Leiva Otaro, Agildo Barata Agliberto Vieira e David Capistrano como a ala militar. Neste aspecto, fica claro sua percepção sobre a separação entre intelectuais e operários, no livro que retrata suas memórias. Se referindo a aceitação a concepções políticas ideológicas de militantes esclarecidos e altamente intelectualizados, bem como a submissão àqueles que tinham um passado glorioso dentro do movimento revolucionário.

Quanto a Jurandir Celso do Amaral Guimarães, não há registros de que tenha feito qualquer crítica ao Partido Comunista do Brasil (PCB), pois, toda a pesquisa é firmada em documentos que demonstram atividade laboral como jornalista do Jornal “Notícias de Hoje” e, a partir da década de 1960, se dedicando a atividade de livreiro. Nunca se desligou do partido, podendo se admitir, por meio do seu posicionamento revelado por esta pesquisa, tendo em vista o meu contato com o comunista ter sido bastante estreito, que o comércio de livros atendia a determinação do partido que era de divulgar o comunismo soviético. Jurandir, além de ter mantido, até sua morte, ligações com a URSS, e para lá viajado após a abertura política no Brasil, continuou a importar livros da Editora Progresso e MIR, de Moscou. No mais ficou evidenciado que não pertencia ao operariado e sempre obedeceu às ordens do partido, enaltecendo o Estado Soviético. Jurandir nunca teceu críticas ao Estado Soviético, muito pelo contrário, enaltecia os grandes feitos daquela Nação e do Estado, permanecendo um grande defensor daquele país e de sua política internacional.

A trajetória desses dois comunistas que pertenceram aos quadros do Partido Comunista do Brasil, associada a outras análises, me trouxeram a certeza de que as atuações individuais estudadas, refletiam às posições político-ideológicas do “Partidão”. Não obstante, ainda ser necessário o relato de muitas outras memórias

individuais para maior verticalização do tema, visto que o estudo, pode contribuir para o fortalecimento do resgate das memórias proletárias do país.

O estudo da formação das classes sociais no Brasil, relacionados às concepções sobre o que é ser intelectual e operário no país, entre as décadas de 1930 a 1964, pode nos trazer outros questionamentos a serem respondidos em outra pesquisa, visto que tal formação pode ter sido a causa dos desencontros entre esses segmentos sociais. As análises de BASBAUN (1976), sobre o empobrecimento do campo e, por consequência, a proletarização de homens e mulheres que pertenciam a seguimentos da classe dominante da época, podem ter sido uma das razões para que muitos proletários não adquirissem a consciência de que pertenciam ao proletariado. A isso, deve ser associado as concepções de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado e Jacob Gorender, além de uma crítica mais atual, trazida por Jesse Souza. Tais análises, podem explicar a influência do pensamento burguês, junto aos intelectuais “tradicionais”, mas, também, as influências recebidas pelos intelectuais orgânicos. Por enquanto, fica a certeza de que a política denominada de Obreirismo, foi um fator preponderante para afastar intelectuais da formação do Partido Comunista do Brasil (PCB), bem como uma orientação equivocada que trouxe sequelas ao movimento revolucionário do país, em que pese o fato das correntes trotskistas e stalinistas terem sido marcas nas grandes discussões acadêmicas pelo mundo.

As memórias proletárias, o obreirismo e os estudos sobre as divergências entre trotskistas e stalinistas, atendem a estudos que devem compreender as imbricações existentes entre os modelos micro e macrossociológicos, pela análise do fenômeno social que determinou o processo histórico do Partido Comunista do Brasil, o qual foi o palco onde ocorreu dissensões importantes que afetaram o próprio movimento revolucionário do país e que não permitiram uma integração entre o operariado e a intelectualidade, permanecendo como dominante a visão sectária de que só o operariado deveria estar à frente da direção do partido.

Em que pese tais discussões terem sido objeto da historiografia, o que pretendi foi uma abordagem interdisciplinar, procurando trazer conceitos de outras

áreas do conhecimento que se relacionam e que puderam dar conta de responder minha pergunta de pesquisa.

A formação do operariado, da intelectualidade e dos segmentos camponeses estão diretamente ligados ao estudo da formação das classes sociais brasileiras, sem o qual não é possível entender os aspectos ideológicos que permearam as dissensões dentro do “partidão”, além de entender o processo histórico que engendrou o empobrecimento do campo, do fluxo migratório para as cidades e a consequente industrialização ditada pelos novos rumos do capitalismo, fatores que encontram representação nas personagens que retratei.

As influências do pensamento marxista passam a tomar forma a partir da década de 1920 e se encrustam dentre uma parcela de operários e intelectuais, contudo, esbarram nas dificuldades de se desenvolver a consciência de classe para efetivação do processo revolucionário. Não basta o entusiasmo por ideais de Justiça social e de eliminação do conflito de classe, pois, a própria percepção de que há a necessidade de desenvolver estratégias para implementação da revolução, exige a tomada de consciência do indivíduo em relação a classe que pertence. A eliminação dos conflitos ideológicos que estão presentes dentro de uma mesma classe social, são entraves ao processo revolucionário e constituíram os problemas enfrentados dentro do próprio Partido Comunista do Brasil (PCB), que optou pelo sectarismo, eliminando a discussão através do expurgo.

Tentei contextualizar os elementos de contribuição das visões de mundo ocorridas no período retratado, levando-se em consideração o fato das personagens retratadas pertencerem ao mesmo partido político, mas, também a segmentos sociais diversos, portanto, com posicionamentos diferentes devido a própria concepção que tinham das coisas, das pessoas e das relações entre elas e o Estado.

O emprego do material pesquisado, tratando-se de documentos colhidos junto ao acervo do DEOPS, dentre outros, foram de primordial importância para demonstrar as atuações individuais dos dois militantes aqui retratados, suas

participações em entidades sindicais, da imprensa de esquerda, dentro do partido político, e os posicionamentos em suas vidas privadas. Tais documentos puderam trazer a intensidade com que viveram as orientações partidárias e a disciplina com que enfrentaram a repressão.

Os conceitos empregados para a resolução do problema de pesquisa, permitiram entender as representações políticas desses dois comunistas, consubstanciado nos papéis que passaram a desempenhar dentro do “partidão”. As concepções do papel do operariado junto ao processo revolucionário, bem como do intelectual, descritas nas obras dos autores que busquei a contribuição, foram de primordial importância. Como Marx e Gramsci percebiam o papel do operário e do intelectual no processo revolucionário, constituiu a base da discussão da pesquisa.

Tais autores me trouxeram conceitos importantes, dentre eles: o materialismo histórico, ideologia, consciência de classe, infraestrutura e superestrutura. Todos conceitos fundamentais para compreensão da relação entre intelectuais e operários, e do processo que implicou no fracasso do PCB.

Dentro da perspectiva da formação da sociedade brasileira e de suas interpretações, foi de suma importância trazer as teorias culturalistas e patrimonialistas, que não podem ser vistas como antagônicas ao materialismo histórico e dialético, por trazerem reflexões importantes para pensar nossa sociedade, bem como a própria maneira de ser e de pensar do indivíduo e do coletivo, retratando um pensamento social e político, enraizado na visão Patriarcalista e Patrimonialista, de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, com a crítica de Jesse de Souza.

Não obstante, as concepções acima terem sido criticadas pelo sociólogo Jesse de Souza, continuam a trazer explicações importantes sobre a formação do pensamento político e social brasileiro. Entretanto, foi de suma importância trazer a concepção econômica da formação da sociedade brasileira, trazidas por Caio Prado e Celso Furtado, bem como as discussões sobre as origens medievais de tal formação, consubstanciadas no entendimento de Werneck Sodré, além das

discussões sobre a Revolução de 30, ter sido, ou não, um processo revolucionário, em análise das contribuições de Boris Fausto, Jacob Gorender e Edgar de Decca, sendo que este último trouxe contribuição imprescindível para discutir memória, em diálogo estabelecido com autores da estirpe de Le Goff e Halbwachs.

REFERÊNCIAS

PRONTUÁRIO Nº 64.495. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
www.arquivoestado.sp.gov.br

PRONTUÁRIOS Nº 5180 e 145975. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO www.arquivoestado.sp.gov.br

ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS Dainis. **NA CONTRACORRENTE DA HISTÓRIA – DOCUMENTOS DA LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA 1930 – 1933**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. Em F. A. NOVAIS, **HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL** (1ª ed., Vol. 3, pp. 215-287). São Paulo, SP: COMPANHIA DAS LETRAS. 1998.

AMARAL, R. M. UMA VOZ DESTOANTE NO PCB: OCTÁVIO BRANDÃO. Em D. A. REIS FILHO, **INTELECTUAIS, HISTÓRIA E POLÍTICA (séculos XIX e XX)** (pp. 98-136). Rio de Janeiro: 7 LETRAS. 2000.

AMARAL, R. M., & (Org.), D. A. **INTELECTUAIS, HISTÓRIA E POLÍTICA (séculos XIX e XX)** - Uma voz Destoante no PCB: Octávio Brandão, Militante e Intelectual (1924-1957). Rio de Janeiro: 7LETRAS.2000.

BARBOSA, R. M. UTOPIAS DE UM REFÚGIO. Em M. L. (Org.), **SÃO PAULO METRÓPOLE DAS UTOPIAS: Histórias de repressão e resistência no arquivo Deops** (pp. 403-430). São Paulo: Companhia Editora Nacional e LAZULI. 2009.

BASBAUN, L. **HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA de 1889 a 1930**. São Paulo: ALFA-OMEGA.1976.

BASBAUN, L. **HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA DE 1930À 1960**. São Paulo: Alfa-Omega. 1976

BOUDIN, Louis. **OS INTELECTUAIS**. Lisboa: Arcádia, 1971.

BOURDÉ, G., & MARTIN, H. **As escolas históricas**. Portugal: Publicações Europa-América. 1990.

CAMPOS, A. L. VIDA COTIDIANA E LAZER EM SÃO PAULO OITOCENTISTA. Em A. L. outros, **HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO** (Vol. 2, p. 303). São Paulo: PAZ E TERRA. 2004.

CAMPOS, A. L. A interdisciplinaridade e o pensamento contemporâneo. Em J. BRANDÃO, **DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: novos olhares nas Ciências Humanas** (pp. 51-62). Embu-Graçu/SP: LUMEN ET VIRTUS. 2015

CAMPOS, A. L., & SOUSA, M. G. **Teoria e práxis revolucionária dos trotskistas brasileiros (São Paulo, 1930 - 1945)**. HISTÓRIA CRÍTICA, V. 72. 2019.

CAMPOS, A. L., GOMES, Á. C., & GODOY, M. G. **Autocríticas e expurgos nos círculos revolucionários paulistas (1928-1935)**. ANTÍTESES, v. 9, n. 17, p. 115-135, 132. 2016.

CAMPOS, A., DIAS, L. A., & GODOY, M. A Internacional Comunista na interpretação dos trotskistas brasileiros. *OUTUBRO* n. 31, 236- 261.

CANDIDO, A. **OS PARCEIROS DO RIO BONITO**. 12ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp. 2018.

CARRION, R. 1922-1929 - Os primeiros passos do Partido Comunista do Brasil. Em J. C. RUY, & A. BUONICORE, **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil** (pp. 57-66). São Paulo, SP: Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi. 2012.

CARVALHO, J. M. **A FORMAÇÃO DAS ALMAS: O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA NO BRASIL**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

CHAUÍ, M. Apresentação. Em E. BOSI, **Memória e Sociedade - Lembranças de velhos**. São Paulo: T A QUEIROZ. 1979.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Atica. 2000.

DECCA, E. S. **O SILÊNCIO DOS VENCIDOS** 4ª ed. São Paulo: Brasiliense.1988.

DULLES, J. W. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 - 1935)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1977.

ENGELS, K. M. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1965

FAORO, R. **OS DONOS DO PODER - FORMAÇÃO DO PATRONATO POLÍTICO BRASILEIRO**. 5ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul. 2017.

FAUSTO, B. **A REVOLUÇÃO DE 1930**. São Paulo: Brasiliense.1970.

FAUSTO, B. **HISTÓRIA DO BRASIL**. São Paulo: EDUSP. 1995.

FAZENDA, I. C. **INTERDISCIPLINARIDADE: HISTÓRIA, TEORIA E PESQUISA**. Campinas: PAPIRUS. 1995.

FURTADO, C. **FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL** 32ª ed. São Paulo: Nacional. 2003.

GOFF, J. L. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP. 1990

GORENDER, J. **A Burguesia Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1982

GORENDER, J. **BRASIL EM BRANCO & PRETO**. São Paulo: SENAC. 2000

GORENDER, J. **O ESCRAVISMO COLONIAL**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2019.

GRAMSCI, A. **OS INTELLECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA**. São Paulo: Circulo do Livro. S/D.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: CENTAURO. 2017.

HOBBSBAWM, E. J. **Revolucionários**. São Paulo: Paz e Terra.1982.

HOBBSBAWM, E. J. **MARXISMO E HISTÓRIA SOCIAL**. Puebla, México: Instituto de Ciencias de La Universidad Autónoma de Puebla. 1983.

HOBBSAWM, E. J. **"PREFÁCIO". Pessoas Extraordinárias, Resistência, Rebelião e Jazz.** 2ª ed. São Paulo: PAZ E TERRA. 1999.

HOBBSAWM, E. J. **BANDIDOS.** São Paulo: Paz e Terra. 2010.

HOBBSAWN, E. **Os trabalhadores: Estudo sobre a História do Operariado** 5ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015.

HOBBSAWN, E. J. **SOBRE HISTÓRIA.** São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber.** Rio de Janeiro: Imago. 1976.

JONES, G. S. *Karl Marx: Grandeza e Ilusão.* São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS. 2017.

KAREPOVS, Dainis. **LUTA SUBTERRÂNEA - O PCB EM 1937 A 1938.** São Paulo: UNESP, 2003.

KONDER, L. **A DERROTA DA DIALÉTICA.** Rio de Janeiro: CAMPUS. 1988.

LEAL, M. **À ESQUERDA DA ESQUERDA - TROTSKISTAS, COMUNISTAS E POPULISTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1952-1966).** São Paulo: PAZ E TERRA. 2004.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **MARXISMO - Uma breve introdução.** São Paulo: L&PM POCKET, 2009.

LÖWY, M. **IDEOLOGIAS E CIÊNCIA SOCIAL - ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE MARXISTA.** São Paulo: CORTEZ. 2010.

MARINS, P. C. **HABITAÇÃO E VIZINHANÇA: LIMITES DA PRIVACIDADE NO SURGIMENTO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS.** Em F. A. NOVAIS, & N.

SEVCENKO, **HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL** (pp. 131-214). São Paulo, SP: Companhia das Letras. 1998.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo. 2018.

MARX, K. **O 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE**. São Paulo: MANDACARU. 1990.

MARX, K., & Engels, F. (2017). **MANIFESTO COMUNISTA**. São Paulo: BOITEMPO. Mazzeo, R. (s.d.).

MAXIMO, Antônio Carlos. **Educação das Massas**. Campinas: Autores Associados. 2000.

MAZZO, A. **Memórias de um militante político e sindical do ABC**. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. 1991.

MENDONÇA, C. D. (09 de 10 de 1986/1987). **MARXISMO E FILOSOFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TEXTOS POLÍTICOS MERLEAU-PONTY ANOS DO PÓS-GUERRA**. *TRANS/FORM/AÇÃO*, 9/10, 21/39. Acesso em 27 de maio de 2019

MORAES FILHO, E. D. A PROTO-HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL. Em J. Q. MORAES, & D. A. REIS, **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL** 2ª ed., Vol. 1, pp. 11 - 47). Campinas, SP: Unicamp. 2013.

NETTO, J. P. **O QUE É MARXISMO**. São Paulo: Brasiliense. 1985.

NÓBREGA, G. M. **O FIO QUE UNE AS PEDRAS**. Rio de Janeiro: BIRUTA. 2002.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: BOITEMPO. 2017

PÉCAUT, D. **OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA NO BRASIL**. São Paulo: Ática. 1990.

PEREZ, Viviane Matos González. **Regulação do trabalho adolescente: uma abordagem a partir dos direitos fundamentais**. Curitiba: Juruá, 2008.

PERROT, M. **OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA - Operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: PAZ & TERRA. 2017.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

PRIORE, M. D., & VENANCIO, R. **UMA BREVE HISTÓRIA DO BRASIL**. São Paulo: PLANETA. 2010.

REIS, D. A. ENTRE REFORMA E REVOLUÇÃO: A TRAJETÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL ENTRE 1943 E 1964. Em **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL** (Vol. 5, pp. 73-108). Campinas: UNICAMP. 2013

REIS, D. A., & RIDENTI, M. **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL**. Capinas: UNICAMP. 2013.

ROIO, M. D. OS COMUNISTAS, A LUTA SOCIAL e O MARXISMO 1920 - 1940). Em M. RIDENTI, & D. A. REIS. **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL** (Vol. 5, pp. 11-72). Campinas: UNICAMP. 2013.

SKIDMORE, T. E. **Brasil de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

SODRÉ, N. W. **O TENENTISMO**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. S/D.

SOUZA, J. **A ELITE DO ATRASO - DA ESCRAVIDÃO À LAVA JATO**. Rio de Janeiro: LEYA. 2017.

SOUZA, L. A. **Poder de Polícia. Polícia Civil e práticas judiciais na cidade de São Paulo (1889-1930)**. *Tese de Doutorado em Sociologia*. São Paulo: FFLCH/USP. 1998.

SUSSEKIND, A., MARANHÃO, D., & VIANA, S. **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR. 2001.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. São Paulo: Kairós. 1985.

VENCESLAU, P. d., AZEVEDO, R. d., & MAUÉS, F. **REMEMÓRIA - Entrevistas sobre o Brasil do século XX**. São Paulo: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. 1997.

VESENTINI, J. W. **NOVAS GEOPOLÍTICAS**. São Paulo: Contexto. 2013.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil vol. 1**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1973.

WEBER, M. **A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO**. São Paulo: Martin Claret. 2004.